

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

TALITHA MIRIAN DO AMARAL ROCHA

**“QUEM DIRIGE EM SÃO GONÇALO DIRIGE EM QUALQUER
LUGAR”: UMA ETNOGRAFIA SOBRE AS PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
(RJ).**

Niterói
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

TALITHA MIRIAN DO AMARAL ROCHA

**“QUEM DIRIGE EM SÃO GONÇALO DIRIGE EM QUALQUER
LUGAR”: UMA ETNOGRAFIA SOBRE AS PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
(RJ).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre

Vínculos temáticos: Cultura Jurídica, Segurança Pública e administração de conflitos
Linha de pesquisa do orientador e coorientadora: Cultura Jurídica, Segurança Pública e
administração de conflitos

Niterói
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R672 Rocha, Talitha Mirian do Amaral.

“Quem dirige em São Gonçalo, dirige em qualquer lugar”:
uma etnografia sobre as práticas e representações da Guarda
Municipal de São Gonçalo (RJ). / Talitha Mirian do Amaral
Rocha – 2015.

147 f.

Orientador: Edilson Márcio Almeida da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de
Antropologia, 2015.

Bibliografia: f. 140-147.

1. São Gonçalo (RJ) – Guarda Municipal 2. Trânsito urbano –
São Gonçalo (R.J) 3. Segurança pública – São Gonçalo (R.J) I.

Prof. Orientador – Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva
Universidade Federal Fluminense

Profa. Coorientadora – Dra. Ana Paula Mendes de Miranda
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Joana Domingues Vargas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Glaucia Pontes Mouzinho
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jorge da Silva
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**Para meus pais, João Bosco Rocha e
Odete Maria do Amaral Rocha**

AGRADECIMENTOS

As palavras que vou expressar certamente serão poucas para demonstrar o quanto sou grata pelo apoio e ajuda que tive durante a minha caminhada até a finalização desta pesquisa. Por isso, agradeço de antemão a todos que de alguma maneira fizeram parte nesse meu processo de aprendizagem, já que cada um com quem convivi foi, sem dúvida, essencial em todo esse caminho. Contudo, seria injusta se não agradecesse nominalmente a algumas pessoas.

Inicialmente, sou muito grata ao meu orientador, Edilson Márcio Almeida da Silva, pelo apoio, dedicação e, principalmente, pela paciência em todos os momentos de orientação. Edilson, muito obrigada por todos os conselhos dados e todas as conversas que tivemos. Sem isso, certamente, não teria condições de finalizar esta dissertação!

Agradeço também à professora Ana Paula Mendes de Miranda que, além de minha coorientadora, possibilitou-me participar do Sub-Projeto *Desenvolvimento e Monitoramento de Indicadores de Segurança Social e de Segurança Pública a partir dos atendimentos realizados pela Guarda Municipal de São Gonçalo*. Ana, obrigada por todas as oportunidades e por todo apoio que você sempre me deu.

Aos professores que compuseram minha banca: professor Roberto Kant de Lima, professora Joana Vargas, professor Jorge da Silva, professora Glaucia Mouzinho. Muito obrigada pela gentileza de terem aceitado meu convite. Fico muito honrada de ter o meu trabalho examinado por professores e profissionais que eu admiro tanto.

Agradeço também à professora Kátia Sento-Sé Mello que, ainda na defesa do projeto, me deu sugestões e críticas valiosas para a continuação do trabalho de campo.

À CAPES, sou grata pela bolsa de estudos que me foi concedida durante esses dois anos de mestrado.

Aos meus amigos e companheiros de pesquisa e/ou de Programa: Bóris Maia e Silva, Cristina Marins, Charles Rodrigues, Diano Massaríni, Joelma Azevedo, Leonardo Pomponét, Roberta Boniolo, Roberta Correa, Sandro Massaríni e Victor Rangel. Agradeço muito pelas importantes contribuições que deram ao meu trabalho e pela leitura atenta que

tiveram! As questões que vocês levantaram foram muito importantes para construção desta dissertação.

Agradeço aos colegas e professores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC), que sempre estão dispostos a contribuir na formação de qualquer um.

Não poderia deixar de citar minha imensa gratidão aos guardas municipais de São Gonçalo, pela generosidade de terem me recebido tão bem desde o primeiro momento que lá estive.

Sou grata também a todos meus amigos, de Resende e de Niterói, que sempre me apoiaram. Obrigada por entenderem meus momentos de ausência e por compartilharem comigo momentos tão importantes da minha vida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família. Aos meus pais, João Bosco Rocha e Odete Maria do Amaral Rocha, pelo amor incondicional e pelo apoio emotivo e financeiro nessa minha caminhada. Obrigada por tudo que vocês me proporcionaram e por colocarem minha educação como prioridade na vida de vocês. Agradeço também a meu irmão e companheiro para todos os momentos, Josué Augusto do Amaral Rocha, pelo exemplo de luta e de dedicação. Vocês são a base da minha vida e tudo que sou devo aos três.

RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é analisar as práticas e representações que são acionadas pelos guardas municipais de São Gonçalo (RJ) durante o trabalho de regulação do trânsito. Almeja-se, ainda, refletir sobre o papel dessa instituição na área de Segurança Pública, visto que, embora a Constituição de 1988 não deixe claro qual é sua função, ultimamente, algumas ações têm sido adotadas no sentido de uma pretensa descentralização do poder federativo e estadual de tomada de decisão em relação às políticas públicas de segurança. Para isso, foi realizado um trabalho de campo entre novembro de 2013 e novembro de 2014, buscando, por meio da observação direta, compreender a atuação profissional dos guardas municipais, em um contexto no qual o trânsito é representado como caótico e desorganizado. Além disso, ressalta-se que, mesmo que o município possua mais de um milhão de habitantes, as relações que são construídas nas ruas e nos seus espaços públicos são pautadas pela pessoalidade e proximidade, o que produz efeitos na atuação da Guarda Municipal. Por fim, assinala-se que o contexto sociocultural em que a instituição está inserida influencia na maneira como se dão as ações dos guardas municipais, levando-os a construir um saber prático e localmente estabelecido a partir de suas práticas cotidianas.

Palavras-chave: Segurança Pública, Guarda Municipal, trânsito

ABSTRACT

The present work aims to investigate practices and representations evoked by “guardas municipais” in São Gonçalo (RJ), while carrying out traffic control duties, taking into consideration their position in a context strongly focused on public security at the municipal level. For this purpose, we carried out fieldwork between November 2013 and November 2014 in order to better understand, through direct observation, the performance of the “guardas municipais” in São Gonçalo. Although Brazilian Federal Constitution (1988) states that the functions of “Guarda Municipal” are related solely to protecting public property, we can notice that what defines their duties may vary according to the particular needs of each city. As to São Gonçalo, we seek to demonstrate that, despite being regarded as chaotic and disorganized, the traffic constitutes a significant issue. In order to know its importance, we aim to discuss native category associated with that city which somehow allow us to understand why the traffic is defined in that way. We also discuss some points concerning the performance of the officers and how they view it. At last, we stress that they do not act uniformly, but rather guided by “bom senso”, a locally-constructed practical knowledge which empowers them to decide on when to follow either formal or informal plans.

Keywords: Public Security, *Guarda Municipal*, traffic

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2- São Gonçalo e suas representações: pensando sobre a cidade.....	29
2.2. O Alcântara e a “pequena Índia”.....	38
2.3. O Centro da cidade e o Rodo de São Gonçalo: construindo e demarcando as diferenças.....	46
2.4. As ruas do Centro durante os grandes eventos da cidade.....	50
3. A Guarda Municipal de São Gonçalo: funções, atribuições e representações.....	54
3.1. Regulamento Interno.....	55
3.2. Autoridade e Poder: estrutura hierárquica do Comando da Guarda Municipal ...	58
3.3. Ser ou estar guarda municipal? Pensando a maneira como os agentes se classificam.....	66
3.4. Entre o “bom” e o “mau setor”: “trânsito de bairro”, o “buraco” e a proximidade.	75
3.5. Punições.....	81
3.6. Outras atribuições da Guarda Municipal de São Gonçalo: pensando sobre o papel e a(s) identidade(s).....	86
4. Práticas e Representações dos guardas municipais no trânsito de São Gonçalo.....	88
4.1. Como fazer o trânsito fluir? Entre o plano formal e informal.....	91
4.2. A formação de um saber prático.....	98
4.3. “Cada caso é um caso”: instrumentos necessários para a construção de um saber	103
4.4. Proximidade e pessoalidade: construindo relações e identidades.....	109
4.4.1. As múltiplas relações e identidades no espaço público.....	110
4.4.2. As relações personalizadas entre as instituições e um diálogo informalmente constituído.....	117
4.5. Respeito e autoridade: a multa e a arma.....	121
4.5.1. Em busca de uma legitimidade.....	126
4.6. Reciprocidade, jeitinho e esquema.....	129

5. Considerações Finais	134
6. Referências Bibliográficas.....	141

1. Introdução

Com base em um amplo levantamento da produção bibliográfica produzida sobre as temáticas da violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil, Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) apontam que há, hoje, um campo do conhecimento cujos estudos empíricos têm, cada vez mais, buscado explicitar os modos de funcionamento das instituições ligadas à execução e planejamento das ações relativas à segurança pública. Não o fazem para criticá-las, mas, fundamentalmente, para entender como funcionam. O meu trabalho está orientado por esse tipo de perspectiva, ou seja, mais do que apontar defeitos ou enfatizar faltas e ausências dos agentes/órgãos da área de segurança pública, pretendo entender qual é a lógica com que eles operam, focando, especificamente, no caso, na atuação da Guarda Municipal¹ de São Gonçalo (RJ).

A frase que intitula este trabalho – *Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar* – faz referência a uma representação associada, de modo recorrente, ao trânsito do município, segundo a qual esse seria caracteristicamente caótico e desorganizado. Como, em São Gonçalo, o trânsito é regulado pela Guarda Municipal, tive por objetivo analisar as práticas e representações cotidianamente acionadas pelos agentes durante o desempenho do seu ofício, considerando não só a referida representação do trânsito, como também o lugar ocupado por aquela instituição num contexto de ênfase na municipalização da Segurança Pública.

O contato do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/UFF), do qual faço parte, com o contexto empírico de São Gonçalo começou no ano de 2007, quando foram realizados o diagnóstico e o plano de segurança municipal. Desde então, têm sido realizadas reflexões sobre o papel do município nas políticas de Segurança Pública e, mais especificamente, sobre a atuação da Guarda Municipal. Um exemplo é o trabalho de Barbosa, Mouzinho, Kant de Lima e Silva (2008), que destaca como uma possível atribuição do poder da polícia para a Guarda Municipal poderia ser capaz de afastá-la de sua principal vocação, qual seja: a administração de conflitos baseada em relações de proximidade e ações preventivas.

¹ No presente trabalho utilizo a expressão Guarda Municipal para se referir à instituição, já para me reportar aos agentes uso o termo guarda municipal, em minúsculo.

No Brasil, a questão da Segurança Pública compete, formalmente, ao chamado Sistema de Segurança Pública, que é composto por diversos órgãos em níveis federal, estadual e municipal. As diretrizes gerais desse sistema foram elaboradas pela Constituição Federal de 1988, prevendo, entre outras coisas, quais seriam os órgãos responsáveis por sua manutenção. No artigo 144, é definido que a segurança pública é um dever do Estado e, também, responsabilidade de todos. Esse artigo estabelece que o papel da polícia, tanto militar quanto civil, cabe ao governo estadual. Dessa forma, grande parte das políticas públicas desenvolvidas na área de segurança é elaborada pelo poder estadual. Em relação ao papel dos municípios, o artigo prevê, somente, que eles “poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção dos bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei” (Brasil, 1988, art 144, 8º).

Ao procurarem compreender o funcionamento das Guardas Municipais do país, alguns autores questionaram a maneira como a definição de suas funções aparece no texto constitucional (Brasil, 1988). Vargas e Oliveira Junior (2010), por exemplo, destacaram que a parte da Constituição que define o papel das Guardas Municipais é considerada ambígua, não estabelecendo, com precisão, como a segurança pública deve ser tratada em âmbito municipal. Mello (2011) também assinala que, no artigo 144 da Constituição, não se definem claramente as competências e rotinas de trabalho nas Guardas, nem o seu lugar em meio a outras instituições ligadas à Segurança Pública. Dada a relativa imprecisão do texto constitucional, o município acabou, assim, por assumir, formalmente, um papel secundário no que concerne à implementação e elaboração das políticas da área.

Em contrapartida, os últimos programas e planos de segurança pública desenvolvidos no país têm buscado incentivar as ações municipais, estimulando a descentralização do poder no que concerne à tomada de decisões relativas às políticas de segurança pública (Brasil, 2000, 2003, 2007). Nesse sentido, em âmbito nacional, pode se dizer que, pelo menos, formalmente, desde 2000, os municípios vêm tendo um maior destaque no campo da segurança pública. Tanto o é, que a atuação das Guardas Municipais é objeto de atenção dos dois primeiros programas e planos de segurança pública elaborados em âmbito federal. Contudo, se, no de 2000, há menção à participação das Guardas no ordenamento do trânsito e um incentivo à criação da instituição fora de padrões militares, no *Programa Segurança Pública para o Brasil*, publicado em 2003, assinala-se que a Guarda Municipal não possui funções e metas bem definidas, o que, conseqüentemente, a priva de uma identidade institucional formalmente estabelecida. Em

lugar disso, haveria, tão somente, um princípio orientador da ação dos guardas municipais relacionado com a ideia de que eles devem atuar junto à população, “habilitados a compreender a complexidade pluridimensional da problemática da segurança pública e agir em conformidade com esta compreensão, atuando, portanto, como ‘solucionadores de problemas’” (Brasil, 2003, p. 58). Já em 2007, com a implementação do *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (PRONASCI), as ações municipais de combate e prevenção da violência começaram a ganhar um pouco mais de destaque, difundindo-se, inclusive, para além da Guarda Municipal. Isso pode ser observado, por exemplo, com a criação dos *Gabinetes de Gestão Integrados Municipais* (GGIM) e dos *Conselhos Comunitários de Segurança Pública*.

Nesse sentido, cabe reconhecer que o governo federal tem apresentado estímulos à atuação dos municípios no que concerne às políticas de segurança, ainda que muitas delas continuem sendo preferencialmente desenvolvidas e implementadas pelos governos estaduais. Um desses incentivos advém da *Secretaria Nacional de Segurança Pública* (SENASP), que, juntamente com o Ministério da Justiça, vem liberando recursos para que os municípios invistam na área. Isso ocorre porque posto que as prefeituras, por estarem mais próximas às populações locais e, portanto, conhecerem (ou deveriam conhecer) melhor suas peculiaridades e demandas, estariam mais aptas a implementar políticas de administração dos conflitos não-repressivas. Por isso, pelo menos formalmente, o incentivo à municipalização da Segurança Pública pode ser entendido como parte de um esforço na busca pela consolidação de um Estado Democrático de Direito² no Brasil.

Em sua tese de livre docência, Amorim (1975) aponta que, historicamente, a administração pública federal nunca adotou políticas de descentralização, mas, sim, de desconcentração do poder, o que tem, por consequência, a manutenção de uma rede de dominação imposta pelo poder central aos poderes locais. Embora o trabalho de Amorim tenha como foco a burocracia do nordeste do Brasil, pode se afirmar que, a despeito de seus avanços, o atual movimento de municipalização da segurança pública tem esbarrado no mesmo tipo de centralismo político, posto que as ações municipais permanecem submetidas à regulação federal. Daí vem a conclusão tomada de empréstimo da socióloga de que não vivemos propriamente um quadro de descentralização, mas de desconcentração de certas políticas de segurança, uma vez que as mesmas são induzidas pela esfera central

² Anteriormente a 1988, no período do Regime Militar (1964–1985), a segurança pública era tratada em nível de Segurança Nacional e, por conta disso, não era tratada como direito e responsabilidade de todos.

e, portanto, continuam direta ou indiretamente submetidas às tomadas de decisão e aos recursos federais.

Nesse particular, Vargas (2010) observa que a suposta descentralização das políticas públicas assumiu uma característica peculiar na área de segurança, já que a Constituição não conferiu protagonismo aos municípios no que tange às funções de elaboração e desenvolvimento das políticas públicas do setor. Prova disso reside no fato de que o texto constitucional, embora tenha previsto e, pode se dizer, estimulado a criação das Guardas Municipais não por acaso, foi também “restritivo ao seu mandato, não especificando a sua organização, funcionamento ou atribuições” (ibid., p. 47).

A ideia de elaborar um sistema integrando as informações e ações das instituições ligadas à Segurança Pública foi apresentado, pela primeira vez, em 2004, junto com o “Programa Segurança Pública para o Brasil” (2003), através do *Sistema Único de Segurança Pública* (SUSP). O projeto, que foi reelaborado em 2007, depois da implementação do PRONASCI, tinha o objetivo de propiciar a articulação entre ações federais, estaduais e municipais no campo da segurança pública e justiça criminal, integrando, também, os próprios órgãos de segurança (Miranda, 2008). Os principais eixos de atuação eram: gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhora da produção de prova; prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes; e, finalmente, modernização da gestão da segurança pública nos órgãos de segurança pública.

O projeto, embora tenha sido considerado estrategicamente interessante, acabou se confrontando com uma série de obstáculos. Segundo pesquisadores da área (Miranda, 2008; Miranda, Oliveira, e Paes, 2010; Ribeiro e Silva, 2010; e Azevedo e Vasconcelos, 2011), um dos mais evidentes reside na resistência quanto à divulgação dos registros produzidos por cada uma das instâncias envolvidas, o que dificulta a efetiva integração dos dados e informações sobre criminalidade, violência e justiça, tal qual proposto pelo SUSP (Miranda, 2008). Isso ocorre, conforme assinalam Azevedo e Vasconcelos (2011), devido à desarticulação verificada tanto no Sistema de Segurança Pública quanto no Sistema de Justiça Criminal, o que tem a ver com as disputas por prerrogativas entre as agências que o compõem. De acordo com os autores,

A inexistência de padrão de registro unificado para os casos, o descompasso entre as formas organizacionais das diferentes agências [...] e as deficiências e

incapacidades históricas de comunicação entre todas as agências são alguns dos indicadores dessa desarticulação. A própria ideia de Sistema de Justiça Criminal parece mais um artifício conceitual (e quase retórico) utilizado por nós, cientistas sociais, para referirmo-nos a um objeto por vezes inatingível empiricamente.

(Ratton apud Azevedo e Vasconcelos, 2011, p 64).

Como apontam diversos estudos da área de Ciências Sociais³, a noção de sistema pressupõe harmonia, comunicabilidade e interdependência entre os seus elementos, de tal maneira que a alteração em uma das partes, conseqüentemente, causa efeito no conjunto. Nesse sentido, pode se afirmar que não há, na verdade, um Sistema de Segurança Pública no Brasil, posto que não se verifica uma integração sistêmica entre os órgãos e instituições que o compõem. Todavia, embora não seja possível encará-lo como um sistema propriamente dito, não há como avaliar corretamente a atuação de instituições como, por exemplo, as Guardas Municipais sem levar em conta as relações que os seus agentes estabelecem com outros agentes da área de segurança pública. Como pretendo apontar no decorrer do trabalho, a relação da Guarda Municipal de São Gonçalo com outras instituições se dá, sobretudo, por meio das relações pessoais que os seus agentes estabelecem entre si, o que, de alguma maneira, promove a difusão de algumas ideias e valores como, por exemplo, as derivadas da influência militar sobre as práticas e representações dos agentes da Guarda. No caso específico de São Gonçalo, desde a elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública, pelo Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF), em 2008, é notório que muitos dos guardas municipais, apesar de reclamarem da disciplina militarizada que lhes é imposta, ainda desejam possuir um status semelhante ao dos militares. Como irei ressaltar, muitos deles acreditam que a instituição a que pertencem somente terá credibilidade diante dos outros órgãos de segurança pública e do público em geral se os seus atributos puderem ser comparados aos da Polícia Militar.

Em contraposição a esse tipo de influência na organização e constituição das Guardas Municipais, foi instituída, em agosto de 2014, a lei 13.022, também conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais. Essa lei afirma que as Guardas são instituições de caráter civil, ficando, assim, proibida a incorporação de princípios militares em sua estrutura hierárquica e, também, nos seus regulamentos disciplinares. Do ponto de vista legal, buscou-se, fundamentalmente, definir a abrangência e esmiuçar as

³ Alguns autores que trataram e discutiram a noção de sistema nas Ciências Sociais foram Durkheim (2009), Radcliffe-Brown (2013) e Lévi-Strauss (1991).

competências das Guardas Municipais no Brasil. Desse modo, se o texto constitucional centrava o papel das Guardas Municipais somente na proteção do patrimônio público, com o Estatuto Geral das Guardas Municipais, as suas funções teriam se ampliado significativamente, conforme é possível observar abaixo:

Capítulo III

Das Competências

Art. 4o É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Parágrafo único. Os bens mencionados no *caput* abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5o São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades; IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

(BRASIL, Lei nº 13.022, 2014, art. 4 e 5)

Como é possível se notar na reprodução acima, com a aprovação da lei 13.022, fica estabelecido que uma das possíveis funções da Guarda Municipal diz respeito ao exercício das competências de trânsito, desde que essas lhes sejam formalmente conferidas. No caso de São Gonçalo, foi sobre tal exercício, suas práticas e representações que recaiu a minha atenção.

Meu interesse pelo tema surgiu quando realizei uma etnografia na Guarda Municipal de Rio Bonito (RJ), que posteriormente resultou no meu trabalho monográfico de conclusão da graduação em Ciências Sociais, intitulado “*Telefone sem fio*”: *Uma etnografia do processo de registro dos atendimentos prestados pela Guarda Municipal de Rio Bonito* (Rocha, 2013)⁴. Para produzi-lo, procurei compreender as diferentes visões dos agentes envolvidos nos processos de registro dos atendimentos, desde o momento em que o fato operacional ou administrativo acontecia, passando pelo registro propriamente dito, até chegar aos seus possíveis usos e destinos. Em relação a este trabalho, foi possível perceber que as funções que um guarda municipal deve realizar, muitas vezes, não são

⁴ Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

formalmente conhecidas nem pela população e nem pelos próprios agentes, o que prejudica a construção de uma identidade institucional formal que sirva de base para a sua atuação (Miranda, Mouzinho e Mello, 2003; Mello, 2011).

O presente trabalho corresponde a um desdobramento da minha participação no subprojeto *Desenvolvimento e Monitoramento de Indicadores de Segurança Social e de Segurança Pública a partir dos atendimentos realizados pela Guarda Municipal de São Gonçalo*, coordenado pela professora Ana Paula Mendes de Miranda e integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC). O objetivo do subprojeto era compreender o processo de classificação das ocorrências atendidas pelos agentes da Guarda Municipal, visando o desenvolvimento de um banco de dados que viabilizasse a construção de um painel de indicadores para o monitoramento das políticas públicas de segurança.

Durante o desenvolvimento do projeto, Azevedo (2012) observou que os registros realizados em livros de ocorrências e no “Talão de Registro de Ocorrência” (TRO) não eram organizados para subsidiar o trabalho da instituição e, sim, para “resguardar” o guarda de eventuais problemas ou, então, para punir outro(s) agente(s). A autora concluiu que a introdução do TRO não alterou a maneira como eram registrados os atendimentos, percebendo, assim, que não adianta ter o melhor programa de computador para estruturar um banco de dados se os agentes envolvidos não compartilharem da mesma lógica (Miranda, Azevedo e Rocha, 2014). A não sistematização das informações levou os pesquisadores do projeto a desenvolvermos uma página virtual, chamada *Informações sobre conflitos no espaço Urbano – CEU*⁵, que se constituiu enquanto uma proposta alternativa frente ao cenário encontrado, possibilitando, por essa via, a construção de um instrumento que contribuísse para o aperfeiçoamento e a acessibilidade dos registros realizados⁶. A partir das informações inseridas no site, observamos que os casos categorizados como “Colisão sem vítima” constavam como os principais atendimentos registrados pelos guardas municipais desde o início de 2010 até agosto de 2013. Com isso, comecei a perceber que a principal atividade da Guarda Municipal de São Gonçalo era a organização do trânsito da cidade e, a partir de então, passei a ter interesse em compreender como ocorre essa atividade e quais são os instrumentos usados pelos agentes

⁵ URL: < <http://www.uff.br/ceu-ineac>>. Acesso: 16/11/2015.

⁶ As informações presentes na página virtual são oriundas do “Talão de Registro de Ocorrência” (TRO).

para a sua organização. Em 2010, em razão do subprojeto supracitado, acompanhei o trabalho dos guardas municipais por um período de três meses, observando, sobretudo, a sua atuação na regulação do trânsito pelas ruas da cidade. Posteriormente, já inserida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), da Universidade Federal Fluminense, para cursar o mestrado, voltei a realizar observação direta das atividades desenvolvidas pelos guardas, inspirada pela questão que acabou por se tornar o meu objeto de pesquisa.

A primeira vez que fui a São Gonçalo foi no início do ano de 2010. Antes disso, já tinha escutado, algumas vezes, a máxima que intitula este trabalho, e foi ela que guiou minhas primeiras idas à cidade. Com o passar do tempo, à medida que frequentava as suas ruas, fui observando o trabalho dos guardas municipais e percebendo que a representação associada ao trânsito no município correspondia a uma imagem genérica e homogeneizante. No entanto, não poderia desconsiderá-la, muito embora, ao analisar o trabalho dos guardas municipais de São Gonçalo, tenha me dedicado a compreender o contexto no qual a instituição estava inserida, de modo a identificar até que ponto a atuação da Guarda Municipal dialogava com esse tipo de representação, assim como com as demais ideias e valores presentes no entorno social.

O fato de o meu lócus de pesquisa ser em São Gonçalo me proporcionou o acesso a algumas informações que serviram de base preliminar para a realização da pesquisa. Alguns colegas e companheiros da Universidade Federal Fluminense moram e/ou possuem família nessa cidade, e, por isso, conversar e trocar ideias com eles, a respeito dos meus interesses de pesquisa, me ajudou a entender um pouco da representação que os moradores têm do município, principalmente, quando se trata do trânsito. Muitas vezes, quando falava da pesquisa para alguém que morava ou tinha alguma relação com o município, escutava diversos comentários sobre as características do trânsito do Alcântara, inclusive sobre o porquê do ditado que nomeia este trabalho. Apesar de meus colegas e amigos não terem sido, propriamente, os interlocutores da pesquisa, o diálogo com eles foi útil para que eu começasse a refletir a respeito das questões das quais iria me ocupar. De certa maneira, era como se eles, em nossas conversas sobre o trânsito da cidade, estivessem me introduzindo no universo com o qual eu iria lidar durante o trabalho de campo.

Como disse, já tinha feito algumas incursões e observações para o projeto de pesquisa do qual tinha participado anteriormente. Contudo, a tarefa de começar a fazer

trabalho de campo naquela Guarda Municipal, agora movida por novas inquietações e perguntas, fazia parecer como se estivesse iniciando minha primeira experiência etnográfica.

1.1- Um (re)começo

Era a primeira semana de novembro de 2013 quando voltei a frequentar e acompanhar o trabalho dos guardas de São Gonçalo. A agente Fabiana⁷, que tinha mais de vinte anos na instituição, convidou a mim e outros colegas para fazermos uma palestra sobre nossa pesquisa⁸. A palestra seria dirigida à nova turma de guardas municipais que havia sido convocada no meio do ano. Como tinha ocorrido em outras oportunidades, a agente ficou responsável por organizar o curso de formação dos novatos. Segundo ela, sua base para estruturar o curso foi a Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais, e, a partir daí, ela buscava parcerias com outras instituições ou, mesmo, com guardas que pudessem ministrar os conteúdos da grade curricular. Antes de participar da palestra que eu e meus colegas iríamos fazer, fui até o colégio onde estavam sendo ministradas as aulas do curso para, de alguma maneira, começar a me aproximar dos agentes. O colégio ficava na Avenida Maricá, ao lado de um grande supermercado. Quando cheguei, os “recrutas”⁹ e demais guardas já estavam em uma sala, esperando o palestrante do dia. Assim que entrei na sala, os guardas olharam para trás, achando que era eu quem iria fazer a palestra. Cumprimentei a guarda Fabiana e um outro agente que estava ao seu lado. Sentei-me numa carteira ao fundo da sala, um pouco longe de onde eles estavam. Antes da fala do palestrante, um guarda chamado Wallace tinha dado uma aula para os “recrutas” sobre “Técnicas de telecomunicação”, focando no alfabeto fonético que deve ser utilizado em comunicações com rádio e na possibilidade de se montar uma rede de comunicações na Guarda Municipal. Um pouco antes de o agente terminar, o palestrante chegou. Era um senhor vestido de terno, que, depois fiquei sabendo, se tratava de um agente da Polícia Federal. O guarda Wallace, então, interrompeu sua aula para apresentar o palestrante: “Bom dia senhores, aqui está o senhor Fernandes, agente da Polícia Federal, que dará,

⁷ Optei por usar nomes fictícios para preservar a identidade dos agentes

⁸ Os colegas que também foram convidados a participar da palestra para a Guarda Municipal de São Gonçalo foram: Joelma de Souza Azevedo e Marcos Vinícius Moura.

⁹ “Recrutas” era a maneira como os demais guardas municipais se referiam aos guardas que ainda estavam em processo de formação.

hoje, uma palestra sobre o Estatuto do Desarmamento. Um, dois!”. Assim que o agente concluiu a frase, os “recrutas” levantaram, ficaram em posição de sentido e falaram: “Três, quatro!” em um tom de voz elevado, só voltando a se sentar quando o agente da Polícia Federal falou “descansar”.

Durante a aula, o palestrante focou nos pontos necessários para a obtenção do porte de arma de fogo. Por conta disso, a discussão sobre a sua pertinência ou necessidade na atividade da Guarda foi o tema central naquela manhã. A guarda Fabiana havia dito que, há algum tempo, eles fizeram uma pesquisa entre os guardas de São Gonçalo para saber a sua opinião sobre o assunto. Segundo ela, os guardas, em sua maioria, eram favoráveis ao armamento da Guarda, mas ela acreditava que, para isso, era preciso que o comando e demais gestores também estivessem de acordo. O guarda Wallace, por sua vez, disse que não era nem a favor nem contra o armamento da Guarda, mas que, na sua visão, seria preciso, antes de mais nada, discutir qual a função da Guarda Municipal para, só então, decidir quais eram os equipamentos e treinamentos realmente necessários.

Observar cenas como essas, além de outras ocorridas durante as aulas do curso, me fizeram notar que havia alguns valores e princípios militares influenciando, de alguma forma, a ação daqueles agentes, a despeito de seu papel estar mais ligado à administração dos pequenos conflitos existentes nas ruas e no trânsito. Comecei a perceber isso mais claramente quando passei a frequentar, com regularidade, as ruas da cidade, observando e acompanhando o trabalho deles.

1.2- Algumas observações metodológicas

Depois de assistir a algumas palestras realizadas durante o curso de formação da “turma 22 mil”¹⁰, passei a acompanhar os “estágios”¹¹. Essa atividade era a forma como os guardas municipais mais antigos ensinavam aos “recrutas” como deveriam atuar na organização e nos atendimentos prestados no trânsito. Ficava, normalmente, um grupo de dois ou três guardas mais novos com um outro agente mais antigo. A primeira vez em que

¹⁰ Conforme irei explicar posteriormente, os guardas municipais de São Gonçalo se classificam de acordo com as “turmas” de ingresso na instituição. Os dois números iniciais da matrícula dos agentes servem para diferenciar a “turma” a que cada um pertence.

¹¹ “Estágio” era a maneira como os guardas municipais chamaram as primeiras incursões dos “recrutas” no trabalho junto aos guardas mais antigos nas ruas da cidade.

testemunhei esse tipo de atividade foi no Alcântara, quando acompanhava o trabalho dos “recrutas” Márcia, Júnior e Umberto, então supervisionados pelo guarda Fábio. A partir de então, passei a ir com mais frequência a esse bairro, não só para observar o trabalho dos guardas municipais, como também para conhecer as suas ruas.

Mesmo já tendo ido algumas vezes a São Gonçalo, aquela realidade era um pouco distante da minha, já que moro na cidade vizinha, Niterói. Lembro-me, até hoje, de uma situação que me fez perceber isso, quando passei pela primeira vez na frente de um inusitado estabelecimento comercial. Fiquei um tempo na frente da loja, tentando entender o que era aquilo. Na frente do estabelecimento, ocupando uma parte da calçada, ficavam algumas mesas com verduras e legumes. Ao fundo, havia um balcão com um senhor logo atrás. Composto o ambiente, havia, ainda, um freezer com carnes e algumas pessoas fazendo compras. No canto esquerdo, uma parede inteira era ocupada por gaiolas com galinhas vivas e presas. Fiquei um tempo ali, observando, quando percebi que o senhor atrás do balcão me olhava fixamente, e, por isso, decidi ir embora sem saber, afinal, o que era o estabelecimento, se um açougue, um armazém ou uma verduraria. Depois, conversando com uma guarda, descrevi a loja e perguntei o que era. Ela me respondeu, em tom de gozação: “Ah, é o abatedouro! Tem muitos por aqui.”. A situação me fez compreender que o que tinha naquele bairro ainda era muito estranho para mim, assim como eu também era uma estranha naquele lugar. Passei, então, a flunar pelas ruas sem um ponto fixo de observação, buscando, de alguma maneira, realizar aquilo a que Da Matta (1978) se referiu como a primeira operação do ofício do etnólogo: “a transformação do exótico em familiar” (p. 04). Com o passar do tempo, à medida que os guardas iam se acostumando com minha presença, também fui me acostumando com a deles e com as ruas, de modo que aquilo que antes me surpreendia passava também a fazer parte do meu dia-a-dia.

Passei a frequentar as ruas de São Gonçalo em novembro de 2013, quando os guardas da última “turma” eram ainda “recrutas”. Continuei fazendo campo no município até novembro de 2014. Ia de duas a três vezes por semana à cidade, acompanhando e observando o trabalho dos guardas nas ruas do Alcântara e do Centro. Durante a realização do projeto sobre as formas de registro dessa Guarda, percebi que a maior parte deles envolvia “colisão sem vítima e com vítima” e se concentrava no Alcântara. Por isso, num primeiro momento, minha intenção era fazer trabalho de campo observando apenas a atuação dos guardas que trabalhavam nesse bairro. Com o passar do tempo, os próprios

guardas começaram a me perguntar por que eu não ia aos “setores”¹² localizados em outros bairros, incentivando-me a ir ao Centro, já que lá, segundo eles, havia “menos movimento de veículos e pessoas”. Resolvi começar, então, ainda no início de 2014, a ir ao Centro de São Gonçalo. Lá também se concentrava grande parte dos “setores” de atuação dos guardas responsáveis pela regulação do trânsito. Por conta do trabalho de campo, acabei frequentando mais o Centro e o Alcântara, embora também tenha ido a outros “setores”, como os que ficam no bairro Paraíso e no Colubandê.

Chegava a São Gonçalo por volta das nove horas e ficava até as 18 horas, mais ou menos. Quando estava ainda no ônibus, indo de Niterói para São Gonçalo ou fazendo o caminho inverso, procurava conversar com passageiros enquanto prestava atenção no itinerário que fazíamos até chegar ao meu destino. Como, no início, São Gonçalo se mostrava relativamente distante de minha realidade, esse exercício me ajudava a compreender como as pessoas usufruíam e se apropriavam daqueles espaços. Quando chegava ao Alcântara ou ao Centro, procurava andar pelas ruas e observar as primeiras movimentações da manhã: os comerciantes abrindo suas lojas, os camelôs montando suas barracas, as filas dos ônibus com destino ao Rio de Janeiro e a Niterói aumentando. Andava pelas ruas da cidade para conhecer um pouco melhor aquela realidade, procurando me perder em cada local potencialmente capaz de me surpreender com o novo e o diferente. Por vezes, apenas procurava por um guarda municipal ao qual, caso não conhecesse, prontamente me apresentava.

A observação direta foi uma estratégia metodológica importante. Quando não estava andando pelas ruas, mantinha-me próximo a um guarda, procurando observar seu trabalho e sua interação com o entorno. Também conversava com eles; mas, na maior parte das vezes, ficava um pouco afastada para não atrapalhar e/ou interferir demasiadamente em suas ações. Aproximava-me, porém, quando ocorriam “imprevistos”, tais como, colisões, acidentes, pequenos conflitos etc. Buscava não ficar muito tempo junto a um único guarda. Durante o dia, ia de um lado a outro do bairro observando o trabalho de diversos agentes e conversando com eles. A observação do trabalho dos guardas foi realizada, portanto, do ponto de vista de um transeunte, mesmo porque nunca cheguei a dirigir pelas ruas da cidade.

¹² “Setor” é a maneira como os guardas municipais de São Gonçalo denominam os locais de trabalho no trânsito da cidade.

Ao andar pelas ruas e vagar pelas esquinas, era confrontada com uma série de informações, sons e significados difíceis de assimilar em sua totalidade. Daí emerge a necessidade do “exercício de transitividade” a que me submeti frente aos variados estímulos que surgem quando se observa a cidade, mesmo que de uma determinada perspectiva (Caruso, 2009). Essa estratégia foi empregada, também, por Caruso (2009) em sua tese de doutorado intitulada *Entre ruas, becos e esquinas: por uma antropologia dos processos de construção da ordem na Lapa carioca*. No caso, o trabalho de campo da autora foi marcado por um “exercício de transitividade” (p. 37), que lhe permitiu compreender as especificidades na relação espaço-tempo observadas no contexto em questão. Ao demonstrar o desafio de experimentar a cidade em sua totalidade, ela (2009) enfatiza que

os fragmentos de realidade que compõem o mosaico da vida metropolitana trazem à baila o desafio de observar o que está em movimento, em repensar, o que para qualquer antropólogo é crucial, que é definir o seu ‘ponto de observação’. Nesse sentido, o trabalho etnográfico na metrópole impôs o desafio de *perambular pela cidade*, num estado de ‘deriva’ (p. 37, grifos da autora)

Em grande medida, o meu trabalho de campo também foi marcado por esse “perambular pela cidade”, por esse “estado de deriva” (p. 38) que me levava a flunar e transitar pelos mais variados caminhos percorridos não só pelos guardas municipais, como também por outros agentes que transitavam pela cidade. Observar essa interação entre os guardas municipais e demais agentes era importante para perceber como os seus espaços de atuação eram construídos, assim como para compreender as ideias e valores presentes nos múltiplos atendimentos prestados. A arte de perambular ou de flunar pelas ruas de São Gonçalo me permitiu perceber de que maneira diferentes agentes construía seus trajetos, revelando, assim, a forma como significavam as suas relações e os seus pertencimentos àquele(s) espaço(s).

Conforme comecei a vagar pelas ruas, percebi que os guardas mais antigos em atividade no Alcântara já me conheciam, sobretudo, por conta do mencionado projeto de que participei. Mesmo assim, muitos deles se sentiam intimidados a conversar comigo, já que não sabiam se a pesquisa que eu estava fazendo poderia expô-los de alguma forma. Alguns chegaram a me perguntar se eu tinha alguma ligação com o secretário de Segurança Pública da cidade, desconfiados de que eu poderia ser algum tipo de “espiã” ou algo assim. Deve ser mesmo algo incômodo ter alguma pessoa ao seu lado observando o

seu trabalho sem se saber ao certo quem ela é ou o que pretende fazer. Por mais que eu me apresentasse e falasse qual era meu objetivo, todas as vezes em que me dirigia a um agente com o qual não tinha proximidade, permanecia uma certa desconfiança sobre quem eu era e as razões que me levavam àquelas ruas. Devido ao curso de formação e à palestra que ministrei, já tinha conseguido construir uma relação de proximidade com os guardas municipais mais novos, inteirando-os, antecipadamente, da minha intenção. Por isso, num primeiro momento, o trabalho de campo acabou se centrando na observação do trabalho dos guardas municipais que tinham entrado na instituição no ano de 2013.

Com o passar do tempo e à medida que ia mais vezes a campo, fui criando maior intimidade com os outros guardas municipais, mesmo com aqueles mais antigos que, a princípio, me evitavam. Percebi que estava começando a ser aceita entre eles quando começaram a lembrar do meu nome. No início, como disse, alguns acreditavam que eu estava indo ao Alcântara para vigiá-los. Gustavo, um agente que possuía três anos na instituição, era um deles. O guarda chegou até a me falar isso algumas vezes, mesmo que, reiteradas vezes, eu tentasse explicar o que fazia ali. Certo dia, estava próximo à entrada do terminal de ônibus, ao lado dos guardas Laís e Gustavo, e esse perguntou, mais uma vez, qual era o meu nome. Depois de responder, ele me questionou sobre a pesquisa. Expliquei novamente e, então, o agente me falou um pouco da sua maneira de atuar ali. A partir de então, ele e sua colega não esqueceram mais o meu nome, passando a se mostrar mais abertos a conversar comigo, inclusive sobre os assuntos relacionados ao seu trabalho.

Assim como aconteceu no Alcântara, inicialmente, minha presença também foi vista com certa desconfiança pelos guardas que atuavam no Centro de São Gonçalo. Mas, à medida que a pesquisa se desenvolvia, também construía com eles uma relação de maior proximidade. À certa altura, minha presença nas ruas do Alcântara e do Centro já tinha se tornado tão comum que passei a escutar frases como: “Já pode se tornar guarda!”, “Vou te dar um apito para puxar o trânsito também.” ou, ainda, “Só falta vestir a farda!”.

Percebi que construir uma relação de proximidade com as guardas que trabalhavam no Alcântara foi essencial para que os demais agentes, inclusive homens, me aceitassem. Inicialmente, elas se sentiam mais à vontade com minha presença, mostrando-se curiosas sobre meu trabalho e conversando bastante comigo. Na maioria das vezes, as respostas às minhas perguntas geravam interações mais detidas, ou seja, não eram monossilábicas como aquelas que alguns guardas homens forneciam em uma primeira aproximação. Criei uma intimidade maior com as guardas Flávia e Laís, ambas pertencentes à última turma de

agentes que entraram na instituição. Com elas, conversava desde assuntos relacionados a sua atuação profissional até curiosidades sobre cabelo e maquiagem. Laís, por exemplo, chegou até a me dar um presente quando estava próximo do meu aniversário. As duas, em diferentes momentos, passaram a me convidar para lanchar ou acompanhá-las até o local onde costumavam tomar água e ir ao banheiro. Estar presente nesses momentos de informalidade, em que os guardas poderiam ficar sem a “cobertura”¹³ e sem a rigidez que o uniforme exigia, foi essencial não só para criar uma proximidade maior com os demais agentes, mas, também, para conhecer e entender quem era cada um deles. Alguns guardas tinham, mais ou menos, minha idade, outros eram mais velhos. Nas conversas que tínhamos, passava a conhecer um pouco da família de cada um, o que faziam em seus momentos de folga, as situações que ocorreram por aquelas ruas nos dias em que eu não estava presente etc. Com o passar do tempo, já sabia os locais onde eles costumavam comer, os horários em que chegavam ou iam embora, aqueles que eram reconhecidos como “durões” e aqueles que eram vistos como “bonzinhos”. Muitas vezes, ia lanchar com os guardas, andava com eles pelas ruas, de um lado a outro do “setor”, e participava de uma série de momentos de suas rotinas diárias.

Com o passar do tempo, alguns guardas começaram a acreditar que a realização da pesquisa seria uma forma de divulgar ou, até mesmo, de dar visibilidade ao seu trabalho. Foram várias as vezes em que escutei que eu deveria colocar minha pesquisa em “uma matéria de jornal” para que “a população”, de alguma forma, pudesse ver o que os guardas fazem diariamente. O guarda Fábio, por exemplo, mencionou isso algumas vezes. Ele era um dos criadores de um jornal que, além de veicular reportagens com conteúdos sobre a instituição, apresentava notícias sobre variedades, tendo como fonte os jornais e páginas virtuais de grande circulação. Outros guardas achavam que eu deveria escrever uma “matéria no jornal” contando os “problemas estruturais” da cidade, tais como os relativos à sinalização e ao asfaltamento das ruas. Diante de tais expectativas, procurava deixar claro que eu não era jornalista e não tinha intenção de fazer “uma matéria de jornal”, mas um trabalho acadêmico, tendo por base aquilo que eu estava observando em suas rotinas diárias.

Para a realização da pesquisa, assumi como pressuposto epistemológico que a etnografia busca compreender o outro através dos “atos de olhar, ouvir e escrever”, três faculdades fundamentais para o fazer antropológico (Cardoso de Oliveira, 1998, p.17).

¹³ Cobertura é o nome dado pelos guardas municipais ao boné que faz parte do uniforme oficial.

Nesse sentido, vagar, perambular, flunar pelas ruas de São Gonçalo, sem um ponto fixo de observação, a fim de experimentar a cidade e realizar observação direta do trabalho dos guardas municipais, foram, sem dúvida, as estratégias metodológicas que mais utilizei durante o ano em que empreendi o trabalho de campo. No entanto, empreguei também outros recursos que foram igualmente importantes para a construção dos dados. Por meio de entrevistas informais, busquei entender como era a atuação dos guardas nas ruas, assim como obter informações específicas sobre a instituição a que serviam. Muitas vezes, ficava próxima dos guardas, em seus “setores”, e conversava sobre situações ocorridas naquele momento ou em outro qualquer, sobre as quais ainda me restavam dúvidas. Quando não tinha muita proximidade com o agente, costumava fazer perguntas mais amplas para, de alguma forma, iniciar uma conversa. Fazia perguntas como, por exemplo: “Como é sua relação com a população que passa por aqui?” ou “O que você faz para organizar o trânsito no seu “setor”?”. A partir daí, dispunha-me a escutar aquilo que o guarda tinha a dizer e, em seguida, fazia uma ou outra pergunta para dar sequência ao diálogo.

A partir de um roteiro pré-estruturado, fiz, também, entrevistas com alguns guardas que trabalhavam na sede da instituição e com o Comandante da Guarda Municipal de São Gonçalo. Por conta da pesquisa anterior, já conhecia parte dos guardas, tendo, inclusive, proximidade com alguns deles. Contudo, o fato de ter ido mais vezes às ruas do que à sede fez com que me aproximasse mais dos agentes do trânsito e acabasse me distanciando dos guardas que ficavam na “base”¹⁴. Todas as vezes em que ia lá, era bem recebida; os agentes me ofereciam café, diziam para eu voltar mais vezes e respondiam prontamente às minhas perguntas. Todavia, por não possuímos mais tanta proximidade, as conversas e entrevistas informais já não fluíam tão bem. Não raro, eles se mostravam mais preocupados em me ouvir do que em falar, dando respostas curtas para o que era perguntado. Por isso, optei por realizar entrevistas pré-estruturadas com guardas que ocupavam posições hierarquicamente destacadas, como, por exemplo, a guarda Fabiana, que era assessora da Ronda Escolar e trabalhava no setor administrativo. O mesmo se passou com o guarda Abreu, que trabalhava no setor responsável por fazer as “escalas de serviço”¹⁵ e alocar os guardas nos “setores” e “postos fixos”¹⁶ de trabalho. Em ambas as

¹⁴ “Base” era a maneira como os guardas municipais que trabalhavam nas ruas chamavam a sede da instituição.

¹⁵ “Escala de serviço” é um documento produzido pela Guarda Municipal de São Gonçalo a fim de distribuir os agentes de acordo com os plantões e horários de trabalho disponíveis.

¹⁶ “Postos fixos” era a maneira como os guardas municipais denominavam os locais de trabalho em prédios públicos.

ocasiões, pedi permissão antecipada para fazer as entrevistas, retornando num dia posterior para realizá-las, com base num roteiro previamente estruturado. A entrevista com o Comandante seguiu o mesmo protocolo.

Acompanhar páginas e grupos no Facebook foi, também, importante para começar a compreender as visões dos guardas municipais e de moradores de São Gonçalo a respeito de alguns assuntos de meu interesse. Durante a pesquisa, acompanhei duas páginas¹⁷ que faziam postagens sobre temas como as “mazelas” por que o município passava. Tanto aquilo que era publicado quanto os comentários feitos por pessoas que curtiam as páginas foram importantes para eu começar a perceber qual era a visão que parte da população tinha a respeito de determinadas áreas, assim como da cidade em geral. Adicionar alguns interlocutores da guarda municipal ao meu perfil em uma rede social também foi importante para construir uma relação de maior proximidade com alguns agentes. Percebi que estar aberta para compartilhar alguns assuntos, também virtualmente, poderia ser uma forma de manter ou cultivar o vínculo estabelecido. De certa forma, era como se, com isso, eu me aproximasse um pouco mais de um mundo que ainda estava relativamente distante. Por isso, além de adicioná-los, procurei fazer parte dos grupos nos quais os guardas partilhavam assuntos entre si, como, por exemplo, sobre as motivações que os levaram a organizar uma manifestação que ocorreu em novembro de 2014. Particpei, também, de grupos e comunidades dos quais guardas de todo Brasil faziam parte e nos quais eram discutidas pautas mais gerais, como as referentes à votação da lei 13022, chamada de Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Antes de tratar especificamente dos contextos em que a Guarda Municipal de São Gonçalo está inserida, é importante ressaltar que optei por utilizar nomes fictícios para, de alguma forma, preservar a identidade dos guardas com quem mantive contato. Além disso, procurei, também, mudar ou ocultar os nomes das ruas e pontos de referências que faziam parte dos documentos oficiais e internos a fim de respeitar o sigilo dessas informações.

No que se refere à estrutura desta dissertação, além de uma introdução e das considerações finais, ela é composta de mais três capítulos. No capítulo dois, denominado *São Gonçalo e suas representações: pensando sobre a cidade*, enfatizo que, muito antes de a lei 13.022 ser sancionada, o trânsito já era uma questão cara ao município.

¹⁷ A saber: “São Gonçalo da depressão” (URL: <<https://www.facebook.com/SaoGoncaloDaDepressao>>. Acesso: 16/11/2015) e “São Gonçalo é tenso” (URL: <<https://www.facebook.com/saogoncaloetenso>>. Acesso: 16/11/2015).

Concentro-me em apresentar São Gonçalo, descrevendo mais pormenorizadamente o bairro do Alcântara¹⁸ e o Centro da cidade, onde concentrei meu trabalho de campo. De maneira geral, o objetivo do capítulo é discorrer sobre algumas categorias nativas que se costumam associar à cidade e que, de alguma maneira, ajudam a entender por que o seu trânsito é descrito como caótico e desorganizado. Isso, por consequência, contribui para a compreensão das formas de atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo.

No terceiro capítulo, intitulado *A Guarda Municipal de São Gonçalo: funções, atribuições e representações*, empenho-me em apresentar alguns pontos relativos ao funcionamento da instituição e à maneira como ela costuma ser representada por seus membros. Nesse sentido, são expostas: as competências previstas no *Regulamento Interno da Guarda Municipal de São Gonçalo*; a maneira como a autoridade e a estrutura hierárquica tendem a ser vistas pelos agentes que trabalham nas ruas; a forma como esses guardas classificavam a si mesmos e seus locais de trabalho; as punições normalmente estabelecidas etc.

No quarto capítulo, cujo título é *Práticas e representações dos guardas municipais no trânsito de São Gonçalo*, me dedico a descrever a atuação desses agentes na regulação do trânsito da cidade. A exemplo do que foi observado por outros pesquisadores (Miranda, 2002; Mello, 2011), o “bom senso” aparece enquanto uma categoria chave para se entender a maneira como eles agem, que, por vezes, tem como base o plano formal e, em outras ocasiões, o plano informal. São apresentadas várias situações que nos permitem entender de que maneira eles classificam os atendimentos e suas ações, como, por exemplo: o que é preciso para fazer o trânsito fluir; quais os aspectos que devem ser levados em conta para saber quando multar e quando não; quais as maneiras de se usar o apito; quando as relações de proximidade e pessoalidade devem ser levadas em conta; por que o porte de arma de fogo continua sendo exigido por alguns guardas; e, não menos importante, como são estabelecidas as relações de reciprocidade no trânsito.

¹⁸ Neste trabalho, faço referência ao bairro como “o Alcântara”, assim como alguns guardas municipais e demais agentes o chamavam. Por isso, esclareço que, mesmo em possíveis situações em que não seria preciso usá-lo, utilizo o artigo definido “o” para me aproximar da maneira como esse bairro era, por vezes, caracterizado.

2- São Gonçalo e suas representações: pensando sobre a cidade

Ao distinguir o objeto de estudo do lócus de uma pesquisa, Geertz (1989) estabelece que “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias.” (p. 32). Nesse sentido, antes de observar como os guardas municipais organizavam o trânsito de São Gonçalo, foi preciso me familiarizar um pouco mais com aquele contexto empírico que era, até então, relativamente distante de mim. Por isso, conforme mencionado, procurava conversar com amigos e colegas que moravam ou nasceram em São Gonçalo, a fim de ter acesso a informações iniciais sobre a cidade. Desde então, já escutava a máxima “quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar”. Ao me dizerem essa frase, eles não pretendiam enfatizar a destreza dos motoristas que transitavam pelas ruas da cidade, mas pôr em evidência uma imagem do trânsito que seria, supostamente, caótico e desorganizado.

Neste capítulo, procuro explorar os aspectos e efeitos simbólicos que acompanham esse tipo de representação construída sobre o trânsito de São Gonçalo. Considero o termo “representação” da maneira proposta por Durkheim (2009), segundo a qual as ideias que os homens têm sobre si são forjadas no interior das relações, coletivamente, ultrapassando, assim, a autonomia dos indivíduos. É importante ressaltar que, segundo o autor, as ideias alimentam os fazeres, muito embora as práticas não sejam estritamente um reflexo daquilo que se pensa. Dessa maneira, dependendo do contexto, ideias e práticas podem tanto se coadunar como se contrapor.

Essa discussão possui uma relação direta com o objetivo deste capítulo, já que pretendo analisar como se constitui a morfologia social de São Gonçalo, especialmente dos bairros do Alcântara e do Centro da cidade. Assim como definiram Mauss (2013) e Halbwachs (2006), a morfologia social tem a ver com a maneira como, a partir de determinados usos e costumes, são organizadas e estruturadas as relações num determinado contexto socioespacial. Com base nessa perspectiva, procurei mapear a maneira como as ruas dos referidos bairros são ocupadas e utilizadas pelos agentes que nelas transitam e/ou atuam, de modo a compreender, com isso, como tais espaços são socialmente construídos.

2.1. São Gonçalo: nomes e estereótipos

São Gonçalo é uma cidade que fica na região metropolitana do Rio de Janeiro, a apenas vinte quilômetros da capital. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, consta de 1.031.903 de habitantes, uma das maiores do estado¹⁹. O município faz divisa com Niterói, Maricá e Itaboraí, apresentando uma ampla extensão territorial de 247.709 km² (Mapa 1).



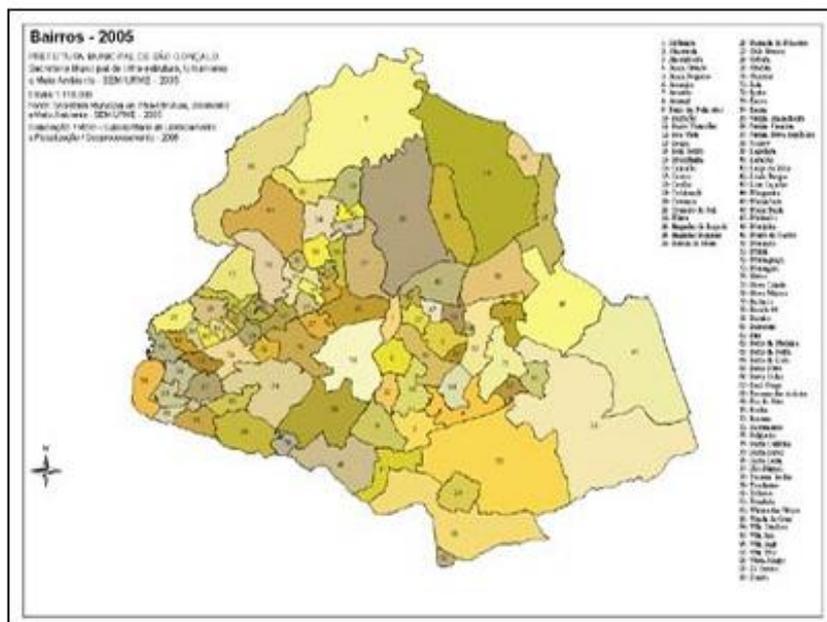
Mapa 1 – Município de São Gonçalo

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. URL: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330490&search=||info%EFicos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso: 25/08/2014.

Os 91 bairros de São Gonçalo (Mapa 2) estão divididos em cinco distritos (Mapa 3). São eles: São Gonçalo (distrito sede), Ipiiba, Monjolo, Neves e Sete Pontes²⁰ (Quadro 1).

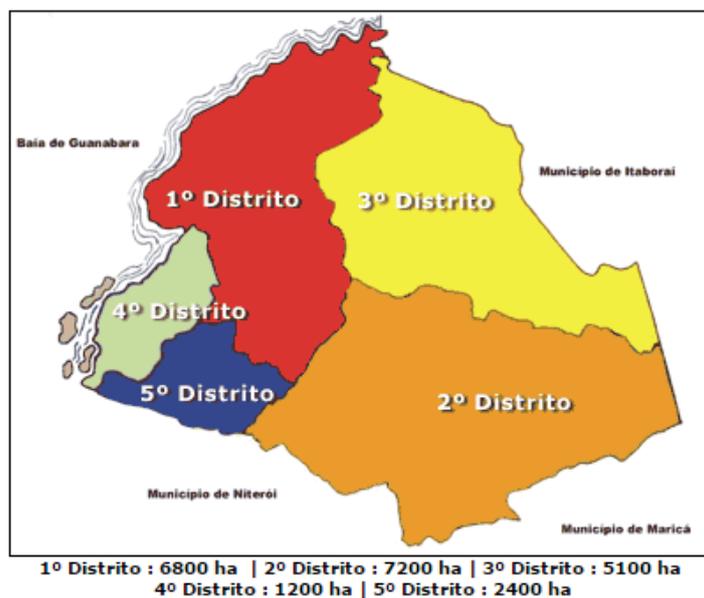
¹⁹ URL: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330490>. Acesso: 01/04/2015

²⁰ As informações oficiais são oriundas da página virtual oficial da prefeitura municipal de São Gonçalo. URL: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>. Acesso: 13/01/2015.



Mapa 2 – Bairros de São Gonçalo

Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Disponível em: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>. Acesso em 13 de janeiro de 2015 às 10h32min



Mapa 3 – Distritos de São Gonçalo

Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Disponível em: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>. Acesso em 13 de janeiro de 2015 às 10h25min

1º Distrito (30 bairros)	2º Distrito (20 bairros)	3º Distrito (17 bairros)	4º Distrito (13 bairros)	5º Distrito (10 bairros)
1. Palmeira	55. Almerinda	53. Jardim Catarina	6. Boa Vista	12. Venda da Cruz
2. Itaoca	56. Jardim Nova	63. Raul Veiga	7. Porto da Pedra	13. Convanca
3. Fazenda dos Mineiros	República	64. Vila Três	8. Porto Novo	28. Santa Catarina
4. Porto do Rosa	57. Arsenal	65. Laranjal	9. Gradim	29. Barro Vermelho
5. Boaçú	58. Maria Paula	66. Santa Luzia	10. Porto Velho	30. Pita
21. Zé Garoto	59. Arrastão	67. Bom Retiro	11. Neves	31. Zumbi
22. Brasilândia	60. Anaia Pequeno	68. Gebara	14. Vila Lage	32. Tenente Jardim
23. Rosane	61. Joquei	69. Vista Alegre	15. Porto da Madama	33. Morro do Castro
24. Vila Lara	62. Coelho	70. Lagoinha	16. Paraíso	34. Engenho Pequeno
25. Centro (Rodo de S.G.)	72. Amendoeira	71. Miriambi	17. Patronato	35. Novo México
26. Rocha	74. Jardim Amendoeira	73. Tiradentes	18. Mangueira	
27. Lindo Parque	75. Vila Candoza	85. Pacheco	19. Parada 40	
36. Tribobó	76. Anaia Grande	86. Barracão	20. Camarão	
37. Colubandê	77. Ipiíba	87. Guarani		
38. Mutondo	78. Engenho do Roçado	88. Monjolo		
39. Galo Branco	79. Rio do Ouro	89. Marambaia		
40. Estrela do Norte	80. Várzea das Moças	90. Largo da Idéia		
41. São Miguel	81. Santa Isabel	91. Guaxindiba		
42. Mutuá	82. Eliane			
43. Mutuaguaçu	83. Ieda			
44. Mutuapira	84. Sacramento			
45. Cruzeiro do Sul				
46. Antonina				
47. Nova Cidade				
48. Trindade				
49. Luiz Caçador				
50. Recanto das Acácias				
51. Itaúna				
52. Salgueiro				
54. Alcântara				

Quadro 1 –Divisão dos bairros de São Gonçalo por distritos

Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Disponível em:

<http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>. Acesso em 13 de janeiro de 2015 às 10h38min

O Centro (também apontado, no Quadro 1, como “rodo de S.G.”) e o Alcântara se encontram no primeiro distrito da cidade. Grande parte dos nomes das localidades, principalmente, dos primeiros bairros, se refere às fazendas, indústrias ou portos que antes existiam na região. Em meados do século XX, quando a cidade começou a crescer industrialmente, muitas fazendas começaram a fazer loteamentos, o que deu origem a muitos dos bairros hoje existentes. Segundo um guarda municipal, essa transformação do município tem consequências diretas na maneira como o trânsito da cidade se apresenta na atualidade:

“São Gonçalo era, antes, tudo fazenda. Até pouco tempo, era tudo mato. Depois, foram vendendo as fazendas para fazer loteamentos de casas. [É] por isso que, aqui, tem todas essas ruas estreitinhas. Não se vê uma avenida grande, não teve planejamento, é tudo rua. Agora, qualquer coisa que acontece fica tudo parado [o trânsito].”

(João, guarda municipal há 13 anos)

Durante o trabalho de campo, percebi que várias categorias nativas eram empregadas para fazer referência à cidade de São Gonçalo, tais como: “Manchester Fluminense”, “cidade invadida”, “cidade dormitório” e “cidade das praças”. A partir do que deparei, cada uma delas diz respeito a um período da história do município, de modo que, para analisá-las corretamente, é preciso respeitar uma sequência, ao mesmo tempo, lógica e cronológica. Durkheim (2009) já nos demonstrou que as categorias usadas por nossos interlocutores fazem parte de um sistema classificatório, o que pressupõe que elas possuem significados que, quando decodificados, permitem compreender a lógica com que operam em determinado sistema. Com isso, o que pretendo enfatizar é que, a partir do tipo de categoria que os agentes empregam para se referir à cidade, é possível entender o tipo de compreensão que é levada em conta sobre São Gonçalo.

No ano de 1948, o IBGE realizou uma “Sinopse Estatística”, abrangendo dados sobre os municípios brasileiros então existentes. A pesquisa englobou os aspectos históricos, geográficos e censitários da década. São Gonçalo havia se emancipado politicamente havia pouco mais de 50 anos, e sua população era de apenas 94.446 habitantes. Em relação à produção industrial, o documento afirma que:

Atualmente, o Município de São Gonçalo atingiu um elevado grau de desenvolvimento e prosperidade econômica. O seu parque industrial é considerado um dos mais importantes do Estado e mesmo do país, tendo à localidade merecida a cognominação de “Manchester Fluminense”. Nos setores social e agrícola, intenso é o progresso que se verifica, ensejando a que se tenha São Gonçalo como uma das mais produtivas e adiantadas comunas fluminenses.

(IBGE, 1948, p. 05)

Como mostra a pesquisa do IBGE, a partir da década de 1940, o município chegou ao auge de sua produção e concentração industrial, fazendo com que São Gonçalo figurasse como um dos mais importantes pólos industriais do antigo estado do Rio de Janeiro. Segundo Araujo e Mello (2014), o processo de industrialização da região foi deflagrado por iniciativa do setor privado que, àquela altura, contava com incentivos oferecidos pelo governo federal. Essa época de pujança econômica rendeu ao município a alcunha de “Manchester Fluminense”, em analogia à famosa cidade industrial britânica²¹. Uma das consequências desse alardeado crescimento econômico foi a ida de amplos segmentos sociais, das mais diversas procedências, para o município em busca de trabalho.

A esse respeito, o jornal *O São Gonçalo* enfatiza, na edição comemorativa do aniversário de 119 anos da cidade, publicada em 2009, que, à época, “muitas pessoas” foram do nordeste do país e do interior do estado para a cidade. A matéria realça, ainda, que, “por estar perto da então capital do estado, Niterói, e da capital federal, Rio de Janeiro, [São Gonçalo] ocupava lugar estratégico nesse fluxo migratório.”²². Como assinala Mendes (2002), por conta da grande afluência de migrantes, o município passou pelo mais alto crescimento populacional de sua história, o que ocasionou a ampliação do movimento de loteamentos de antigas fazendas, a que já fiz menção. A denominação de “cidade invadida” está diretamente relacionada a esse momento histórico, já que foi depois do período de crescimento econômico que ocorreu uma maior diversificação da população, haja vista que vários tipos de pessoas, com diferentes origens e modos de vida, passaram a conviver num mesmo espaço.

Segundo Guedes (1997), esses são episódios importantes na constituição da “identidade do gonçalense” (p. 58). Tal identidade, como qualquer outra, é construída de forma contrastiva e relacional, sendo que, no caso de São Gonçalo, as fronteiras simbólicas que separam seus habitantes de niteroienses e cariocas se revelam de forma especificamente significativa. Isso se dá por meio das representações produzidas pelos

²¹ A cidade britânica a qual estou me referindo é Manchester, importante, até hoje, pelo seu grande centro industrial e econômico. Durante a Revolução Industrial, no século XIX, a cidade começou a ganhar uma posição central para o desenvolvimento da Inglaterra, já que lá se concentrava grande parte das indústrias fabris. Engels (2008), quando escreveu sobre a situação dos trabalhadores na Inglaterra, já falou da importância da cidade para a industrialização do país e enfatizou, também, a miséria e as péssimas condições de trabalho que os operários e proletariados possuíam.

²² A matéria está disponível em URL:

<<http://www.osaogoncalo.com.br/esg+119+anos/2009/9/22/2271/uma+cidade+em+constante+transformacao>>. Acesso: 18/03/2015.

autointitulados “gonçalenses históricos” (que possuem uma forte identificação com a cidade), segundo as quais os “desenraizados” teriam transformado São Gonçalo numa “cidade-dormitório” (ibid., p.59). Numa entrevista realizada pela autora, um antigo morador fala da reconfiguração da cidade a partir da “invasão” desses “gonçalenses desenraizados”:

É uma São Gonçalo que, se você chegar aí e perguntar quem nasceu em São Gonçalo, só as criancinhas com menos de cinco anos, porque os outros têm origem fora de São Gonçalo. Essas pessoas vieram pra ocupar os terrenos dos loteamentos, porque elas já eram fruto do êxodo rural, da especulação imobiliária do Rio de Janeiro... Então o que aconteceu? Essas pessoas fizeram uma São Gonçalo absolutamente diferente, desenraizadas, elas não conhecem – algumas – a maioria delas não passam nem por aqui, os ônibus sobem pela Rodovia Amaral Peixoto, se você perguntar a elas onde fica o centro administrativo, onde fica a prefeitura, elas não sabem. Então, essa é uma outra São Gonçalo.

(Guedes, 1997, p. 60)

De acordo com essa visão, a cidade teria sido invadida por “gonçalenses desenraizados”, que não conhecem e não se identificam com o município, o que a transformou em “uma outra São Gonçalo”, muito diferente daquela que era conhecida como a “Manchester Fluminense”. Segundo essa perspectiva, a “invasão da cidade” também estaria relacionada à posterior decadência industrial que o município sofreu. Sobre essa decadência, Araujo e Melo (2014) observam que o processo de crescimento industrial teve “pouco fôlego, em pouco tempo, os investimentos industriais deram sinais de esgotamento, e, já no início da segunda metade do século, deu-se início ao processo de esvaziamento industrial” (p. 84). De acordo com esses autores, por mais que as indústrias contassem com incentivo fiscal para permanecer na cidade, o tardio investimento em obras infraestruturais, como em água e saneamento básico, fez com que várias delas passassem a deixar o município a partir da década de 1970. Ao apontar como essa decadência econômica afetou mais especificamente o bairro de Neves, Guedes (1997) afirma que, nessa época, aconteceu o fechamento de fábricas, como, por exemplo, a Companhia Fluminense de Manufatura, a Fiat Lux e algumas indústrias de conservação de pescado (p.68).

O descompasso entre a grande procura de empregos e a pouca oferta fez com que a população passasse a procurar empregos na capital do estado e, também, na então capital federal, Rio de Janeiro. Em consequência, São Gonçalo passou a ser conhecida como uma

“cidade dormitório”. Até os dias de hoje, o município é assim caracterizado, conforme podemos ver na introdução da Leitura Técnica do Plano Diretor da Cidade²³:

Terceiro município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro São Gonçalo caracteriza-se como cidade dormitório. Essa situação não é recente; distante apenas cerca de 10 km de Niterói, há muitos anos verifica-se entre as duas localidades um intenso movimento de migração pendular diária, concentrando-se em São Gonçalo o reservatório de mão-de-obra e as funções complementares, sobretudo de moradia para os trabalhadores, ficando Niterói com as tarefas produtivas e de acúmulo do capital.

(São Gonçalo, 2006)

A intensa frequência das praças, nos mais diversos bairros de São Gonçalo, tem relação direta com uma das maneiras como a cidade costuma ser representada. A primeira vez que escutei a expressão “cidade das praças” ocorreu quando um guarda municipal conversava comigo a respeito das obras que um antigo governante municipal havia realizado na cidade. Naquela ocasião, lembrei que esse governante, ao tentar eleger seu sucessor, exaltava o fato de ter revitalizado grande parte das praças da cidade. Segundo o guarda, a campanha que elegeu o referido gestor ficou popularmente conhecida como “campanha do tijolinho” e contava com a seguinte frase de impacto: “Vamos reconstruir São Gonçalo.” – o que, no caso, significava, fundamentalmente, pavimentar ruas e construir praças. O agente, então, me disse que “São Gonçalo sempre foi a cidade das praças, elas sempre foram importantes para a vida dos bairros”. Posteriormente, em outras conversas com guardas municipais e alguns colegas, voltei a escutar essa expressão. No entanto, a ideia de se encarar São Gonçalo como a “cidade das praças” parece ser relativamente recente, não porque não houvesse praças antigamente ou porque as pessoas não as frequentassem, mas porque a valorização pública desses espaços como um patrimônio dos gonçalenses tem a ver com um contexto histórico bastante atual. É claro que a Praça do bairro Trindade²⁴, a Praça dos Ex-combatentes²⁵, a localmente conhecida

²³ A Leitura Técnica do Plano Diretor do município de São Gonçalo, pode ser vista na íntegra na seguinte página virtual, URL:<http://www.pmsg.rj.gov.br/urbanismo/plano_diretor/leitura_tecnica/index.htm>. Acesso: 18/03/2015.

²⁴ O bairro de Trindade se localiza no terceiro distrito da cidade.

²⁵ A praça dos ex-combatentes está localizada no bairro Paraíso, mais especificamente, no quarto distrito de São Gonçalo. No centro dessa praça, encontra-se uma réplica de um tanque de guerra, em homenagem aos

“Praça Zé Garoto”²⁶ ou quaisquer outras praças da cidade possuem diferenças e peculiaridades quanto às formas de sociabilidade nelas desenvolvidas. Não me cabe, aqui, enfatizá-las ou discuti-las. Entretanto, acredito que esse é um aspecto importante para a compreensão do modo como muitas das relações sociais são estabelecidas em São Gonçalo, sobretudo, no que concerne à personalidade típica das interações desenvolvidas em tais espaços. É impossível não passar pela praça do bairro Trindade, por exemplo, numa sexta ou num sábado à noite, e não encontrar ela cheia tanto de jovens como, também, de famílias com suas crianças. Nesse sentido, São Gonçalo ser reconhecida enquanto “cidade das praças” significa se identificarem e se assumirem a familiaridade, a personalidade e a coletividade, por exemplo, enquanto características importantes para a construção das relações sociais na cidade.

Outro ponto abordado por Guedes (1997), e que, ainda hoje, é muito representativo de São Gonçalo, diz respeito à proximidade social do município com àqueles da chamada Baixada Fluminense, a saber: Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. Se levarmos em conta somente os termos geoespaciais, percebemos, como demonstrado no primeiro mapa (Mapa 1), que São Gonçalo se situa na outra margem da Baía de Guanabara e não tem nenhuma proximidade com tais municípios. Entretanto, apesar de essas cidades não estarem fisicamente próximas, suas características sociais as aproximam. Essa questão vai ao encontro de uma crítica feita por um guarda municipal durante meu trabalho de campo. Era muito comum que os agentes reclamassem dos pedestres, tanto por não atravessarem na faixa como por o fazerem com o sinal aberto para carros. Em uma dessas circunstâncias, um guarda me disse que São Gonçalo parecia ser uma “extensão” da Baixada Fluminense, já que “a Baixada é uma terra sem lei, e São Gonçalo parece que também é. Os pedestres nunca acham que as leis de trânsito também valem para eles”. Desse ponto de vista, embora São Gonçalo e a Baixada Fluminense estejam a quilômetros de distância um do outro, sendo, portanto, fisicamente distantes, esses dois espaços acabam por ser representados como semelhantes e, desse modo, socialmente próximos (Park, 1979), uma vez que recebem o estereótipo de “terras sem lei”, onde pedestres e motoristas acreditam que podem tudo.

gonçalenses que serviram na Segunda Guerra Mundial. URL: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php>>. Acesso: 14/01/2015.

²⁶ A praça Zé Garoto é oficialmente conhecida como Praça Estefânia de Carvalho e se localiza no bairro Zé Garoto. O nome do bairro e o nome popular da praça se referem a um comerciante, filho de imigrante português, que possuía um armazém próximo de onde se encontra a praça hoje em dia. URL: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php>>. Acesso: 14/01/2015.

Ao desenvolver os seus estudos em um bairro habitado por imigrantes pobres descendentes de italianos (então identificado como Corneville), Foote-Whyte (2005) se defrontou com uma série de representações previamente construídas sobre o local. A área era vista como problemática e degradada, com altos índices de criminalidade e delinquência juvenil, o que foi gradativamente superado à medida que era realizada a pesquisa empírica por meio da qual o autor conseguiu lançar um outro olhar sobre aquela realidade. De certa forma, foi um movimento parecido com esse que tentei empreender ao realizar a pesquisa em São Gonçalo. Busquei, fundamentalmente, ir além de um olhar generalizante e homogeneizante para, a partir da pesquisa empírica, confrontá-lo com a lógica local conforme foi apresentada pelo(s) ponto(s) de vista nativo(s) a que tive acesso.

2.2. O Alcântara e a “pequena Índia”

Comecei a frequentar as ruas do Alcântara em novembro de 2013. Desde o primeiro dia, tive contato com os diversos sons e movimentos característicos daquele local. O calor escaldante do verão já se anunciava. As ruas e calçadas estavam cheias de *camelôs*²⁷, assim como de possíveis compradores, por conta do Natal que se aproximava. Era preciso prestar muita atenção ao andar pelas calçadas para não pisar nos produtos que os ambulantes estendiam no chão ou, mesmo, para não tropeçar em algum caixote ali deixado ao acaso. Alguns “camelôs” montavam barracas provisórias com caixotes e madeiras, ocupando grande parte das calçadas. Esses espaços eram como uma espécie de quebra-cabeça, onde cada coisa tinha o seu lugar: uma parte da calçada era destinada aos “camelôs”, outra era ocupada pelas enormes filas de pessoas que esperavam ônibus, e o que restava era destinado ao fluxo de pessoas que iam e vinham em sentidos contrários. Aquelas que estavam com mais pressa cortavam caminho pelos cantos das ruas. Nesse dia, apesar de já conhecer alguns guardas municipais, resolvi não conversar com eles. Interessava-me observar as atividades e as maneiras como aqueles espaços eram ocupados, o que, mal sabia eu, levaria muito mais do que um dia.

O bairro do Alcântara é um dos importantes pólos de negócios e comércio de São Gonçalo. Como mostra o Quadro 1, ele fica situado no primeiro distrito da cidade. Lá se

²⁷ Apesar de saber que as categorias “camelô” e “ambulante” possuem diferenças quanto ao uso, emprego as duas com o mesmo sentido, assim como alguns guardas municipais o faziam.

encontram lojas de eletrodomésticos, lojas de móveis, bares, agências bancárias, lanchonetes, hospitais, supermercados, escolas, clínicas, *shopping centers* e diversos outros edifícios comerciais. Quando vagava, pelas primeiras vezes, nas ruas do bairro, ainda tomada de um estranhamento inicial, indagava-me sobre como era possível aglutinar, em um mesmo local, linhas comerciais e de serviços tão diferentes, que iam desde barbeiros, sapateiros e “abatedouros” até “lojas de grife”, além de grandes redes de *fast food*.

A localmente conhecida “rua da feira” (Rua João Caetano) se destaca pelo comércio de têxteis, contando com muitas lojas conhecidas no setor varejista. Além dos inúmeros e variados estabelecimentos comerciais, a rua apresenta uma grande concentração de “ambulantes” em toda a sua extensão, que é destinada, exclusivamente, ao fluxo de pessoas (Fotografia 1). Quando andava por essa rua, ficava sem saber em que prestar atenção: se olhava para os produtos, se olhava para os compradores ou se escutava os “ambulantes” anunciando seus produtos. Impressionava-me a enorme quantidade de informações visuais e sonoras num só lugar. Além de poder encontrar praticamente qualquer coisa (mochilas, bolsas, sapatos, roupas, acessórios, produtos para casa, alimentos e mais uma infinidade de produtos), a cada trecho da rua, o transeunte tem contato com os mais diversos estilos musicais, já que, nas barracas, toca um pouco de tudo: funk, samba, pagode, MPB, música sertaneja etc.



Fotografia 1 – Rua João Caetano ou *rua da feira*

Fotografia tirada por Talitha Mirian do Amaral Rocha em 11 de agosto de 2014.

O bairro do Alcântara, que surgiu junto a uma estação de trem existente na época, se desenvolveu acoplado à rodovia estadual RJ-104, construída na década de 1970. Um viaduto corta a parte central do bairro (como mostra a Fotografia 2). Embaixo dele, funciona, hoje, um terminal rodoviário, onde estaciona grande parte dos ônibus que têm o bairro como destino. Ao lado do viaduto, estão as duas ruas de entrada e saída do bairro: a Amauri de Souza e a Jovelino de Oliveira Viana, respectivamente.



Fotografia 2 – Viaduto e principais ruas do Alcântara

Fotografia tirada por Talitha Mirian do Amaral Rocha em 06 de novembro de 2014.

Um dos meus primeiros estranhamentos em relação à cidade de São Gonçalo e, mais particularmente, ao bairro “do Alcântara” diz respeito à maneira como parte da população se refere à localidade. De início, não entendia a necessidade de chamar o bairro como “o Alcântara” ou “bairro *do* Alcântara”, em vez de simplesmente dizer “Alcântara” ou “bairro Alcântara”. Pode parecer algo sem importância, mas comecei a perceber que muitos com quem tinha contato (tanto entre meus colegas da universidade, como entre os guardas municipais ou quaisquer pessoas que se sentassem ao meu lado no ônibus) faziam menção ao bairro empregando o artigo definido masculino. Certa vez, uma colega, que

mora e nasceu em São Gonçalo, chegou a dizer que algumas pessoas chamam o bairro de “Ocântara”, numa espécie de junção do nome com o artigo. Com o passar do tempo, comecei a perceber que esse *o* poderia fazer parte da representação que a população e os guardas municipais possuem a respeito de como esse é um bairro diferente dos demais daquela cidade, com algumas peculiaridades que lhe são características e que eu tentarei descrever.

Certa vez, havia encontrado um colega que fez o curso de Ciências Sociais comigo e lhe disse, por alto, que, no mestrado, estava pesquisando como os guardas municipais organizam o trânsito de São Gonçalo. Lembrei logo que essa era sua cidade natal. Ele, então, me disse o seguinte:

“Você conhece Nova Deli? [Pergunto onde é.] É o Alcântara, igualzinho!! Coloca lá no *Google* e procura uma foto do trânsito de Nova Deli e depois procura uma foto do trânsito do Alcântara no dia 25 de dezembro. É igual, uma bagunça. O Alcântara tem de tudo!!”

Depois de algumas risadas, comecei a refletir sobre a representação dirigida ao bairro. A partir dali, reparei que eram feitas menções ou postagens no *Facebook* por alguém que se referia ao bairro como “pequena Índia” ou “Hellcântara”.



Fotografia 3 – Imagem satírica em relação ao AlcântaraURL:

<https://www.facebook.com/SaoGoncaloDaDepressao/photos/pb.410541585657743.-2207520000.1409411381./794441663934398/?type=3&theater>. Acesso: 30/08/2014.

A Fotografia 3 foi publicada em uma página do *Facebook* denominada “São Gonçalo da depressão”²⁸. Com mais de trinta mil curtidas, a página traz postagens bem-humoradas sobre situações ou “mazelas” por que o município passa. Acompanhar os comentários e publicações que são feitos nessa página também foi importante para compreender como parte da população representa esse bairro e, pode se dizer, a cidade como um todo. Mas, afinal, que tipo de relação a Índia pode ter com o Alcântara?

Eu nunca fui para Índia ou para Nova Deli e, muito menos, fiz qualquer incursão etnográfica por lá. Logo, não tenho a intenção de estabelecer uma perspectiva comparada com o bairro do Alcântara. No entanto, para entendermos por que alguns moradores de São Gonçalo fazem a comparação entre o bairro do Alcântara e a Índia, vou me basear nas percepções e representações que temos com relação ao trânsito desse país por meio das influências da chamada “grande mídia brasileira”, ou seja, revistas e canais de televisões de grande circulação que, em algum momento, fizeram alguma matéria ou programa televisivo a respeito disso, alimentando nosso imaginário quando se trata do trânsito da Índia. Cito, por exemplo, uma coluna publicada na página virtual da revista *Veja*, na qual, após a exibição de uma foto e um vídeo do trânsito em Jaipur, na Índia, afirma-se que o trânsito de lá seria “bem pior” do que os do Rio de Janeiro e São Paulo²⁹. O texto menciona, ainda, a deficiente infraestrutura urbana, a falta de semáforos, o grande volume e diversidade de veículos, além da enorme quantidade de pessoas que transita pelas ruas. Além disso, menciona-se o som incessante das buzinas que, aliado aos demais fatores, sugere a existência de um sistema de trânsito aparentemente confuso e desordenado.

A partir dessa perspectiva, o Alcântara seria, então, uma pequena amostra desse trânsito caótico – daí o bairro ser apelidado de “pequena Índia”. O fato é que, se parte da população representa São Gonçalo como uma “terra sem lei”, no que concerne ao bairro do Alcântara, a situação seria ainda pior, sobretudo no trânsito, que, como disse meu colega, era “uma bagunça”.

Sempre que ia conversar, pela primeira vez, com algum guarda municipal que trabalhava no Alcântara, ouvia que o “grande problema” do bairro é que “o Alcântara é um círculo”. Segundo os agentes, os principais entraves ao tráfego têm a ver com a

²⁸ Essa página foi elaborada por gonçalenses, e grande parte de seus seguidores também é moradora da cidade.

²⁹URL: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tema-livre/video-delirante-se-voce-acham-ruim-o-transito-em-sao-paulo-ou-no-rio-deem-uma-olhadinha-em-como-sao-as-coisas-em-jaipur-na-india/>. Acesso: 30/08/2014.

maneira como as ruas do bairro estão dispostas, tornando inevitável a ocorrência de congestionamentos a qualquer hora do dia. Como as ruas principais do bairro, por onde circula a maior quantidade de veículos, são interligadas, o congestionamento em qualquer uma delas acaba gerando congestionamento nas demais:

“Esse trânsito é um círculo. Aqui na frente tem uma rotatória, e lá atrás tem outra. Então, se fecha um lado, fecha tudo. Se parar onde estamos, para depois a Alfredo Backer, para a Jovelino de Oliveira Viana, e para depois lá na pista.”

(Fábio, guarda municipal há 13 anos)

De acordo com essa perspectiva, caso aconteça um acidente ou qualquer outra coisa que possa impedir o fluxo numa das vias principais, sejam nas duas ruas de entrada e saída do bairro (Amauri de Souza e Jovelino de Oliveira Viana) ou, mesmo, na Rua Doutor Alfredo Backer, outra rua importante do bairro, o congestionamento afeta todas as outras. Sendo assim, o importante, segundo essa visão, é fazer o trânsito em baixo do viaduto “circular”, pois, se isso acontecer, não há congestionamento em local nenhum do bairro.

Há quem diga que “o Alcântara tem de tudo”. O bairro se caracteriza pela diversidade, não só em termos comerciais, mas, também, em relação aos objetivos daqueles que nele circulam. Durante o período em que acompanhei o trabalho dos guardas municipais, notei que, todos os dias, as ruas estavam cheias de pessoas. Algumas eram clientes das lojas, outras estavam lá só de passagem para pegar um ônibus, havendo, ainda, aquelas que estavam ali para trabalhar, como os guardas municipais. Há uma grande quantidade de ônibus e vans que sai do bairro com destino para as mais diferentes localidades. Poderia, também, mencionar os inúmeros carros que circulam por lá e os muitos caminhões que param nos poucos locais permitidos para carga e descarga de produtos. Tudo isso me levava a perceber que a diversidade de pessoas que era possível se observar naquele bairro ocasionava e implicava uma diversidade de modos de uso do espaço público.

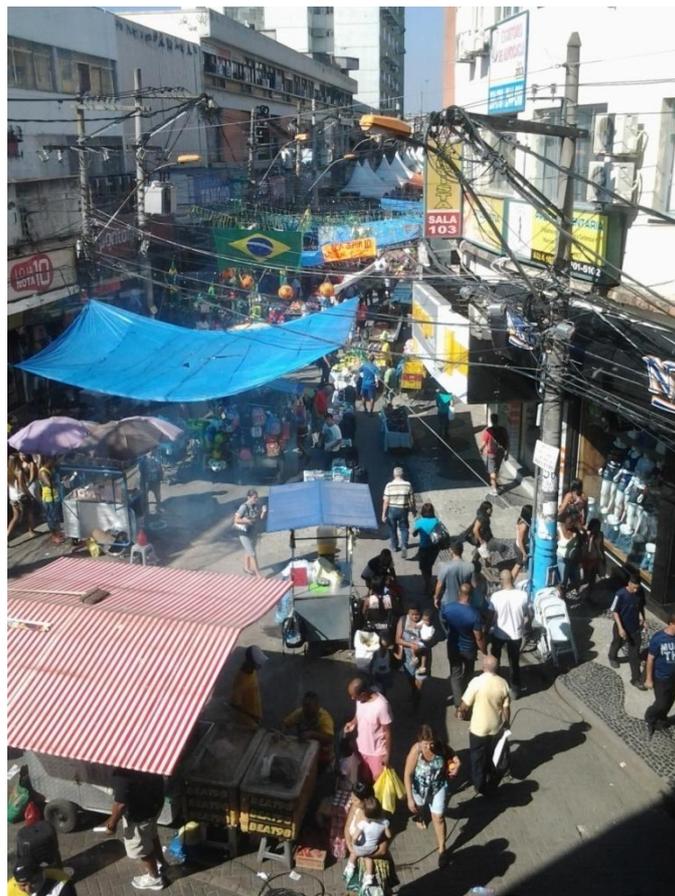
Os guardas municipais que trabalham nas ruas consideram que o mês de dezembro é aquele em que o trânsito fica pior, por essa ser a época em que cresce o movimento de pessoas, devido às compras de Natal. Há um considerável aumento do número de ambulantes nas calçadas, o que faz com que os pedestres sejam obrigados a andar mais

pelas ruas. Se o Alcântara já costuma ter bastante movimento em dias comuns, isso é ainda mais acentuado no final do ano, ocorrendo o mesmo quando se aproximam o Dia das Mães, a Copa do Mundo de Futebol ou, também, as eleições.

Durante esse um ano em que fiquei indo a esse bairro, percebi que, por conta dos comércios, dos “ambulantes” e da enorme quantidade de pessoas que circulam por lá, havia uma alteração na paisagem social das ruas do Alcântara, sobretudo nas datas comemorativas. Era próximo a essas datas que o número de “camelôs” nas ruas começava a aumentar. No Dia das Mães, viam-se flores e presentes temáticos para todos os lados; durante a Copa do Mundo, eram as bandeiras e camisas; na época das eleições, foram os santinhos e as placas com as fotos dos candidatos; e, no natal, foram os vários presentes temáticos, inclusive o Papai Noel. Além das percepções visuais que fazem parte da construção e descrição desse ambiente, não poderia deixar de mencionar o contato com inúmeros sons e barulhos que construíram a minha percepção sonora a respeito desse bairro. Apitos, buzinas, gritos, além dos camelôs anunciando seus produtos, faziam parte disso tudo. Na época da Copa do Mundo, junto a esses inúmeros sons, somou-se o barulho das cornetas que algumas pessoas insistiam em soprar, e, durante as eleições, foram os *jingles* dos políticos que se repetiam incansavelmente.

Comecei a prestar mais atenção nisso quando se aproximava o início da Copa do Mundo. Tinha ficado uns quatro dias sem ir ao bairro, e, quando voltei, parecia que estava em outro lugar. As ruas estavam tomadas por “camelôs” vendendo bandeiras do Brasil, camisas da seleção de todos os tamanhos e modelos, cornetas e mais uma gama de acessórios que, segundo os “ambulantes”, iriam “animar sua festa na hora de ver o jogo”. Não sei o porquê, mas as ruas e as pessoas pareciam mais alegres, talvez por causa do barulho das cornetas, talvez por causa do fato de que iriam sair mais cedo do trabalho ou, também, pela animação de torcer pela seleção brasileira numa Copa do Mundo realizada no Brasil. Tinha um clima de festa nas ruas: os barulhos das cornetas abafava as buzinas; os apitos, dessa vez, não eram só os dos guardas municipais; e os vendedores de bebidas anunciavam: “Latão! Um é três, dois por cinco”. Enquanto algumas pessoas andavam rápido, talvez com pressa de chegar às suas casas, outras pareciam já ter começado a comemorar mesmo antes do jogo começar. O número de carros nas ruas também era grande. Poucos ônibus circulavam, mesmo assim, os guardas municipais precisavam “puxar o trânsito” para o congestionamento não aumentar. Esse foi o cenário do Alcântara em praticamente todos os jogos do Brasil durante a Copa do Mundo. No entanto, um dia

depois da seleção brasileira ter sido derrotada pela Alemanha, já não havia uma bandeira do Brasil sequer sendo exposta pelos ambulantes ou lojistas. As poucas camisas do Brasil que restavam ficaram escondidas atrás das camisas de outras seleções. As cornetas já não faziam mais barulho, ficando expostas apenas para quem ainda as quisesse comprar. Não cheguei a perguntar isso para nenhum comerciante, mas as vendas devem ter diminuído. As ruas já não estavam tão movimentadas. Quando acabaram todos os jogos, o número de “camelôs” nas ruas também diminuiu. Alguns trocaram os produtos de suas barracas. Os anúncios de *chip* para celular voltaram a se destacar, e, em vez de cerveja, os camelôs anunciavam: “Coca, água, Guaravita”. O movimento de veículos também diminuiu, mas ainda era grande, já que, no Alcântara, os congestionamentos têm presença constante, seja em qual for a época do ano. O que modifica é que, em algumas datas especiais, como na Copa do Mundo, isso fica mais exacerbado.



Fotografia 4 – Rua Yolanda Saad Abuzaid na época da Copa do Mundo

Fotografia tirada por Talitha Mirian do Amaral Rocha tirada em 17 de junho de 2014.

Dessa forma, ao tratarmos da morfologia social nesse contexto, percebemos que a paisagem social do Alcântara muda conforme modificam as datas comemorativas. A esse respeito, Marcel Mauss, em “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós” (2013), empreende um estudo sobre a morfologia social dos esquimós, dialogando com o determinismo geográfico e a antropogeografia da época. Segundo o autor, a morfologia social da sociedade esquimó muda de acordo com as variações sazonais, possibilitando-nos compreender que o ambiente físico se relaciona com a vida social daqueles agentes. De uma maneira parecida, percebi que há uma concentração e exacerbação das características locais por conta das efemérides, não somente conforme varia a sazonalidade, mas, também, de acordo com as diferentes relações que são tecidas entre os agentes, segundo a época do ano ou a data comemorativa mais próxima. Nesse sentido, a paisagem social é alterada a partir dos usos distintos que as pessoas vão fazer dos mesmos espaços em tipos diversos.

Certa vez, um guarda municipal me disse que “o Alcântara não para”. Segundo ele, mesmo de madrugada ou num domingo, há inúmeras pessoas e veículos circulando por suas ruas e calçadas. Consequentemente, ocorrem diversas situações que, de alguma maneira, influenciam as representações que os moradores têm do bairro como uma área propícia a gerar incidentes e acidentes, inclusive de trânsito. No período em que frequentei aquelas ruas, vi um pouco de tudo: pessoas tendo ataque epilético; batidas de automóveis; atropelamentos; brigas entre “camelôs”; uma parte do viaduto caindo sobre a cabeça de pedestres; além de muitas outras situações que dão esse caráter peculiar ao bairro, conhecido por muitos como “o Alcântara” e por outros como “pequena Índia”.

2.3. O Centro da cidade e o Rodo de São Gonçalo: construindo e demarcando as diferenças

O Centro de São Gonçalo também se encontra no primeiro distrito. Trata-se da área em que estão instalados os mais importantes setores financeiros e políticos da cidade. As ruas Coronel Moreira César, Feliciano Sodré, Doutor Nilo Peçanha e a Avenida Presidente Kennedy são consideradas, por muitos, as principais vias da cidade. Nelas, encontram-se bancos, lojas de diferentes ramos, restaurantes, prédios comerciais e residenciais, escolas, lanchonetes, supermercados e mais uma infinita variedade de

comércios e serviços, o que denota a importância do local para a economia da cidade. A principal igreja católica do município também está localizada nessa região, a Igreja São Gonçalo de Amarante, situada na Rua Coronel Moreira César. Logo a seguir, na Rua Feliciano Sodré, está a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, onde se concentra grande parte dos setores administrativos do município.

No primeiro dia em que visitei o Centro, desci do ônibus perto da “praça Zé Garoto”. De lá, fui caminhando por uma imensa avenida, que, depois, descobri se tratar das três mais importantes ruas da cidade. Todas elas são vias largas que comportam até três filas de veículos em mão única³⁰. As calçadas, por sua vez, são mais estreitas. Nelas, ficam poucos camelôs com barracas, nas quais expõem e vendem produtos diversos. Algumas lojas colocam caixas de som que veiculam músicas ou anúncios de promoções. O som das ruas deriva, também, das buzinas dos veículos e do apito dos guardas. Poucos camelôs anunciam seus produtos, sendo que, vez ou outra, dá para escutar anúncios do tipo: “*Chip* da Tim, da Claro, da Vivo e da Oi!”. As filas de espera dos ônibus ficam na calçada do lado direito da rua, no sentido São Gonçalo–Alcântara. Conseqüentemente, o movimento dos pedestres é mais intenso na calçada do lado esquerdo. Os sinais de trânsito para os pedestres apitavam e anunciavam quando estavam fechados ou abertos. O prédio da prefeitura me chamou muita atenção no primeiro dia: era um prédio todo azul e estava um pouco afastado da calçada. Outro guarda já havia me informado que eu encontraria um agente em frente àquele prédio. Nesse dia, fiquei, grande parte do tempo, conversando com o guarda que estava naquele setor. Posteriormente, voltei a andar por aquelas ruas e a entender um pouco como os agentes utilizavam e ocupavam aquele espaço.

Diferentemente do que ocorre no Alcântara, grande parte dos ambulantes se concentra em uma única rua, a Avenida 18 do forte, conhecida como “rua do camelô”. Essa via é destinada exclusivamente aos “camelôs”, lojistas e pedestres, sendo, portanto, proibida a circulação de veículos no local. Ao fim dela, já na Avenida Presidente Kennedy, encontra-se um importante *shopping center* da cidade, o “Boulevard”. Por toda a região, circulam ônibus e vans, porém, são poucas as linhas cujo ponto final é lá.

Uma das coisas que me intrigava, no início da pesquisa, era por que essa área era conhecida como “Rodo de São Gonçalo”. De início, sequer entendia se o Rodo e o Centro eram a mesma coisa. Perguntei a respeito a um colega residente na cidade, e ele, então, me respondeu que o Rodo ficava mais precisamente na Praça Doutor Luiz Palmiere, também

³⁰ Regime de trânsito em ruas e estradas que permitem a passagem de veículos em um único sentido.

conhecida como “Praça da Marisa”³¹. Algumas pessoas diziam que o Rodo ficava próximo ao “Rodo *Shopping*”, uma galeria comercial situada na Rua Doutor Nilo Peçanha. Posteriormente, um guarda municipal me explicou que esse nome tem relação com a história de um bonde que, antigamente, saía de Niterói e, ao chegar ao Centro de São Gonçalo, dava uma volta para retornar a Niterói, fazendo, assim, o “rodo”. Segundo esse guarda municipal, o Rodo e o Centro correspondem à mesma localidade³².

O “Rodo de São Gonçalo” e o Alcântara possuem algumas diferenças, principalmente aos olhos dos guardas municipais. Segundo eles, no Centro, o movimento de pedestres nas calçadas é menor, as ruas são mais largas, os sinais de trânsito e o asfalto são mais novos; porém, não são esses os pontos mais relevantes na diferenciação entre os dois bairros. Quando comparado ao Alcântara, o Centro de São Gonçalo tende a ser reconhecido por conta de uma “população mais educada”, que respeita mais as sinalizações do trânsito. Já os pedestres que circulam pelas ruas do Alcântara costumam ser vistos, pelos guardas municipais, como “mal educados”, posto que atravessam as ruas fora da faixa de segurança e com o sinal de trânsito aberto. Aliás, esse foi um dos pontos que os agentes insistiram para que eu colocasse em meu trabalho.

Certa vez, conversava com Guilherme, um guarda municipal com quase 20 anos de instituição, em quase todos atuando no trânsito. À altura, ele trabalhava num setor do Centro de São Gonçalo. Ao saber de meus interesses de pesquisa, ele me perguntou se também iria para o Alcântara acompanhar o trabalho dos guardas por lá. Depois de ter respondido que sim, ele me disse o seguinte:

“A população que anda e que nós lidamos no Alcântara é diferente do Centro. Isso tem muita relação com os bairros próximos. Você vê, no Centro, os bairros próximos são Paraíso e Gradim, bairros com um valor imobiliário mais alto. E, próximo ao Alcântara, tem Laranjal e Marambaia, por exemplo, com um valor imobiliário mais baixo. Eu não tenho preconceito, mas isso influencia também para as pessoas do Alcântara ser mais mal educadas.”

(Guilherme, guarda municipal há 20 anos)

³¹ A praça é informalmente chamada assim por conta da loja de mesmo nome que está localizada no centro da praça.

³² O bairro Zé Garoto, onde está presente a Praça Professora Estephania de Carvalho, conhecida popularmente como praça Zé Garoto, faz divisa com essa localidade.

Como sugere a fala do guarda municipal, há uma representação sobre as diferenças entre o Centro e o Alcântara, que é diretamente influenciada por valores morais relativos ao poder econômico e educação³³. De acordo com essa visão, no Alcântara, as pessoas são dotadas de um poder aquisitivo menor e, por consequência, “mais mal educadas”, o que torna o bairro uma “bagunça”, uma “terra de ninguém”. Em contrapartida, o Centro é apontado como “mais organizado”, “mais tranquilo”, o que teria a ver com o fato de a população dispor de um poder aquisitivo maior e, por isso, ser “bem educada”. Assim, se, numa perspectiva comparada, o Centro de São Gonçalo é representado positivamente, o Alcântara acaba por ser concebido negativamente, tal como ocorre, por exemplo, nas comparações realizadas entre Niterói e São Gonçalo, nas quais essa é apontada como uma “terra sem lei”. Nesse sentido, a maneira como alguns guardas municipais e demais agentes qualificam e consideram os seus pares alimenta a forma como eles classificam o Alcântara quando em comparação com o Centro³⁴, ou seja, “a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens” (Durkheim e Mauss, 1999).

Apesar da positividade relativa dos “setores”, muitos guardas municipais me disseram que há locais de trabalho no Rodo que, por serem próximos da Prefeitura, se tornam propícios para o emprego da “carteirada”, sobretudo, quando alguém estaciona seu veículo de forma irregular. Essa característica vai ao encontro da fala de diversos agentes, segundo os quais São Gonçalo seria uma cidade “muito política”. De acordo com essa concepção, todos ali conhecem ou são amigos de alguém considerado importante (como um vereador, por exemplo) e, por isso, se veem no direito de exigir tratamento privilegiado nas suas interações cotidianas³⁵.

³³Como disse, alguns guardas municipais consideram os “setores” de trabalho localizados no Centro como “mais tranquilos” pelo fato de as pessoas “respeitarem mais o sinal de trânsito”. Mas, além disso, há outros fatores que são levados em consideração, como o movimento de veículos (considerado menor no Centro), os congestionamentos, e, de acordo com os guardas, a maneira como as ruas estão dispostas no Centro favorece a circulação dos veículos, proporcionando poucos pontos de retenção em horários de grande fluxo. No próximo capítulo, procurarei enfatizar outros elementos que são levados em conta, pelos guardas, para classificar o que seria um “bom setor de trabalho”.

³⁴Como estamos lidando com representações, ou seja, com recortes arbitrários e seletivos do real, evidentemente, é possível também observar, no Centro, alguns pedestres que desrespeitam a sinalização de trânsito e atravessam as ruas com o semáforo aberto ou fora da faixa de pedestres, algo que, na visão dos guardas municipais, também seria prejudicial para a circulação dos veículos.

³⁵Já se sabe que essa atitude está baseada nas relações de moralidade pessoal do Brasil, reconhecida pelo ritual “sabe com quem está falando”, em que alguém tenta conseguir algum privilégio por meio da imposição de sua posição de forma vociferada e verticalizada (Da Matta, 1997). Irei aprofundar esse aspecto em outro capítulo.

Como mencionei, o Alcântara e o Rodo de São Gonçalo possuem algumas diferenças, particularmente aos olhos dos guardas municipais. Alguns deles pensam que o Alcântara, devido às suas peculiaridades, nem pertence à mesma cidade. Não foram poucas as vezes em que escutei alguém falando do bairro como uma localidade completamente diferente e independente do resto de São Gonçalo. Talvez, por isso, seja tão comum escutar alguém que esteja no Alcântara dizer que está indo para São Gonçalo, quando, no caso, se refere ao Centro da cidade. Mais do que simbólica, essa divisão entre o bairro do Alcântara e o restante do município já foi objeto de disputas políticas. De acordo com Gasparly (1996), desde os anos de 1960, cogitava-se que o bairro de Alcântara se transformasse em município. Durante o período da ditadura militar, essa pretensão desapareceu, mas, com a redemocratização do País, o debate voltou à tona. Durante o fim da década de 1980 e início da década de 1990, políticos locais organizaram um plebiscito para tramitar na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), a fim de consultar a opinião dos moradores locais sobre a emancipação. Os líderes políticos que eram favoráveis tentavam recompor seu poder sob uma base eleitoral renovada. Aqueles que faziam oposição a essa ideia, inclusive o então prefeito de São Gonçalo, fizeram uma campanha orientando os moradores a não votarem. Como a votação não apresentou o quórum mínimo, o pleito não teve êxito, e o município que se chamaria São Pedro de Alcântara não foi criado (Gasparly, 1996).

Para além de disputas políticas, pretendo salientar, com o exposto, que as diferenças entre o Alcântara e o Centro de São Gonçalo não têm a ver com questões de ordem física ou geográfica, mas, sobretudo, com questões de ordem simbólica. Essas questões estão diretamente relacionadas com os sentidos conferidos aos múltiplos e respectivos usos que são feitos de cada um desses espaços e, portanto, das representações que, ao mesmo tempo, informam e refletem tais usos.

2.4. As ruas do Centro durante os grandes eventos da cidade

Durante o ano, existem alguns eventos que marcam o calendário da cidade e, também, o trabalho dos guardas municipais. Em junho, tem a procissão de Corpus

Christi³⁶, em agosto, a “Parada Gay”³⁷, e, em setembro, o desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade³⁸. Nesses eventos, os guardas municipais trabalham em uma escala especial. Todos são escalados para trabalhar, independentemente de estarem de folga ou não, dadas as necessidades de desviar o trânsito e fechar as ruas por onde passam a procissão, a parada e o desfile cívico. Acompanhei o serviço dos guardas em cada um desses eventos, o que, de algum modo, contribuiu para a compreensão dos valores que alimentam as representações produzidas sobre São Gonçalo, tanto por aqueles que residem quanto por aqueles que circulam por lá.

De uma maneira geral, a procissão, a parada e o desfile reúnem pessoas que, motivadas por um tema, caminham de um ponto a outro da cidade. A parada e a procissão percorrem o mesmo caminho pelas ruas do centro de São Gonçalo. A concentração começa em frente à Igreja Católica da cidade e segue até o assim chamado “Clube Mauá”. O desfile, por sua vez, começa perto da “praça Zé Garoto” e vai até a Prefeitura. Significativamente, os três eventos acontecem ou passam pelo Rodo de São Gonçalo.

Apesar das diferenças marcantes que os eventos possuem entre si, há algo que os aproxima, ao se tratar da maneira como o trânsito é gerido e o espaço público ocupado. Como discutirei posteriormente, quando organizam o trânsito da cidade, os guardas municipais procuram promover o “fluxo” dos veículos, a fim de evitar congestionamentos. Durante o dia-a-dia, portanto, a ação desses profissionais tem o objetivo de garantir o “fluir” de carros, motos, ônibus e caminhões pelas ruas e avenidas do município. Conforme mencionei, as ruas Feliciano Sodré e Doutor Nilo Peçanha, consideradas duas das principais vias da cidade, estão localizadas no Rodo de São Gonçalo. Durante todo o dia, circulam, por elas, milhares de veículos. É, também, nelas que acontecem a procissão, a parada e o desfile. No entanto, durante esses eventos, diferentemente do que ocorre no

³⁶ A procissão de Corpus Christi é um acontecimento religioso, predominantemente católico, que acontece normalmente numa manhã de domingo do mês de junho. Esse evento é considerado, pelos católicos, uma festa em comemoração “ao mistério da Eucaristia”, que, além da procissão, acompanha, também, uma celebração religiosa. A procissão acontece pelas vias públicas, e, em muitas cidades brasileiras, é comum se ornamentarem essas ruas com tapetes coloridos feitos de sal, serragem colorida, borra de café, areia e alguns pequenos acessórios, como tampinhas de garrafas, flores e folhas. Em São Gonçalo, alguns moradores se juntam, na noite anterior do acontecimento, para fazer o que é chamado, por eles, de “o maior tapete de sal da América Latina”.

³⁷ *Parada Gay* foi a maneira como guardas municipais e moradores de São Gonçalo com quem tive contato nomearam o evento. Ele é formalmente chamado de “Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT)” e acontece, normalmente, uma vez por ano em algumas cidades do Brasil.

³⁸ Como não consegui acompanhar o carnaval em São Gonçalo, estou considerando apenas os eventos que pude observar e que considero importantes para o calendário da cidade, a ponto de alterar ou, no mínimo, afetar o trânsito em suas vias expressas.

cotidiano dessas vias, elas ficam fechadas para a circulação de automóveis em geral, e, excepcionalmente, são os pedestres que ocupam as ruas.

Uma das principais funções dos guardas municipais, nesses dias, diz respeito a orientar os motoristas para os caminhos alternativos que devem tomar para chegarem ao seu destino. Um guarda municipal, durante a procissão, chegou a me dizer que os motoristas de São Gonçalo pareciam “formigas”, posto que, quando se impede a passagem deles pelos caminhos que estão acostumados a tomar, ficam “desnorteados” e sem saber o que fazer. Durante esses três eventos, era comum encontrarmos motoristas reclamando das ruas interditadas. Alguns chegavam a discutir com os guardas municipais, insistindo que a rua deveria ser um local de passagem e tráfego de veículos. O que estou enfatizando é que, durante esses três eventos, há uma inversão da lógica que se opera nas ruas da cidade, ou seja, nos locais onde normalmente circulam os veículos, exclusivamente, nesses dias, acontece o fluxo intenso dos pedestres que estão lá imbuídos de determinados valores que alimentam essas atividades. Nesse sentido, é essencial entender a rua também pela dimensão valorativa. Somente dessa forma, é possível compreender que os espaços não existem *per se*, eles são construídos socialmente a partir dos usos que, baseados em valores, são feitos de determinadas localidades físicas. Nesse sentido, as ruas não podem ser vistas somente como local de passagem, seja de carros, seja de pessoas. Dependendo dos valores e intencionalidades em jogo, elas podem se constituir tanto em locais de pregação, manifestação política e comemoração cívica, como em qualquer outro, desde que, no caso, esteja o seu uso articulado com as demandas características do município em questão, tal qual ressalta Halbwachs (2006):

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. (p. 133)

Nesse sentido, pode se dizer que o espaço recebe a marca daqueles que o vivenciam. No caso do Alcântara, por exemplo, vimos que a paisagem social muda de acordo com cada data comemorativa ou época do ano. As ruas tanto podem ficar cheias de bandeiras do Brasil (por conta da Copa do Mundo) como tomadas por artigos políticos (durante a época da eleição) ou, ainda, repletas de produtos natalinos (quando vai

chegando o final do ano). O mesmo foi assinalado em relação às ruas do Centro de São Gonçalo, que, para além de locais de passagem, podem também ser palco da procissão de Corpus Christi, da “Parada Gay” ou do desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade. Com os pontos destacados, pretendo enfatizar, fundamentalmente, que a classificação entre os homens, assim como os valores e ideias que alimentam suas atividades, influi diretamente na maneira como a morfologia social é construída.

3. A Guarda Municipal de São Gonçalo: funções, atribuições e representações

A Guarda Municipal de São Gonçalo foi criada no ano de 1938, por meio dos Atos de número 27, de 30 de julho de 1938, e número 36, de 30 de agosto de 1938. Até o momento desta pesquisa, a instituição tinha mais de 75 anos de existência. Durante todo esse tempo, certamente ocorreram muitas mudanças no que se refere às características da instituição e dos guardas municipais³⁹. Por muito tempo, os agentes eram autorizados e portavam arma de fogo durante o serviço. Esse aspecto histórico da instituição é, até hoje, lembrado pelos mais antigos, com certa nostalgia de um tempo em que os “guardas eram respeitados”. Em 1994, o então prefeito João Barbosa Bravo fez um decreto sancionando o fim da Guarda Municipal. Antonio, que trabalha há quase trinta anos na instituição, me disse, uma vez, que um dos motivos que levou o prefeito a tomar essa atitude foi a greve dos agentes por melhores condições de trabalho e salário. Em diferentes momentos da pesquisa, escutei a mesma explicação de outros guardas municipais, também antigos. Segundo Antonio, durante os quatro anos em que a Guarda ficou sem funcionar, os agentes foram colocados à disposição do prefeito e continuavam a receber o salário base. Alguns deles teriam sido alocados em outras secretarias do governo municipal.

Quatro anos depois, quando o prefeito Edson Ezequiel de Mattos venceu a eleição e assumiu a prefeitura, a Guarda foi reativada, só que, dessa vez, sem o porte de arma para os guardas. Outra mudança ocorrida nessa época foi no uniforme, que passou a ser composto de calça cáqui e “gandola”⁴⁰ verde. A Guarda Municipal já teve outros uniformes, como, por exemplo, a calça e a camisa azul marinho e o atual todo em cáqui. Desde o início de sua criação, a instituição está vinculada à “proteção do patrimônio”. Contudo, desde 1998, assumiu a fiscalização e o controle operacional do trânsito municipal⁴¹. Neste capítulo, pretendo apresentar alguns aspectos relativos às atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal de São Gonçalo, especialmente no que se refere ao trânsito da cidade.

³⁹ As informações referentes à história da Guarda Municipal de São Gonçalo foram retiradas da página virtual oficial da prefeitura. URL: <http://www.pmsg.rj.gov.br/guardamunicipal/>, acesso: 14/12/2014.

⁴⁰ Gandola é a gíria militar utilizada pelos guardas municipais para se referir à camisa que compõe o uniforme oficial.

⁴¹ Além das atividades do trânsito e proteção do patrimônio, a Guarda Municipal também possui o grupamento de ronda escolar, criado em 1999, e o grupamento de defesa e proteção ambiental, ativo desde 2014. Os agentes ainda desenvolvem outras atividades, entretanto esse ponto será enfatizado mais a frente.

A Guarda Municipal está, hoje, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança, instituída em maio de 2006, pela Lei número 044/2006 (São Gonçalo, 2006). Antes de ser estabelecida essa lei, a instituição era vinculada à Secretaria de Transportes. O secretário, até o momento em que a pesquisa foi concluída, era um coronel da Polícia Militar (PM). Já o comandante da Guarda Municipal era um major da Polícia Militar. Pouco antes do fim do meu trabalho de campo, aconteceu uma mudança administrativa, e um sargento da PM passou a comandar a instituição. Apesar de o secretário ter bastante ingerência sobre algumas decisões que são tomadas na Guarda, é importante ressaltar que as sedes da Secretaria de Segurança e da Guarda Municipal ficam em locais diferentes, o que, em alguma medida, contribui para a distinção das duas instituições⁴².

3.1. Regulamento Interno

O “Regulamento Interno da Guarda Municipal de São Gonçalo”, instituído pela Portaria número 12/2005, estabelece as principais diretrizes e regras que os guardas municipais devem seguir. Como toda norma, esse regimento trata de ideias e valores que deveriam orientar a atuação dos guardas municipais. No entanto, para se entender como eles agem, sobretudo, em relação ao trânsito, é preciso identificar as representações que alimentam a sua prática, ou seja, é preciso saber quais são os princípios em jogo dentro do sistema (Dumont, 1992). O modo como é configurado o sistema revela a coexistência do “ser” e do “dever ser” dos guardas municipais que operam de forma complementar, ainda que, por vezes, um seja mais ou menos consciente do que o outro. Como consequência disso, nem sempre as práticas e representações dos guardas municipais estarão, necessariamente, em perfeita consonância. Muitas vezes, pelo contrário, elas podem, até mesmo, se contrapor. Geertz (2012) já ressaltou que não há, necessariamente, uma contradição entre o “ser” e o “dever ser”, assim como evidencia a sensibilidade jurídica ocidental. Em determinados contextos, segundo um saber local, os agentes podem seguir o que está formalmente estabelecido e, em outras situações, podem levar em conta outra gramática para orientar suas práticas cotidianas. Nesse sentido, cumpre observar que a dicotomia entre o plano das leis e o plano das práticas não é, necessariamente, de

⁴² A sede da Guarda Municipal de São Gonçalo fica no bairro do Rocha, na Rua Salvatori, número 1460. É um prédio de dois andares alugado pela prefeitura. Ao lado, há um pátio onde são guardadas as viaturas e motocicletas pertencentes à Guarda. A Secretaria de Segurança fica no Alcântara, na Rua Uriscina Vargas, número 36.

exclusão, podendo haver alguma mobilidade entre tais domínios, o que deve ser observado de acordo com o contexto empírico em questão.

No Capítulo III do primeiro título do Regulamento, são estabelecidas as “atribuições” do “Corpo de Guardas Municipais”. As funções dos cargos de comando da instituição não são instituídas pelo documento. No Artigo 7, são estabelecidas algumas das suas competências⁴³. Apesar de o Artigo prever trinta e uma competências para os guardas municipais, observei que, no cotidiano, eles precisam lidar com uma multiplicidade de situações que não estão formalmente previstas no documento, o que, conforme veremos, tem uma série de consequências na atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo.

Em relação à carga horária da instituição, há duas modalidades: “expediente”, que está relacionado ao horário de trabalho cotidiano dos agentes, e “escala de serviço”, que se refere ao trabalho extra desempenhado em dias festivos, sábados e domingos. Em relação ao “expediente”, os guardas devem cumprir uma “escala Diarista”, com horários que variam das 06h30min às 13h30min e das 13h00min às 20h00min, ou uma “escala Plantonista”, intercalando 12 horas de trabalho com 36 horas de folga ou 24 horas de trabalho com 72 horas de folga. Os guardas que se ocupam do trânsito seguem o regime “diarista”. Além de não trabalharem aos domingos, eles possuem, ao menos formalmente, uma folga quinzenal aos sábados⁴⁴. Além desses horários (previstos no Regulamento), ouvi, de um supervisor, que também existe um regime em que o guarda trabalha 8 horas por dia, mas folga todos os sábados e domingos.

O Regulamento Interno prevê, ainda, que a “escala de serviço” deve recair, preferencialmente, sobre quem tiver mais folgas. Caso todos estejam igualados nesse ponto, o fator a ser levado em conta é o tempo de serviço. Contudo, ao conversar com o guarda Guilherme, há quase vinte anos na instituição, com quase todos dedicados ao trânsito, ele reclamou que existiam alguns “guardas intocáveis” que, além de “nunca saírem lá de cima” (referindo-se aos postos de serviço considerados de mais prestígio), também não eram colocados na “escala de serviço”. Mesmo há muito tempo na instituição, o guarda se queixava de ter que obedecer as regras impostas pelos postos de comando, regras essas que, de acordo com seu ponto de vista, não eram aplicadas a todos da mesma forma. Durante o trabalho de campo, escutei, também, outra versão de um

⁴³ O Regulamento Interno da Guarda Municipal de São Gonçalo pode ser observado no diário oficial do município emitido no dia 02 de setembro de 2005.

⁴⁴ A folga quinzenal é perdida no caso de o guarda estar escalado em alguma *escala de serviço*.

guarda que ocupa um cargo elevado na hierarquia da instituição. Um dos responsáveis por fazer as “escalas de serviço” e “de expediente”, o guarda Abreu, disse, em entrevista, que, nos dias festivos, como a “Parada Gay” ou a procissão de Corpus Christi, todos os agentes são escalados para trabalhar. Diferentemente, portanto, do que afirmava o guarda Guilherme, as regras e ordens seriam, segundo tal perspectiva, aplicadas igualmente.

O Título III do Regulamento, denominado “Postura, Tratamento e Sinais de Respeito”, revelam alguns aspectos que nos permitem pensar numa certa “militarização ideológica” existente na Guarda Municipal de São Gonçalo (Da Silva, 1996). Nessa parte do Regulamento, há diretrizes de como os guardas municipais devem agir e se posicionar, tanto corporalmente quanto em suas atitudes para com seus “superiores” e demais indivíduos com quem têm contato. É enfatizado, ainda, que os guardas deveriam “tratar todos com cortesia”, “respeitar a hierarquia”, “ter disciplina e boa vontade”, “respeitar seus superiores”, além de “prestar continência, com ou sem cobertura, como demonstração de boa educação, disciplina e respeito. É impessoal, visa à autoridade e não à pessoa.” (Regulamento Interno da Guarda Municipal de São Gonçalo, art. 44). São destacados, também, os momentos e a forma como a bandeira nacional deve ser hasteada na sede da instituição. O mesmo acontece no Título seguinte, visto que são ressaltados “os princípios gerais de disciplina e hierarquia”. Define-se disciplina como “o voluntário cumprimento do dever e rigorosa observância de lei”. Já a hierarquia está relacionada à autoridade determinada na estrutura da Guarda. Esses dois pontos, considerados como base da instituição, foram realçados pelo secretário de segurança durante a formatura dos novos guardas municipais. Além disso, percebi que a hierarquia e a disciplina, assim como mostrou Mello (2011), eram internalizadas na prática dos guardas por meio da presença da Ordem Unida no curso de formação⁴⁵.

O Artigo 144 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei número 13022, de agosto de 2014, chamada de “Estatuto Geral das Guardas Municipais” (Brasil, 2014), preveem que essa instituição não deve ser militarizada. Todavia, apesar de não ser formalmente uma instituição militar, é possível observar, no documento que regulamenta as atividades da Guarda Municipal de São Gonçalo, diversos princípios caracteristicamente militares que merecem ser ressaltados aqui. Essas ideias e valores estão presentes, também, em suas atividades cotidianas, como, por exemplo, o emprego

⁴⁵ A autora enfatizou que a necessidade de empregar essa atividade rotineiramente nos cursos de formação pode evidenciar a socialização dos agentes em uma prática que, muitas das vezes, possui base em valores autoritários e repressivos.

recorrente de categorias próprias das forças armadas e da Polícia Militar no discurso do comando da Guarda Municipal. Entretanto, esses fatos apresentados até aqui não são suficientes para se considerar que haja uma militarização da Guarda Municipal de São Gonçalo. Como Jorge da Silva (1996) já apontou, a doutrina militar está baseada em um princípio do enfrentamento ao inimigo, cujo objetivo é a extirpação do crime e a erradicação da violência.

Além disso, observar que os postos de comando são, na maioria das vezes, ocupados por policiais militares não significa enfatizar que a Guarda Municipal irá incorporar e reproduzir *ipsis litteris* um *ethos* militar. Ainda assim, é preciso ressaltar que determinados valores são perpassados entre as instituições. Por isso, os princípios da hierarquia e da disciplina, além de outras ideias e valores comuns à Polícia Militar, são colocados, em determinados contextos, como representações importantes para os guardas municipais.

3.2. Autoridade e Poder: estrutura hierárquica do Comando da Guarda Municipal

Como disse, antes de começar a pesquisa que deu origem a esta dissertação, já conhecia grande parte dos guardas municipais que trabalhavam na “base” da instituição, embora tivesse pouco contato com os que atuavam nas ruas. Isso certamente influenciou a minha entrada no campo. Tanto o é que, no início, era muito difícil conseguir conversar com os guardas mais antigos, que já sabiam da pesquisa da qual participei anteriormente e já tinham me visto na “base” com os agentes que lá trabalhavam. Alguns agentes me evitavam e outros perguntavam se eu tinha alguma ligação com o secretário, manifestando receio de estarem sendo vigiados. Com o passar do tempo e à medida que acompanhava mais vezes os guardas municipais nas ruas do município, os agentes mais antigos, que costumavam me evitar, passaram a conversar mais comigo. Pouco a pouco, fui criando certa intimidade com todos os guardas, independentemente se eram mais antigos ou mais novos. O fato de ter ido mais assiduamente às ruas do que à sede da instituição fez, em contrapartida, com que eu me distanciasse dos guardas que trabalhavam na “base”. Por isso, apesar de, como disse, todos sempre terem me recebido muito bem em todas as vezes que estive lá, não tenho como omitir que a base empírica deste trabalho se ancora nas visões dos agentes com quem mais interagi, ou seja, os guardas que atuavam no trânsito da cidade. Desse modo, apresentarei a estrutura hierárquica a partir da visão dos meus

interlocutores, mostrando as maneiras como eles se relacionavam com seus superiores e, como consequência, demonstrando como a autoridade desses últimos era estabelecida⁴⁶.

A hierarquia é formalmente apresentada no Capítulo II do Regulamento Interno da instituição da seguinte maneira:

Art. 6º. Fica a Guarda Municipal estruturada em: I. Comando da Guarda Municipal – Composto por Comandante, Subcomandante, Coordenadores, Superintendentes, Chefes de Equipe e Supervisores, cargos estes, que poderão ser exercidos por Agentes do quadro efetivo da Guarda Municipal ou por outros, a critério do Chefe do Poder Executivo. II. Corpo de Guardas Municipais – Podendo ser formado por um contingente adequado às necessidades municipais, por Inspetores, Subinspetores, Fiscais, Subfiscais, Guardas Municipais e Alunos GM, conforme dispuser a Lei. III. Comissão de Ética – Será composta por Três membros Efetivos da Guarda Municipal, eleitos pelos demais agentes conforme estabelecido no Art. 70, Capítulo V do Título IV do regulamento.

(São Gonçalo, Portaria Nº 012/2005, de 2 de setembro de 2005)

Apesar de esse documento apresentar o organograma formal da instituição, percebi que os guardas municipais com quem tive contato possuíam outra visão sobre como se constituía a hierarquia. Segundo esses agentes, os seus superiores eram, sucessivamente, o secretário de segurança, o comandante, os superintendentes, os chefes de plantão, os supervisores e os assessores. Assim como o comandante e o secretário, os superintendentes também eram de origem militar. Por sua vez, os chefes de plantão, os supervisores e os assessores eram guardas municipais e possuíam cargos de confiança. Entre as superintendências, percebi que havia quatro: operacional, responsável por fazer a escala de trabalho dos guardas; logística, com a função de comprar todo o equipamento necessário para os guardas, como, por exemplo, viaturas e uniformes; setor administrativo, responsável por fazer a leitura diária dos livros de registro; e o setor de inteligência, que auxilia a polícia civil na investigação de delitos em prédios públicos.

O superintendente operacional, um subtenente da reserva da Polícia Militar, de nome Carlos, era constantemente mencionado pelos guardas que trabalhavam nas ruas. Ele, juntamente com os assessores de sua equipe, era o responsável por decidir a escala de trabalho dos demais guardas e os postos onde seriam alocados. Como uma das funções do

⁴⁶ Na dissertação da Joelma Azevedo (2012), é mostrada outra visão de como se distribuíam os cargos na hierarquia da Guarda Municipal de São Gonçalo, já que ela, por ter concentrado o seu trabalho na sede da instituição, descreve os cargos relacionados ao trabalho administrativo dos guardas que atuavam na sede da instituição.

“Seu Carlos” era distribuir e alocar o efetivo da Guarda, ele nem sempre era bem visto pelos agentes. Alguns me disseram que não tinham “problemas com ele”, mas outros chegaram a afirmar que ele era “arrogante” e “não via o lado dos guardas”. Escutei isso em uma das vezes que fui acompanhar o trabalho dos guardas no Centro da cidade. Naquela tarde de setembro, os guardas Novaes, Reginaldo e Márcia, todos com menos de um ano de instituição, tinham me convidado para ir com eles até a lanchonete comer alguma coisa. No caminho, o “Seu Carlos” nos avistou e passou dizendo: “Vão pegar escala de serviço.”. De início, pensei que era uma brincadeira, mas logo percebi que os guardas que me acompanhavam não tinham achado a mesma coisa. Novaes voltou, na mesma hora, para seu setor. Reginaldo foi ver se “Seu Carlos” ainda estava por ali. E Márcia seguiu comigo até a lanchonete, explicando que ele não gostava de ver os guardas em grupos. Até o término do dia, os três ficaram preocupados em saber qual seria a reação do superintendente. Depois dessa situação, comecei a perceber que os guardas procuravam respeitar a autoridade e as ordens dadas pelo “Seu Carlos”, mesmo que um ou outro não gostasse da maneira como o policial se dirigia aos agentes.

Responsável por tomar as principais decisões relativas à instituição, o comandante costumava passar muito tempo na sede, embora também rondasse as ruas da cidade. Pela manhã, era possível encontrá-lo no Alcântara, perto do “prédio do relógio”⁴⁷. Segundo ele, dessa maneira, seria possível ficar mais perto dos guardas. Alguns agentes, por sua vez, acreditavam que essa era uma forma de vigiá-los. Certa vez, estava acompanhando dois guardas até a farmácia e pude ter acesso a divergentes opiniões a respeito do comandante. Um deles, a guarda Sabrina, há pouco mais de três anos na instituição, dizia que nunca tinha tido nenhum problema com o comandante e que o achava até “bonzinho, porque ele conversava com todos os guardas”. Já o agente Djalma, com o mesmo tempo de serviço prestado, afirmava que o comandante era “igual aos anteriores” e que via somente “o lado dele”, pois era um policial militar que não compreendia a realidade da Guarda, realidade essa que, na sua visão, só iria melhorar quando um guarda municipal assumisse o comando da instituição.

Como pude perceber, quando acompanhava Novaes, Reginaldo e Márcia, os guardas tinham um receio das reações que o Seu Carlos e o comandante poderiam ter se vissem algumas de suas ações. Os três guardas, logo após serem vistos pelo Seu Carlos,

⁴⁷ “Prédio do relógio” é o nome informal dado pelos guardas municipais e demais agentes ao prédio Alcântara *Trade Center*, que fica localizado na Rua Yolanda Sad Abuzaid, no bairro do Alcântara.

ficaram, no mínimo, muito preocupados se levariam alguma punição. Da mesma forma, quando o comandante ficava nas ruas do Alcântara, os guardas passavam a agir seguindo as regras formalmente estabelecidas, também com receio de levarem algum tipo de punição. Alguns guardas tinham o costume de andar juntos pelas ruas, mesmo que cada um tivesse um setor pré-estabelecido. Quando o comandante estava próximo, entretanto, cada um permanecia no seu setor e, também, era mais rigoroso em não permitir que os motoristas estacionassem em lugares proibidos. Nesse sentido, os guardas “respeitavam” a autoridade do Seu Carlos e do comandante por conta da eminente punição que poderiam levar caso não seguissem aquilo que os dois ditavam.

Pouco antes de terminar o meu trabalho de campo, soube que o comandante iria sair da instituição. Eu estava no Centro da cidade e, assim que cheguei, encontrei o Novaes, que logo me disse:

“O comandante está para rodar. No lugar dele, vai entrar um sargento da PM que é chefe de segurança do prefeito [perguntei qual era o motivo da exoneração]. Quando o comandante tinha entrado na instituição, ele queria fazer muitas coisas, mas o secretário não concordava com suas ideias, e, por isso, os dois acabaram não se dando bem. Depois, o comandante largou de mão e passou a não fazer nada mais”.

(Novaes, guarda municipal há 10 meses)

A partir daí, entendi por que o comandante não acatava algumas ordens dadas pelo secretário, como, por exemplo, as relacionadas à mudança dos guardas de “setor”. Grande parte dos agentes com quem tive contato não gostava do trabalho do secretário, nem das suas ações envolvendo a Guarda. Muitos conflitos entre os agentes e o secretário eram fruto da posição contrária que ele adotava em relação ao aumento do *Adicional de Desempenho de Função* (ADF). O Adicional de Desempenho de Função é uma vantagem que é incorporada ao salário de todo servidor público de São Gonçalo e está previsto no *Estatuto dos Servidores Públicos Municipais*. Esse documento prevê que o adicional pode ser concedido até o limite de 100% do vencimento básico do servidor, sendo que não é permitido o acúmulo com outros adicionais. Uma lei empregada em 2012 suprimiu a avaliação de desempenho como critério para concessão do adicional, e, por isso, formalmente, a vantagem não deveria ficar a critério da administração pública e, sim, ser adicionada ao salário de todo servidor. Apesar disso, segundo me foi relatado, o ADF

repassado aos guardas municipais de São Gonçalo chegava ao valor máximo de 40% do vencimento básico, sendo que há agentes que sequer recebem o benefício.

Como a sede da Secretaria de Segurança fica no Alcântara, os guardas que trabalham nas ruas do bairro costumavam reclamar que o secretário vigiava o seu trabalho, tanto através de rondas como pelas câmeras de segurança instaladas nas ruas, cujas imagens vão para a ilha de recepção instalada perto da sede da Secretaria⁴⁸. Segundo me contou o Nunes, um guarda municipal que trabalha há mais de vinte anos na instituição, caso o secretário veja muitos veículos parados irregularmente ou muitos guardas juntos conversando, ele liga para a sede da Guarda, e, então, o comandante ou o supervisor cobram diretamente dos respectivos guardas.

Alguns cargos são de confiança e podem ser trocados assim que houver mudança no comando. É o que ocorre, por exemplo, nos casos dos assessores (operacional, administrativo, logístico, de informática e da ronda escolar). Os guardas que ocupam tais posições trabalham na sede da instituição. Conforme pude observar, os agentes que atuam na sede da Guarda possuem mais prestígio do que aqueles que ficam nas ruas. Na visão de alguns, como já disse, os agentes que trabalhavam nessas funções são os “intocáveis”, pois eles nunca são mudados de postos e também nunca pegam “escala” extra. Além disso, alguns guardas com quem tive contato consideravam, também, que alguns agentes que trabalhavam nos setores internos, na “base”, trabalhavam no “aquário”. Já conhecia essa expressão e voltei a escutá-la, algumas vezes, entre os guardas que trabalhavam nas ruas. Acredito que a categoria seja auto-explicativa, já que, para trabalhar no “aquário”, sentado e com ar-condicionado, é preciso ser “peixe” de alguém⁴⁹, isto é, ter alguém nos postos de comando que o proteja (Azevedo, 2012). A primeira vez em que ouvi essa expressão foi quando eu e mais alguns colegas trabalhávamos em um curso de extensão promovido pelo projeto *Desenvolvimento e Monitoramento de Indicadores de Segurança Social e de Segurança Pública a partir dos atendimentos realizados pela Guarda Municipal de São Gonçalo*. Geralmente, quando um guarda que trabalhava em um setor administrativo se

⁴⁸ Essas câmeras estão espalhadas em toda cidade e fazem parte do *Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp)* de São Gonçalo. Vinte e três câmeras foram instaladas por meio de um projeto realizado com financiamento do Governo Federal e outras quarenta e duas estão em atividade por meio de uma parceria público-privada entre a Prefeitura e o Banco Itaú. Para saber mais, ver URL: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/policia/sao-goncalo-amplia-seu-%E2%80%98brother%E2%80%99>. Acesso: 22/03/2015.

⁴⁹ A expressão ser “peixe” de alguém também é usada entre os policiais militares do Rio de Janeiro.

apresentava, os demais caçoavam dele dizendo que “também trabalhava no aquário”⁵⁰. Em princípio, pensei que se tratava de uma brincadeira, fruto do clima descontraído do local. Porém, depois de ter escutado essa expressão outras vezes e em outros contextos, percebi que dizer que alguém trabalha no aquário poderia também expressar que a posição confortável na hierarquia da Guarda não havia sido alcançada por mérito, mas por indicação de alguém. Os guardas municipais que trabalham nas ruas costumam ter pouco contato com esses agentes, já que raramente vão à base, salvo quando precisam resolver alguma questão de seu interesse (responder alguma acusação de punição formal, arrumar algum talão de multa que estivesse com erro, tirar dúvidas sobre o pagamento etc.).

O cargo de assessor é considerado como superior dentro da hierarquia da Guarda. A guarda Fabiana, por exemplo, ocupa a posição de assessora da ronda escolar. Além de tomar todas as decisões que competem a essa função, ela também tem outras responsabilidades, tais como organizar o curso de formação dos novos guardas. Alguns agentes que trabalham nas ruas, principalmente os que estão há pouco tempo na instituição, a chamam de “Dona Fabiana”, demonstrando respeito por sua posição dentro da Guarda. Já aqueles que trabalham na “base” ou que foram da mesma “turma” que ela a chamam pelo nome, apenas.

Outro cargo considerado como elevado na hierarquia da instituição é o de supervisor. Para esse cargo, costumam ser escolhidos aqueles que trabalhavam há muito tempo na Guarda. A escala de trabalho é de 24 por 72, o que significa que um mesmo supervisor é responsável pelos trabalhos dos guardas no turno da manhã e da tarde. A função dos guardas que ocupam esse posto é passar em todos os “setores” do trânsito e “postos fixos” localizados em prédios públicos para, se necessário, apoiar o trabalho dos agentes e, principalmente, verificar se todos estão em seus devidos lugares. Além disso, eles recolhem a assinatura do ponto de todos os guardas sob sua responsabilidade e realizavam o registro no *Livro de Registro de Parte Diária da Supervisão*. Apesar de o Regulamento Interno considerar esse cargo como pertencente ao Comando da Guarda Municipal, todos os guardas que desempenham essa função são nomeados como cargo de confiança e, por isso, a qualquer momento, podem deixar o posto.

⁵⁰Azevedo (2012) já abordou essa questão em sua dissertação, ao descrever como estavam dispostos os cargos dos guardas que trabalhavam na sede da instituição, chamados por ela de “Guardas do aquário” (p. 43).

Durante o ano em que acompanhei o trabalho dos guardas, tive bastante contato com vários supervisores. Além de encontrá-los pelas ruas da cidade, pude acompanhar *in loco* o trabalho de um deles: o supervisor Roberto. Parte dos guardas que atuam nas ruas tem tanta proximidade com ele que o chamam de “Betinho”. Como todo supervisor, Roberto tinha dois traços brancos na manga do uniforme, para demarcar a diferença da sua posição e da sua “farda” em relação às dos demais. Certo dia, tinha ido à sede da instituição para fazer uma entrevista com um guarda e, ao terminar, resolvi ficar um pouco na recepção, conversando com os agentes que ali se encontravam. O assunto do dia era o “festival de cafifa”⁵¹, que tinha acontecido no fim de semana anterior e contou com o trabalho dos guardas. Roberto estava indo para o Alcântara, a fim de realizar a supervisão dos postos e “setores”, e me convidou para acompanhá-lo. Aceitei o convite e me sentei no banco de trás do carro. Na parte da frente, além dele, estava o motorista, chamado Caio. O carro demorou um pouquinho para dar partida. Era uma *Blazer* antiga e já parecia estar bastante usada. Os dois me disseram que, antigamente, “viaturas” como aquela pertenciam à Polícia Militar, mas, depois que essa instituição terceirizou a frota, os carros foram destinados às Guardas Municipais. Roberto segurava uma prancheta com a escala e os respectivos setores numerados. Ao chegar a cada setor, ele me apresentava ao guarda responsável, caso eu não o conhecesse, e perguntava se tudo corria bem, enquanto o agente assinava a folha. Caso o guarda não estivesse presente, ele disse que assinalava na mesma folha de ponto. Naquele dia, todos estavam em seus respectivos “setores”. Não conhecia grande parte dos bairros e das ruas por onde passávamos. Por isso, os dois iam me apresentando e falando um pouco da cidade. Quando chegamos ao bairro Mutondo, Roberto disse que normalmente não costumava ficar nenhum guarda lá. Porém, a CEDAE⁵² tinha aberto um buraco na rua e ainda não o tinha fechado, então, foi preciso que ele colocasse um guarda para desviar o trânsito. A sinalização foi feita de improviso pelo guarda, com uma lata grande e alguns gravetos. Na maior parte do tempo, ficávamos dentro do carro. Descemos somente quando chegamos ao Alcântara. Roberto costumava ficar um tempo lá para conversar com os guardas e ajudar no trânsito. Meu dia acompanhando a supervisão terminou nesse bairro. Posteriormente, em outros dias, quando perguntava aos guardas quem consideravam o melhor supervisor, eles não

⁵¹ “Cafifa” é um brinquedo que voa por meio da força do vento. Ele é normalmente de papel, que possui a função de asa, e possui uma rabiola, um adereço normalmente feito de sacola plástica, que proporciona estabilidade ao brinquedo. Em outras regiões, ele também é conhecido como pipa.

⁵² CEDAE é a sigla para a “Companhia Estadual de Águas e Esgotos”, que trata da captação, tratamento e distribuição das redes de água e coleta e tratamento da rede de esgoto.

hesitavam em responder que era o Roberto. Ao perguntar o porquê disso, alguns não sabiam me dar a resposta, mas outros falavam que “ele sempre estava perto dos guardas”, que “os guardas podiam contar com ele”, que “ele não fugia de trabalho”; enfim, apresentavam motivos que denotavam o quanto o consideravam diferente dos demais supervisores.

Como se vê, a proximidade dos guardas com seus superiores não pode ser vista de maneira unidimensional. Em determinados contextos, como no caso do supervisor “Betinho”, ela tendia a ser vista de maneira positiva, já que os agentes consideravam que “ele sempre estava perto dos guardas” ou que “os guardas podiam contar com ele”. Entretanto, quando eram o Comandante ou, mesmo, o superintendente Seu Carlos que estavam nas ruas, muitos guardas encaravam a proximidade como uma maneira de vigilância e, portanto, a rejeitavam.

Em relação ao *Corpo de Guardas Municipais*, o regulamento prevê que os guardas devem ser subdivididos em inspetores, subinspetores, fiscais, subfiscais, guardas municipais e alunos GM. Entretanto, em uma das minhas conversas com o guarda Guilherme, fui informada que esses cargos e subdivisões foram “extintos” a fim de não criarem “rivalidades” entre os guardas municipais durante o trabalho cotidiano nas ruas. Em contrapartida, os agentes acharam melhor deixar o plano formal de lado e fazer valer a gramática tecida no cotidiano. Nesse sentido, mesmo havendo uma estrutura hierárquica formalmente estabelecida entre os guardas que trabalham nas ruas (mas que não é considerada), percebi que tais agentes levam em conta outros fatores para lidar com os demais colegas de trabalho e com as situações que vivem nas ruas. Um deles está relacionado ao tempo de serviço e à “turma” de origem de cada um. Os guardas que estão há pouco tempo na instituição costumavam escutar bastante os conselhos dos mais antigos. Percebi isso logo que comecei a fazer campo no Alcântara. A maioria dos guardas que trabalhavam no turno da tarde tinha acabado de entrar na instituição. Somente três deles não eram da última turma: os guardas Nunes (há mais de vinte anos na Guarda Municipal de São Gonçalo), o Fábio (há treze anos) e o Gustavo (que trabalhava lá há cerca de três anos). Sempre que os demais guardas tinham alguma dúvida ou que acontecia algum acidente que gerasse congestionamento, um dos três ou, mesmo, os três eram chamados para ajudar.

Desde o início, percebi que o guarda Gustavo sempre procurava resolver as questões e problemas que aconteciam. Independentemente de ser ou não no seu “setor”,

ele ajudava os colegas e procurava ensinar aquilo que os novatos não sabiam. Cheguei a comentar, algumas vezes, que ele tinha uma posição central na resolução dos problemas do trânsito do Alcântara, mas ele sempre respondia que os seus colegas de “equipe” também se dedicavam, e que, portanto, era mérito de todos. Posteriormente, quase no fim do ano, depois de Gustavo ter sido mudado de setor e escala, por conta de uma punição, escutei a conversa de outros dois guardas, chamados Oliveira e Ramos, em que os dois comentavam o motivo disso. Oliveira comentou: “O Gustavo é bom de trabalho, e, apesar de ele não ter patente [ele colocou dois dedos no ombro para demonstrar o símbolo que os supervisores possuem na farda], o cara tem espírito de líder”. Ramos, por sua vez, retrucou com a seguinte observação: “Esse negócio de líder é complicado. Todos aqui são iguais, e, às vezes, quando um se acha líder, o poder pode subir à cabeça”. Porém, depois ele concordou com seu colega e disse que Gustavo seria “um bom supervisor”, já que era realmente um “líder sem patente”.

Desse modo, tanto o caso do supervisor Roberto quanto o do “líder sem patente” podem ser associados à dominação carismática, que, segundo Weber (1986), se fundamenta “no puro afeto ou na mera inclinação pessoal” (p. 128). Nos dois casos, os agentes eram reconhecidos por seus pares como possuidores de qualidades especiais que os destacavam nas suas performances cotidianas. Nesse caso, a autoridade de Roberto e de Gustavo, diferentemente daquelas que o comandante e o Seu Carlos possuíam, não estava associada a uma eminente punição, mas à relação de consideração que os guardas tinham estabelecido com tais agentes. Embora Gustavo não possuísse “patente”⁵³, a relação que desenvolveu com os seus colegas fez com que ele fosse “respeitado” pelos demais. Por outro lado, mesmo que o supervisor Roberto tivesse uma posição hierarquicamente superior, a relação estabelecida com seus subordinados fez com que sua proximidade fosse considerada algo positivo.

3.3. Ser ou estar guarda municipal? Pensando a maneira como os agentes se classificam

Para compreender a atuação dos guardas municipais de São Gonçalo, é preciso, antes de tudo, analisar quem são os agentes que trabalham na Guarda Municipal de São Gonçalo. Por isso, nessa parte do trabalho, tenho como objetivo apresentar algumas ideias

⁵³ “Patente” é uma expressão militar empregada para se referir às diferentes colocações hierárquicas existentes entre os agentes.

e valores importantes para compreender a maneira como esses agentes se classificavam. Fundamentalmente, mostrarei quais são os motivos que os incentivaram a se tornar guardas municipais, quais são os fatores que levavam os agentes a querer trabalhar no trânsito e como eram as relações entre agentes no cotidiano de trabalho, enfatizando, sobretudo, como eles se diferenciavam.

Em relação ao efetivo total da instituição, durante uma entrevista com um guarda que trabalha na administração, fui informada que, ao todo, havia, na ocasião da pesquisa, 348 guardas municipais, sendo 296 homens e 52 mulheres. Segundo ele, apesar de o trânsito ser considerado “o maior serviço da Guarda”, somente cerca de 70 agentes trabalhavam nas ruas da cidade, o que corresponde a 17% do total formalmente disponível⁵⁴. De acordo com o entrevistado, isso acontece, porque, na instituição, há muitos guardas mais velhos que já apresentam problemas de saúde. Por isso, conforme a sua explicação, a maioria dos guardas não consegue ficar muito tempo trabalhando no trânsito, porque a atividade é muito desgastante e exige que eles estejam com boa saúde. Essa seria somente uma das razões pelas quais se costuma colocar os agentes com menos tempo de Guarda nas ruas e nos “setores” do trânsito. Ainda neste capítulo apresentarei outras explicações que me foram dadas para fundamentar o motivo pelo qual grande parte do efetivo estaria alocada para trabalhar nos postos fixos⁵⁵.

Em relação ao tempo de trabalho dos guardas que trabalhavam no trânsito, alguns poucos atuavam lá desde que entraram na instituição, há oito, quinze ou mais de vinte anos, permanecendo na função por gostar desse tipo de serviço. Esse era o caso de Viana, por exemplo, que trabalhava há oito anos nas ruas de São Gonçalo e dizia gostar de trabalhar no trânsito por causa do movimento. O agente não se via, de forma alguma, trabalhando em algum “posto fixo”⁵⁶, “parado e sentado em uma cadeira”. Diferentemente dele, nem todos os guardas que trabalham no trânsito gostam dessa função. Esse era o caso de W. Dias, que trabalhava na Guarda há três anos. Na primeira

⁵⁴ Digo teoricamente, porque, todo mês, uma parte dos guardas entra em férias ou em licença.

⁵⁵ Na próxima sessão, quando discuto como se dá a distribuição dos guardas nos postos de trabalho, demonstro que a explicação oficial dada pelo comandante foi que a alocação de grande parte do efetivo nos prédios públicos pretendia seguir a previsão normativa prevista na Constituição. Mesmo sabendo que, no contexto de São Gonçalo, o trânsito apresentava uma demanda muito grande, ele acreditava que nos *setores* no trânsito era possível fazer mudanças momentâneas conforme a necessidade, o que não era possível nos *postos fixos*, já que eles precisariam ser assistidos em tempo integral.

⁵⁶ “Posto fixo” se refere aos locais de trabalho dos guardas municipais em prédios públicos e próprios municipais, já “setor” é a maneira como os guardas municipais denominam as localidades e delimitações de trabalho nas ruas do município.

vez em que conversamos, perguntei se ele gostava de trabalhar nas ruas do Alcântara, ao que ele me respondeu:

“Se eu falar que eu gosto do trânsito, eu tô mentindo. Eu me acostumei. Aqui tem seus lados bons e lados ruins. É bom que você trabalha só até às 13 horas, mas também é muito cansativo. Eu estou aqui de passagem. Estou fazendo faculdade e quero um negócio melhor para mim. Fazer outro concurso ou trabalhar de advogado mesmo.”

(W.Dias, guarda municipal há 3 anos).

Para W. Dias, assim como para outros guardas, trabalhar no trânsito e, de modo geral, na Guarda, além de ser uma questão de adaptação, era algo passageiro. Ele fazia faculdade de Direito e não via a hora de concluir o curso, para trabalhar como advogado. Entre aqueles agentes com quem ele tinha mais contato, eram temas recorrentes os concursos que estavam abertos, as provas que cada um tinha que prestar, o que estavam estudando etc. Em uma das vezes em que participei dessas conversas, um guarda chamado Robson, que trabalhava como “batedor”⁵⁷, chegou com um HD externo⁵⁸ contendo algumas provas de concursos, para emprestá-lo a outro agente. Perguntei que tipo de concursos eles costumavam prestar, e alguns me informaram que fazem para aqueles que pagam melhor. Outros falaram que costumavam fazer para a Polícia Federal, Polícia Civil ou Polícia Rodoviária Federal. Dos quatro guardas que estavam ali, dois tinham dito que, quando mais jovens, queriam ter passado nas provas de seleção de institutos militares, como a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e ao Instituto Militar de Engenharia (IME). Um deles, chamado Cardoso, além de guarda municipal, também era professor de matemática e dava aula nas horas vagas. Ele me disse que estudou em uma escola pública da cidade e que tinha muita coisa que não aprendeu, por isso, não tinha base para concorrer nessas provas no passado. Antes de se tornar guarda municipal e professor, trabalhava num mercado. Segundo ele,

⁵⁷“Batedor” é o termo empregado pelos guardas municipais para se referirem aos agentes que trabalham conduzindo motocicletas, a fim de atender às demandas que surgirem no cotidiano de trabalho, sejam elas ligadas ao trânsito ou não.

⁵⁸ HD externo é um dispositivo que possui a função de armazenar uma grande quantidade de dados digitais, como, por exemplo, fotos, músicas, arquivos, programas, de acordo com disponibilidade de espaço. Seu diferencial é que ele pode ser transportado para qualquer lugar, sendo utilizado sempre acoplado a um computador.

tinha dias em que entrava às 14 horas da tarde e só saía às 3 horas da manhã. Ao me contar dessa época de sua vida, o agente afirmou o seguinte:

“Era muito puxado trabalhar no mercado. É por isso que fiz o concurso da Guarda. Queria garantir o meu, queria já ter uma matrícula, um salário certo todo mês. Mas eu gosto de estudar, e isso, para mim, não é suficiente. Quero fazer uma pós para aumentar o meu salário base e estudar para fazer concursos.”

(Cardoso, guarda municipal há 3 anos).

Alegando não ter mais idade para passar nas provas militares de seu interesse, Cardoso ainda sonha com a carreira de engenheiro. Queria fazer uma pós-graduação de Engenharia Ambiental no ano seguinte, para poder aumentar o seu vencimento-base. Conforme pude perceber, o vencimento-base, na Guarda Municipal, varia de acordo com a progressão profissional de cada um. Entretanto, para esse fim, só são considerados os cursos relacionados com a atividade da Guarda. Conforme ele disse, “tem que ser ou segurança pública ou alguma coisa ambiental”⁵⁹.

Frases como “ser guarda municipal não é suficiente”, “estou aqui de passagem” ou, ainda, “quero um negócio melhor para mim” eram constantemente ditas para mim. O guarda Bastos, por exemplo, costumava dizer que alguns de seus colegas “pensavam pequeno e tinham pouca ambição”. Os seus planos, pelo contrário, eram “grandes e não cabiam ali”. Conheci esse guarda em uma das primeiras vezes em que fui ao Alcântara, no ano de 2010. Naquela época, Bastos tinha entrado, há pouco, na instituição e já tinha o discurso de que não queria ficar muito tempo por lá. Desde o primeiro dia, apresentou-se como meu “colega universitário”. Fazia faculdade de Jornalismo na Universidade Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e queria se formar logo, para sair dali. Quando voltei a observar os guardas municipais no Alcântara, já no ano de 2014, surpreendi-me ao encontrá-lo por lá, e ele também, pelo fato de eu ainda estar fazendo “uma pesquisa”. Passados todos esses anos, o seu discurso não mudou. Ele estaria quase terminando a faculdade e queria fazer outro concurso, para sair dali.

⁵⁹ Além disso, o salário tem um aumento depois de três e, novamente, cinco anos de serviço.

Para além do desejo de prestar outro concurso ou de buscar uma nova profissão⁶⁰, para ter um salário melhor, acredito que esse tipo de discurso tem a ver com a posição que a Guarda Municipal possui em comparação com as outras instituições ligadas à Segurança Pública. Nesse sentido, afirmações como “estou aqui de passagem” ou “quero um negócio melhor para mim” sinalizam que, idealmente, muitos dos agentes não almejavam *ser* guarda municipal, mas, por algum motivo, se viram obrigados a *estar* guarda municipal. Um dos motivos que pode ter relação com isso é o fato de a instituição possuir uma posição inferiorizada em relação às demais relacionadas à Segurança Pública, já que suas ações não estão ligadas, diretamente, ao “combate à criminalidade”. Por isso, alguns deles queriam fazer outros concursos na área de Segurança Pública (tais como Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar). Outro fator que pode estar relacionado a isso é o fato de a instituição não ter um papel claramente constituído, posto que é comum não se saber, ao certo, qual é a função de um guarda municipal. Daí emerge a sua transitoriedade, pelo menos idealmente, já que a intenção deles é “ser alguma coisa na vida”. Independentemente de conseguirem prestar ou serem aprovados em outro(s) concurso(s), o que se expressa, nesse tipo de representação, é que, para pelo menos alguns guardas municipais, a instituição se constitui tão somente enquanto um lugar de passagem.

Em relação aos motivos que fazem um guarda municipal gostar e querer trabalhar no trânsito, percebi que os chamados “esquemas” que eles estabelecem podem ser um deles. Uma das primeiras vezes em que escutei isso foi conversando com o guarda Novaes. Ele tinha me dito que “os guardas mais antigos” gostavam de permanecer no trânsito por causa dos “esquemas” que eles tinham. Quando lhe perguntei o que eram esses esquemas, ele me respondeu: “Os guardas mais antigos acharcam⁶¹ muito, ganham dinheiro de comerciante, de empresa de ônibus, de vans, para não as multarem. Eles ganhavam muito dinheiro, e é por isso que o comandante tirou eles de lá”. Conforme irei enfatizar no próximo capítulo, os “esquemas” estavam relacionados a uma quantidade de dinheiro ou, mesmo, uma grande quantidade de algum objeto material que os guardas recebiam ou pediam, geralmente mais de uma vez, para, em troca, deixar que o motorista realizasse uma operação proibida. Essa não foi a única vez em que escutei sobre os

⁶⁰ A maneira como os guardas municipais encaravam o que era a sua profissão me fez perceber que, assim como enfatizou Monjardet (2003), “toda profissão – no sentido mais expressivo do termo – se organiza em torno da monopolização (ou reivindicação do monopólio) de um domínio de atividade do saber que a ele se aplica” (ibid, p. 163).

⁶¹ Acharcar é uma gíria militar que se refere à ocasião em que alguém toma ou pede algum dinheiro à outra pessoa por algum interesse particular.

“esquemas” que aconteciam nas ruas. De acordo com a fala de Novaes ressalta, os “esquemas” foram os responsáveis pela troca dos guardas municipais de “setor” em uma das vezes enquanto eu fazia trabalho de campo.

Muitos agentes reclamavam do salário que recebiam na Guarda. Eles falavam que não tinha aumento há dois anos e que, conforme mencionado, o “Adicional de Desempenho de Função” (ADF) não estava em 100%, como deveria estar, nem era estendido a todos os servidores. De acordo com o edital do último concurso realizado pela Prefeitura⁶², até o momento desta pesquisa, os vencimentos-base de um guarda municipal são de \$325,22 reais, os quais se somam às gratificações, para comporem seu salário final. Segundo me foi relatado, os agentes que entraram na Guarda nas duas turmas anteriores ainda não tinham recebido nada de ADF. Por conta disso, muitos deles resolveram entrar com um processo judicial contra a Prefeitura. Alguns deles teriam, inclusive, conseguido a expedição de um Mandato de Segurança. Já quase ao final de meu trabalho de campo, os guardas fizeram uma greve seguida de um protesto, para reivindicar a agregação integral do adicional para todos os agentes e, também, para reclamar das condições estruturais em que se encontravam tanto a “base” da instituição como as suas viaturas.

Apesar da reclamação em relação ao salário, a maioria dos guardas dizia que um dos fatores que os motivaram a fazer o concurso da Guarda Municipal era a busca por estabilidade. O guarda Djalma falava que um dos diferenciais da profissão de guarda era que uns se contentam com o salário que ganham e não reclamam do trabalho, já que têm a possibilidade de “ficar parado, sem fazer nada e sem se estressar”. Já outros procuram “progredir financeiramente e profissionalmente”. Embora gostasse de trabalhar na Guarda, por causa da estabilidade e da tranquilidade que o “emprego público” lhe garante, Djalma afirmou que não quer “ficar parado” e pretende fazer outro concurso para a área de saúde. Em certo dia, ele me contou do emprego que tinha anteriormente:

“Eu demorei a querer fazer concurso. Antes, eu trabalhava num emprego em que ganhava muito, eu era taxista e ganhava \$5.000 reais, mais ou menos, mas gastava muito também. Trabalhei seis anos no táxi e via o outro lado do trânsito, quase surtei e tive que parar. É bem mais estressante do que ser guarda. Foi aí que resolvi fazer o concurso [para ser guarda municipal].”

(Djalma, guarda municipal há 4 anos).

⁶² Para acessar o edital ver: URL: <<http://www.agrobase.com.br/concursos/2011/concurso-publico-sao-goncalo-edital-2011/>> Acesso: 23/03/2015.

Mesmo tendo percebido que alguns agentes não estavam satisfeitos em trabalhar ali, também observei que havia alguns que gostavam de ser guarda municipal. Esse era o caso de Moreira, um agente já aposentado. Em uma das vezes em que fui à instituição, no fim da tarde, quando já estava indo embora, peguei uma carona com dois guardas municipais em uma viatura. Ao meu lado, no banco de trás, sentou-se Moreira, que tinha ido até a “base” para rever os amigos. Ele falava que tinha “orgulho de ser guarda municipal”, mas já tinha ficado cansado e, por isso, se aposentou. Outro agente, que estava no banco da frente, disse que tinha entrado na instituição porque sempre quis trabalhar em algo ligado à Segurança Pública. Apesar de gostar de trabalhar na Guarda, ele afirmou que ainda pensava em entrar para a Polícia Militar, mesmo estando quase no limite da idade⁶³. Assim como ele, percebi que outros pretendiam ser policiais ou pertencer a alguma das Forças Armadas. Alguns, ainda, tinham sido soldados ou cabos do Exército.

Em relação ao local de residência dos guardas, não possuo dados precisos, entretanto, pude constatar que grande parte dos agentes com quem tive contato era composta de moradores de São Gonçalo. O fato de serem moradores do município, além de facilitar a fixação dos nomes das ruas e a localização dos pontos de referência, contribui para que tenham uma relação de maior proximidade com aqueles que utilizam as ruas da cidade. Por vezes, observei alguns guardas encontrarem conhecidos ou amigos, que os cumprimentavam, perguntavam pela família ou gastavam um tempinho conversando sobre as novidades. Como veremos, esse fator tem implicações, sobretudo, no trabalho dos guardas no trânsito.

Outro fator que procurei observar, durante o trabalho de campo, é como se dava a relação entre os guardas municipais. Qualquer um que chegasse e observasse dois guardas conversando, principalmente se fossem um homem e uma mulher, poderia pensar que eles estavam brigando ou coisa assim. Às vezes, eles gritavam um para o outro e trocavam insultos que, aos olhos de quem não estava próximo, poderiam parecer uma briga. Mas, depois de um tempo, iria ver que, por trás das animosidades que trocavam, tinha uma relação baseada na brincadeira e na gozação. Isso não era tão difícil de se observar. Era o caso de Igor e Flávia. Os dois trabalhavam, grande parte do tempo, em “setores” próximos no Alcântara e estavam sempre implicando um com o outro, fosse por causa de ônibus e

⁶³O limite de idade estipulado, para o ingresso como soldado, é de trinta anos, já para os postos de oficiais, a idade máxima é de trinta e cinco anos.

vans que paravam irregularmente nos setores do colega, fosse por outro motivo qualquer. Os dois tinham entrado para instituição na última turma e, desde o curso de formação, ficaram amigos. Igor tinha morado, anteriormente, em Mesquita e se mudou assim que passou no concurso para a Guarda de São Gonçalo. Flávia, como ela mesma dizia, era “nascida e criada em São Gonçalo”. Com o passar do tempo, percebi que essa relação de importunação e zombaria do outro, a qual também enxergava entre os guardas Djalma e Sabrina, Márcia e Novaes e outros agentes, poderia se parecer com as relações de “parentesco por brincadeira” (p. 96), tal qual as descritas por Radcliffe-Brown (2013).

A título de exemplo, há um caso que aconteceu logo após a troca de “setores” dos guardas. Durante grande parte do tempo em que fiz trabalho de campo, a escala de trabalho não mudou. Entretanto, quando completava quase seis meses em que estava acompanhando o trabalho dos guardas, grande parte deles foi trocada de “setor”. Aqueles que estavam em São Gonçalo foram para o Alcântara, e vice-versa. Em um dos primeiros dias da troca dos guardas, quando eu estava no Alcântara, junto com os agentes Flávia e Umberto, esse me perguntou o seguinte: “Você gosta mais dos guardas do Alcântara ou de São Gonçalo?”. Respondi que não sabia que havia essa divisão entre eles. Flávia, então, me falou que tinha essa divisão, sim, e que era como se fossem dois lados distintos. De acordo com ela, haveria uma representação segundo a qual, em São Gonçalo, só tem guarda “patricinha e mauricinho” e, no Alcântara, só tem “*gangster* e molambento”⁶⁴. No entanto, ainda segundo a agente, a diferença consiste, na verdade, no fato de que os guardas vindos de São Gonçalo ainda estariam “aprendendo a trabalhar”, já que lá “não se tinha muita coisa para fazer”. O guarda Igor, que antes trabalhava num “setor” em São Gonçalo, tinha acabado de se aproximar e conseguiu escutar o que Flávia tinha dito. Por sua vez, afirmou que os guardas vindos de São Gonçalo “resolveram os problemas do Alcântara”, já que o trânsito estava bem melhor depois que eles foram para lá. Posteriormente, percebi que essas diferenças entre os guardas de São Gonçalo e do Alcântara alimentavam, principalmente, as relações de jocosidade que havia entre os guardas. Reconhecer as semelhanças e diferenças entre esses guardas municipais foi importante para perceber, sobretudo, como eles se classificavam.

⁶⁴ Conforme explicitado no capítulo anterior, o Centro de São Gonçalo, quando comparado com o Alcântara, é representado positivamente. Dessa maneira, as categorias “patricinha e mauricinho”, que estão associadas aos guardas que trabalham em São Gonçalo, são maneiras de representar positivamente esses guardas, quando em comparação com aqueles que trabalham no Alcântara.

Além das diferenças existentes entre os agentes da “base” e os da rua, e entre os que atuavam no Alcântara e os guardas que ficavam em São Gonçalo, outro fator que era levado em consideração, para a construção do sistema classificatório dos guardas municipais, eram as relações estabelecidas a partir da antiguidade e da “turma” a que cada um pertencia. Cada leva de guardas municipais convocados costuma ser identificada como uma turma, sendo que cada uma tem a sua matrícula própria. Pude perceber que eles se identificavam e se diferenciavam de acordo com a inicial da matrícula de cada turma, isto é, se pertenciam à 22 mil, à 21 mil e assim por diante. Nesse sentido, a matrícula do agente – ou seja, o fato de ser 22 mil, 21 mil, 19 mil, 17 mil ou, ainda, mais antigo – pode definir quais as relações que ele possui na Guarda, o que, como vimos, se reflete nas definições do “posto” e nas “escalas” de trabalho. No início do trabalho de campo, costumava perguntar aos guardas qual era a sua turma. Numa dessas vezes, um agente chamado Queiroz me falou que era da 21 mil A. Estranhei, pois não sabia que existia também essa diferença. Ele, então, explicou que uma turma era 21 mil A e a outra B, já que uns agentes entraram primeiro que outros na Guarda com a mesma matrícula. Inicialmente, tinham entrado quarenta e, depois, sete. Posteriormente, descobri que, de um mesmo concurso, chamaram esses dois grupos de novos guardas em diferentes momentos, mas ambos tiveram uma mesma matrícula. Por isso, os agentes que entraram primeiro estabeleceram essa diferenciação informal, já que, de acordo com a visão dos guardas, os novatos são reconhecidos, pelos demais, como “recrutas” até que uma nova turma entre. Os guardas de matrículas mais antigas diziam, porém, que essa diferença não existia, o que, de certa forma, chama a atenção para a utilização do tempo de serviço como um critério importante da construção das identidades em questão.

Ao analisarem as práticas e representações dos agentes da Guarda Civil Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ), Lage, Souza e Melo (2014) também evidenciaram que a diferenciação dos guardas em turmas era importante para o processo de construção da identidade de grupo dos mesmos. De acordo com as autoras, isso acabava criando uma estrutura informal de hierarquização, capaz de interferir na realização do trabalho cotidiano e nas formas de interação observadas. Outra autora que já se deparou com a classificação dos agentes em antigos e novos foi Kátia Mello (2011), num estudo realizado junto à Guarda Municipal de Niterói (RJ). A autora ressaltou que a divisão dos guardas em “antigos” e “novos”, naquele contexto, era uma hierarquia não concebida por critérios formais estabelecidos, mas que compensava a falta da construção de uma identidade.

Como disse, em relação à Guarda Municipal de São Gonçalo, a diferenciação entre “guardas antigos” e “guardas novos” influenciavam as diversas definições de condutas ou maneiras de agir seguidas pelos guardas. Agentes mais antigos, como Viana, por exemplo, que gostava de trabalhar no trânsito e não se via trabalhando em “posto fixo”, diziam que os guardas que já atuavam há mais tempo “sabem dar prioridade às coisas e usam mais o bom senso”; enquanto que aqueles que entraram há pouco tempo multam e apitam demais. Entre aqueles que tinham matrícula 22 mil e 21 mil, ou seja, entre os guardas mais novos, também escutei que era preciso ter “bom senso” para trabalhar no trânsito. Foi o que o guarda Igor, por exemplo, me falou no dia em que cobria a folga de uma colega num setor do Centro. Tinha perguntado a ele em quais situações prefere multar, e ele me respondeu que, “no trânsito, não dá para levar a lei a ferro e fogo. É preciso ter bom senso e se adequar ao local”. A partir daí, percebi que, se eu pretendia entender como os guardas municipais de São Gonçalo organizam o trânsito da cidade, deveria entender como eles definem e aplicam o “bom senso”. Abordarei essa questão no próximo capítulo.

3.4. Entre o “bom” e o “mau setor”: “trânsito de bairro”, o “buraco” e a proximidade.

Os guardas municipais de São Gonçalo podem ser alocados para trabalhar em “postos fixos”, em “setores” no trânsito, na sede, na ronda escolar, no grupamento ambiental, como batedores de motos ou nos postos de comando, tais como a supervisão e os chefes de plantão. Nessa sessão, além de mostrar onde se situam os setores de trabalho no trânsito, tenho como objetivo demonstrar quais são os critérios estabelecidos pelos agentes para classificar o local de trabalho como um “bom setor” ou um “mau setor”. Sobretudo, irei enfatizar que ao analisar as representações dos guardas sobre seus lugares de ofício no trânsito não é possível desconsiderar o contexto e as relações que eles estabelecem.

Nos “postos fixos”, os guardas ficam em prédios ou patrimônios públicos, a fim de fazer a proteção do local. A “escala” de trabalho depende de onde o guarda se encontra. Ele pode ser plantonista, de 24 por 72h e 12 por 36h, ou, mesmo, diarista. A maioria do efetivo trabalha em “postos”, que podem ser na prefeitura, em escolas, em alguma secretaria ou em praças públicas. Quando entrevistei o então comandante, perguntei por

que a maioria dos guardas era escalada para trabalhar em “postos fixos”, já que o trânsito era considerado, por muitos, a principal ocupação da Guarda. Ele me explicou que, no seu ponto de vista, apesar da importância do trânsito, a instituição foi criada no Brasil para proteção de bens e patrimônio, conforme prevê a Constituição. Além disso, no trânsito, seria possível fazer mudanças e modificações momentâneas, conforme a necessidade, o que não poderia acontecer com os “postos fixos”, já que eles precisam ser assistidos em horário integral para proteção e prevenção de qualquer tipo de ocorrência.

Assim como os guardas que trabalham na sede, aqueles que atuam nos “postos fixos” também possuem mais prestígio do que os guardas que estão no trânsito. Pelo que pude perceber, e como já destaquei, são poucos aqueles que trabalham no trânsito porque gostam ou porque querem. A guarda Laís, por exemplo, tinha entrado na última “turma” e teve logo que se acostumar a trabalhar no trânsito, apesar de esse não ser o seu interesse inicial. Ela me disse, uma vez, que gostaria de trabalhar na ronda escolar e que chegou até a manifestar esse desejo a um colega que havia sido chamado para trabalhar nesse posto. Segundo a agente, ele teria respondido que, antes de entrar na ronda escolar, ela “deveria ralar muito no trânsito ainda”. Muitos viam o trânsito como uma passagem obrigatória para os guardas mais novos e inexperientes, que, só depois de algum tempo de serviço, teriam condições de ir para outro posto com mais prestígio. Na visão da guarda Laís,

“O pessoal que trabalha na base ou em posto fixo vê o pessoal que trabalha na rua com desprezo. Ninguém quer trabalhar na rua. Por exemplo, se alguém que trabalha em um posto fixo faz uma merda, o que ele recebe como castigo é ir trabalhar na rua. Eles vivem falando que estão sem guarda. Depois que nós entramos, eles continuam falando isso, mas onde estão os outros guardas que trabalhavam nos setores que estamos agora? Nós não viemos para somar, nós viemos para excluir, excluir os guardas que não queriam mais ficar na rua”

(Laís, guarda municipal há 10 meses).

Como revela a fala da guarda Laís, sob a alegação de falta de efetivo para ocupar os setores no trânsito, cada nova “turma” de guardas municipais é utilizada para substituir aqueles que não querem mais ficar nas ruas. Via de regra, esses são alocados em algum posto de prestígio, por indicação de alguém, ou podem ser colocados para trabalhar no trânsito por punição. Foi o que aconteceu com Ramos. Ele tinha sido chamado para trabalhar em um “posto fixo”, mas, depois de um problema interno envolvendo seu

trabalho, foi punido e voltou para o trânsito. A antiguidade e a “turma” a que o guarda pertence também podem influenciar na sua alocação nos postos ou *setores* de trabalho. Muitos guardas, como Laís e Umberto, questionavam o fato de a antiguidade ser o critério adotado para a distribuição do efetivo. Esse agente chegou a dizer que a Guarda Municipal de São Gonçalo tinha “um espírito de velho”, citando, como exemplo, a patrulha ambiental, que foi montada com guardas com mais tempo de serviço, em vez de se levar em conta a qualificação de cada um. Segundo ele, vários guardas com menos tempo de instituição eram formados em gestão ambiental e deveriam, portanto, ocupar esse posto.

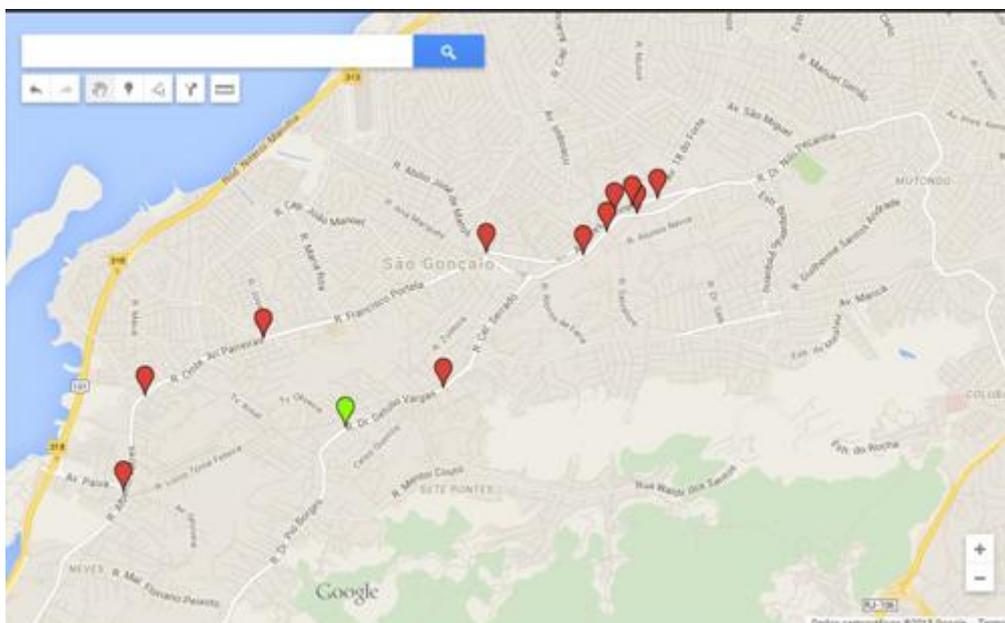
No trânsito, os guardas são alocados em diferentes “setores”. Cada “setor” delimita as ruas e localidades onde devem atuar. Na *Escala de Serviço do Trânsito*⁶⁵, os “setores” são denominado Setor de Serviço do Trânsito (SSTRAN) e vêm seguidos do número correspondente, como, por exemplo, SSTRAN 90, SSTRAN 97 B e SSTRAN 90 A/01⁶⁶. Quando fiz a entrevista com Abreu, um dos guardas responsáveis por fazer a “escala de serviço”, ele me disse que seriam precisos 220 guardas para cobrir todos os “setores” do trânsito de São Gonçalo. Como não é possível alocar todo esse contingente no trânsito, eles priorizam os “pontos que mais precisam”. Quando perguntei como eles sabem quais são os “setores” que mais precisam de guardas, ele respondeu: “É muito ligado com a prática no trânsito. Se tem um *shopping*, a gente sabe que tem que colocar um guarda, ou um cruzamento, por exemplo. Existem uns setores que são primordiais, e nós sabemos, porque já conhecemos a realidade do que precisa.”.

Aqueles “setores” que ficam no Alcântara ou no Centro possuem prioridade em relação aos demais, já que, nesses bairros, há mais movimento não só de veículos, mas, também, de pessoas circulando, inclusive o prefeito, secretários e vereadores. A fim de definir o trabalho da supervisão, os “setores” são divididos entre os que pertencem a São Gonçalo e os que pertencem ao Alcântara. De acordo com essa divisão, todos os “setores” do trânsito situados no Alcântara e em bairros próximos estarão sob responsabilidade do supervisor do Alcântara, e os registros serão realizados no livro do Alcântara, enquanto que todos os outros “setores” espalhados pela cidade estão sob responsabilidade do

65 A *Escala de Serviço do Trânsito* é um documento produzido pela Guarda Municipal de São Gonçalo e disponibilizado para os supervisores a fim de que eles possam recolher e assinatura dos guardas no trabalho de fiscalização da presença. Caso necessário, essa *escala* também pode ser acessada por qualquer guarda municipal quando os mesmos vão à sede da instituição.

66 Informalmente, os guardas podem chamar os *setores* apenas pelo número, por algum ponto de referência ou, ainda, por alguma característica específica, como, por exemplo, o setor 78 A/1, o setor em frente a um supermercado e o “buraco”.

supervisor de São Gonçalo, e os registros serão realizados no livro de São Gonçalo. No Mapa 4, localizo os “setores” do trânsito pertencentes a São Gonçalo:



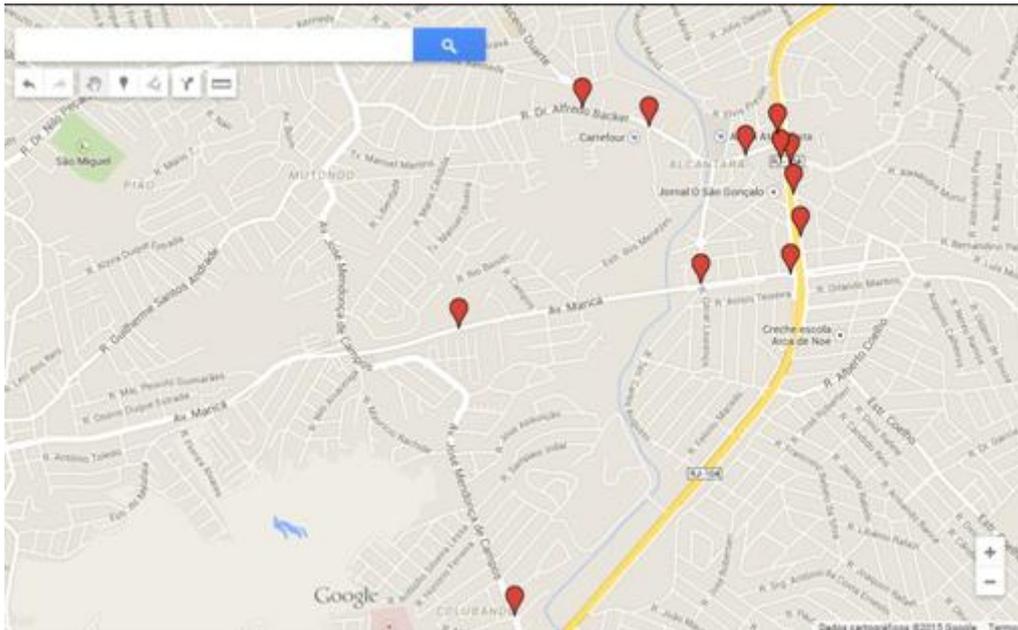
Mapa 4 – “Setores” do trânsito em São Gonçalo

URL:

<"<https://mapsengine.google.com/map/edit?mid=zBwiv75v3mo.kKzcCE1d37M>"<https://mapsengine.google.com/map/edit?mid=zBwiv75v3mo.kKzcCE1d37M>>. Acesso: 02/01/2015.

Como é possível se notar, a parte do mapa com maior concentração de “setores” corresponde ao Centro da cidade⁶⁷. Os demais “setores”, como aquele que está no Bairro Paraíso ou aquele que está em Neves, correspondem ao que os guardas chamam de “trânsito de bairro”, onde não há um fluxo intenso de carros, posto que os motoristas, normalmente, são moradores da própria localidade. Nos “setores” localizados no Alcântara, o único classificado como “trânsito de bairro” se encontra no Bairro denominado Colubandê, conforme indicado a seguir.

⁶⁷Conforme já mencionei, pode ter acontecido de alguns desses “setores” terem ficado descobertos por algum tempo, devido a necessidade da Guarda. Aqueles “setores” que não tiveram a presença de algum guarda em nenhum momento durante a minha observação não foram incluídos no mapa.



Mapa 5 – “Setores” do trânsito no Alcântara

URL: <<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=zBwiv75v3-mo.kiptQmrrF0bA>>

Acesso: 02/01/2015.

Conforme é possível se observar no mapa, há uma maior concentração de *setores* junto ao denominado “centro do Alcântara”, ou seja, próxima à rodovia estadual que corta o bairro. Na “escala de serviço”, a localização dos “setores” é feita com base nos nomes das ruas e/ou de pontos de referência. Por exemplo, no “setor” SSTRAN 66, a localização é descrita como “Rua [...], devendo atuar da Rua [...]”⁶⁸ até a loja [...]”. Em alguns “setores”, junto à localização, é dada, também, a prescrição do que os guardas devem fazer na localidade, como é o caso do setor SSTRAN 67A: “Rua [...] com [...], semáforo em frente à loja [...], devendo coibir estacionamento irregular ao longo da via”.

No mesmo documento, há algumas identificações que demonstram como os guardas chamam os “setores” informalmente. É o caso do “setor” SSTRAN 65, cuja localização é acompanhada, entre parênteses, do termo “Buraco”. Esse “setor” é considerado, por muitos agentes, como um dos piores da cidade. Quando acompanhava o trabalho do guarda Diniz, então alocado naquele “setor”, perguntei por que ele era assim denominado. O agente respondeu da seguinte maneira:

68 Como são dados oficiais, preferi omitir o nome das ruas e demais dados particulares, para preservar o sigilo dessas informações.

“Olha pra cá. Aqui não tem nada, aqui é um buraco. Se você quiser comer alguma coisa, o que faz? Se quiser beber água ou ir no banheiro? Não tem nada, é um buraco que não tem nada. Então, aqui a gente tem que fazer amizade com todo o mundo, tem que conversar com todo o mundo. Aqui, eu fiz amizade com o cara do suco, ele me dá água, deixa eu tomar suco e pagar depois. Já acostumei, sabe? Quando não venho, até sinto falta. Ficar no buraco já é ruim. Imagina se eu ficasse num canto sem falar e conversar com ninguém”

(Diniz, guarda municipal há 13 anos).

Apesar de o “setor” ser classificado, por muitos, como ruim devido ao seu relativo isolamento, os três guardas que pude acompanhar e que trabalharam nesse “setor” enfatizaram que acabaram gostando de atuar no local por conta das relações pessoais que conseguiram construir.

Outros “setores” do Alcântara, como, por exemplo, o 88 A/01, o 87 A/02 e o 87 B/01, também são classificados como alguns dos piores “setores” do trânsito, muito por conta do grande movimento de veículos e pessoas no bairro. Certa vez, estava acompanhando o trabalho do guarda Queiroz, com três anos de Guarda, e, no meio de uma conversa, perguntei como era trabalhar no Alcântara. Ele, então, me disse: “O Alcântara é um inferno, São Gonçalo é o purgatório, e o Paraíso é o paraíso”. O agente considerava melhor trabalhar em “trânsito de bairro”, por não ter muito movimento ou congestionamento. A exemplo desse guarda, havia outros que diziam ser “mais tranquilo” trabalhar em “trânsito de bairro”, já que só precisavam lidar com os motoristas da localidade. Isso lhes permitia construir uma relação de maior proximidade com a população, o que, de certo modo, contribui para uma maior previsibilidade na administração dos conflitos cotidianos.

Entretanto, havia agentes que não viam os “setores” de “trânsito de bairro” como “mais tranquilos”. Era o caso de Bastos, que trabalhava no Alcântara pela manhã. Em uma de nossas conversas, comentei que muitos guardas consideravam que ali estariam os piores *setores* para se trabalhar. Ele, entretanto, discordou:

“Tem muita gente que acha isso, mas eu não acho, não. Acho bem pior trânsito de bairro. As pessoas cobram muito de você. É o morador reclamando de gente que estacionou na frente da garagem, é o cara da padaria querendo descarregar. Aqui não. Tem muito movimento. Mas eu consigo ficar mais de boa, se eu quiser. Eu, aqui, nunca fico parado. No trânsito de bairro é muito monótono.”

(Bastos, guarda municipal há 5 anos)

Como se vê, não há um consenso entre os guardas acerca de quais são os melhores e piores “setores” no trânsito. Alguns agentes, como Queiroz, acreditam que o fato de você poder construir uma relação de proximidade com os motoristas/moradores locais no “trânsito de bairro” seria um elemento importante na definição do que é um “bom setor”. Já outros guardas, como Bastos, acham que a proximidade do “trânsito de bairro” atrapalha o trabalho e, por isso, preferem atuar em outros locais. Nesse sentido, por mais que, de uma maneira geral, o Alcântara seja considerado um lugar ruim para se trabalhar, um elemento que pode mudar essa representação é a possibilidade de se construírem ou manterem as relações de proximidade com os motoristas ou pedestres que frequentam os seus “setores”. Apesar de esses fatores gerais influenciarem na escolha e na determinação de um “setor” como bom ou ruim, a percepção de cada guarda municipal, em particular, pode ser diferenciada. Desse modo, a representação de um “bom setor” não deve ser tratada de maneira unívoca. É preciso levar em conta o caráter situacional e contextual no qual em que os diversos agentes estão inseridos.

3.5. Punições

Já mencionei algumas situações que podem causar punições para os guardas municipais, tais como mudança de *posto* ou *setor* de trabalho (para um considerado por ele como ruim) e mudança de *escala*. Entretanto, para refletir sobre as punições que são empregadas aos guardas municipais, é preciso também observar o que é dito a esse respeito nos documentos que regulamentam a postura dos agentes. Por isso, nessa parte do trabalho, apresentarei quais são os critérios formais e informais adotados para punir os guardas municipais, enfatizando que, dependendo das ideias e valores levados em conta, ambos os casos podem ser reflexos de princípios comuns às instituições militares.

Apesar das mudanças do guarda de setor ou escala serem recorrentes, tais punições não constam nem no Regulamento Interno da Guarda, nem no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo, que, formalmente, regulamentam as chamadas “transgressões disciplinares”. No Estatuto dos Servidores Públicos, as penas previstas são: advertência, repreensão, suspensão, multa, destituição de função, demissão, cassação de

aposentadoria e disponibilidade. Não são definidos, nesse documento, os casos em que devem ser aplicadas advertência e repreensão. Somente em relação à suspensão e à demissão, há menção de casos em que se devem aplicar tais penalidades. O Estatuto prevê, ainda, que a pena de suspensão, quando houver conveniência e por iniciativa do superior do servidor, pode ser convertida em multa, na base de 50% por dia do vencimento ou remuneração, o que permite ao funcionário permanecer em serviço sob punição. Já no Regulamento Interno, são expostos 65 casos que, segundo sua gravidade, podem ser classificados como: transgressões leves, com pena de repreensão e até cinco dias de suspensão; médias, com cinco a vinte dias de suspensão; e graves, com suspensão acima de vinte dias. Nesse documento, porém, não são determinados quais casos descritos como transgressões disciplinares são classificados como leves, médias ou graves.

Os casos de punição ou elogio aos servidores são publicados no Diário Oficial da cidade, que é divulgado todos os dias num conhecido jornal local e na página virtual da prefeitura. Percebi que alguns guardas acompanham esse jornal para saber o que está sendo publicado no Diário Oficial a respeito de seus colegas e de si mesmos, com o intuito de observar como as punições estavam sendo empregadas a eles. Certo dia, eu estava no Alcântara quando dois guardas, Robson e Cardoso, conversavam sobre a punição que havia sido aplicada a outro agente que tinha faltado três dias de trabalho. Eles estavam com o jornal que o jornaleiro da banca ao lado do seu “setor” tinha emprestado e me mostraram que o guarda levou vinte dias de suspensão, mas a pena foi convertida em multa, o que fez com que ele perdesse quase metade do salário-base. Os guardas diziam que não concordavam com a conversão da suspensão em multa e que a definição do número de dias de suspensão era muito arbitrária. Na ocasião, me explicaram que, segundo o Regulamento Interno, todo guarda que recebe notificação de punição formal pode se defender, em até cinco dias, por meio do “Documento de Razões de Defesa e Informação” (DRDI).

Porém, apesar de serem determinados, formalmente por meio desses documentos, quais são os casos e tipos de penalidades que deveriam ser aplicados, pude perceber que, em grande parte dos casos, mesmo que também seja empregada uma punição conforme prevista no Regulamento, o que acontece é a aplicação de punições informais. Ou seja, trocam o guarda de “posto” ou “setor” de trabalho, colocam-no em uma “escala” extra em seu dia de folga, trocam-no de “escala de serviço” ou alguma situação parecida. No

mesmo dia que já citei, a respeito da punição que tinha sido empregada a seu colega, Cardoso me disse:

Cardoso: “Aqui, a Guarda é militarizada, mas só para punir e não para conseguir um cargo ou um posto dentro da instituição.

Pesquisadora: “Mas como assim a Guarda é militarizada para punir? Não entendi, explique-me melhor.

Cardoso: Se eu falto um dia, por exemplo, um dia que eu não consiga vir, eu perco minha folga quinzenal, porque eles veem que essa folga é algo que eles estão cedendo, e, de sacanagem, eles me colocam numa escala extra. Além disso, eles tiram meu salário do dia, e, ainda por cima, eu fico marcado pelo supervisor, podendo até ser visto como tralha.”

Pesquisadora: “O que é ser um tralha?”

Cardoso: “É um guarda ruim ou que falta muito, que faz muita merda ou que não serve para nada e só atrapalha. Um tipo de punição comum é ser mudado de posto ou de escala, ser mandado para um setor longe, como Neves, por exemplo. Isso, se fosse para mim, seria ruim, porque Neves é longe da minha casa, que fica pertinho daqui [Alcântara]. Ou então, se eu fosse mudado de escala, se eu fosse colocado para tarde, seria ruim também, porque eu dou umas aulas à tarde, e me atrapalharia. Todo mundo que entra na Guarda fica no horário da tarde como castigo, inicialmente.”

Para Cardoso, a punição na Guarda Municipal de São Gonçalo seguia os princípios comuns ao militarismo. Se voltarmos à discussão a respeito da militarização da Guarda, perceberemos que as ideias e os valores militares não só alimentam os documentos e regulamentos da instituição, mas, também, influenciam algumas de suas práticas, como, por exemplo, a punição de seus agentes. Bretas (2010), ao escrever sobre a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, assinalou que, da mesma forma como acontece em São Gonçalo, a instituição tem sido dirigida por gestores militares, em sua maioria oriundos da Polícia Militar. Segundo o autor, diante do desafio de se organizar uma força de segurança, tais gestores tendem a conduzir os projetos com base em suas experiências profissionais prévias, ou seja, trazendo da Polícia Militar aquilo que consideram positivo [eficiente? propício?]. Acredito que, em relação à Guarda Municipal de São Gonçalo, a realidade não seja muito diferente. O fato de, normalmente, os comandantes e secretários de segurança serem oriundos da Polícia Militar influencia no sentido de fazer com que os princípios e o formalismo militares sejam ressaltados tanto nas representações quanto em algumas práticas dos guardas municipais de São Gonçalo.

Entretanto, apesar de haver princípios militares influenciando o Regulamento Interno e, também, algumas ações da Guarda Municipal de São Gonçalo, a presença do comando oriundo da Polícia Militar não é suficiente para explicar uma suposta militarização da instituição. Como vimos, a punição mais comumente empregada, que troca os guardas municipais de “setores” e “postos” de trabalho ou os colocam em “escalas” extras de serviço, representa uma incorporação do paradigma repressivo-punitivo próprio e comum, também, a Polícia Militar. Como estamos tratando de ideias e valores, a configuração desses princípios pode variar em relação a cada contexto empírico. Por isso, isso não é sinônimo de que eles também não estejam presentes na Guarda Municipal. Nesse caso assinalado, o Regulamento Interno não prevê quais casos descritos como transgressões disciplinares são classificados como leves, médias ou graves, abrindo espaço e brechas para a interpretação dos “postos” de comando que impõem essas determinações. Dessa maneira, o paradigma repressivo-punitivo, também definidor de uma militarização, não somente influencia as punições informalmente empregadas, como também pode alimentar aquelas punições que são formalmente estabelecidas, já que o Regulamento permite julgamento de acordo com o senso dos postos de comando.

Como já demonstrei, a “militarização ideológica da Segurança Pública” também está relacionada com a incorporação de valores da doutrina militar, em que o princípio é o enfrentamento da criminalidade baseado na extirpação do inimigo e na erradicação da violência (Da Silva, 1986). Para ampliar essa discussão, é importante, também, citar o trabalho de Daniel dos Santos (2004) que, ao falar de como as políticas públicas em torno das “guerras contra as drogas” são tratadas, enfatiza que há uma infiltração da ideologia militar na maneira como os conflitos são tratados por essas políticas. Segundo sua concepção, as políticas públicas, não só aquelas que tratam das drogas, são pensadas como “guerras”, e, por isso, seria preciso utilizar os aparelhos armados e militarizados do Estado como instrumentos para “combater” o perigo. Nesse sentido, “partir da ideia de que os problemas da sociedade são questões exclusivamente de segurança, que se solucionam pela força armada e violenta, implica elaborar estratégias e táticas com objetivos de ‘eliminar inimigos’” (Dos Santos, 2004, p. 34). Desse modo, as questões envolvendo a militarização não abarcam somente os responsáveis formais por lidarem com a questão da Segurança Pública no Brasil, ou seja, os órgãos ou instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública, mas engloba, também, a maneira como acontece a resolução dos

conflitos sociais pelas políticas públicas desenvolvidas, inclusive aquelas referentes à Segurança Pública.

Voltando a tratar das punições, uma situação que foi bastante comentada entre os agentes foi o caso do guarda Gustavo. Já mencionei que esse agente tinha uma posição bastante respeitada entre os colegas de trabalho. Alguns chegavam a comentar que, apesar de não ter patente, ele era um líder. Mais ou menos no meio do ano, logo depois de um curso de formação de que ele e outros guardas participaram, ele foi mudado de “posto” e de “escala”, tendo sido colocado numa praça longe de sua casa e numa “escala” de 12 por 36. O comentário corrente entre os guardas era de que ele foi punido por conta de uma atitude específica. Alguns disseram que ele estava “esquentado” e “se achando demais”, o que o levou a ser punido ao tentar defender uma colega que havia se desentendido com um policial militar. O próprio agente, porém, dizia que a punição tinha sido uma “sacanagem”, porque ele estava se defendendo de uma professora que era policial e que estava agindo de forma autoritária com os guardas. O problema, segundo ele, foi que, por causa da “fofoca”, o secretário entendeu que deveria aplicar uma punição para mostrar aos demais guardas que não deveriam enfrentar um policial. Independentemente do porquê de ele ter sido punido, o fato é que sua atitude gerou uma sanção, não conforme está previsto no Regulamento Interno, mas que repercutiu bastante entre os agentes. O caso dele foi lembrado, em diversas outras conversas. Em uma dessas vezes, a guarda Flávia chegou a dizer: “É uma furada pagar essa banca de que multa todo o mundo. Olha o caso do Gustavo, foi dar uma de durão, e o que aconteceu?”.

Pelo que pude constatar, não são todos os guardas que, quando punidos, são mudados para piores “setores” ou para uma “escala” ruim. Segundo o guarda Novaes, esse tipo de punição seria mais comum entre os guardas mais novos, já que os guardas mais antigos e de matrículas avançadas, “quando fazem merda, acharcam ou coisa assim, viram supervisores ou são colocados em postos bons e tranquilos, para não fazerem mais nada”. Conforme o seu relato, isso já tinha acontecido algumas vezes e dependia, entre outros fatores, das relações tecidas entre os guardas e seus superiores hierárquicos. Isso significa que, dependendo do contexto e de quem será alvo da sanção, a punição pode variar significativamente.

Portanto, assim como nas definições de “bom” e “mau setor”, para entender como são aplicadas as punições aos guardas é preciso levar em conta o contexto de emprego da pena e as relações desenvolvidas entre os agentes. Em relação aos critérios formais

estabelecidos nos documentos da instituição, as penas previstas nos casos de “transgressões disciplinares” são advertência, repreensão, suspensão, multa. Apesar da existência dessa norma, as sanções mais empregadas são aquelas que mudam o guarda de seu posto de trabalho, de sua “escala” de serviço ou que impõe uma escala extra no seu dia de folga. Entretanto, ambas as situações podem indicar que alguns princípios próprios das instituições militares também estão presentes na Guarda Municipal de São Gonçalo.

3.6. Outras atribuições da Guarda Municipal de São Gonçalo: pensando sobre o papel e a(s) identidade(s)

Como já afirmei reiteradas vezes, apesar de a Guarda Municipal de São Gonçalo ter, como uma de suas principais funções, a regulação do trânsito, essa não é sua única atividade. Os próprios guardas municipais costumavam dizer que “a Guarda é um faz-tudo” e que, por causa disso, costuma ser convocada para lidar com as mais diversas situações. Admitir que “a Guarda é um faz-tudo” é reconhecer que não há uma identidade institucionalmente estabelecida, mas múltiplas, que são construídas no cotidiano de trabalho dos agentes. Se o leitor resolver conhecer um pouco mais da cidade de São Gonçalo, encontrará os guardas nas praças, prédios públicos, escolas e, também, nas ruas. Naqueles dias que são considerados feriados para a maioria dos trabalhadores, os guardas municipais estão em atividade, e não só em grandes eventos. Qualquer festinha de rua ou procissão de igreja podem requisitar, formalmente, a presença de um guarda.

Nas vezes em que acompanhava o trabalho dos guardas, em dias festivos, pude encontrar e conversar com agentes que não trabalhavam no trânsito e com os quais não tinha contato diariamente. No aniversário da cidade, por exemplo, conversei com Mariana, uma guarda que entrou na primeira “turma” com ingresso de mulheres na história da instituição. Ela dizia que gostava muito de trabalhar na Guarda, porque podia entrar em contato com muitas pessoas diferentes. Já fazia algum tempo que a agente trabalhava num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Sua função ali era somente fazer a proteção do patrimônio, mas, segundo ela, acabava fazendo muito mais. A guarda enfatizava o quanto aprendia com seu ofício e como era feliz por trabalhar ali, já que, diferentemente de alguns de seus colegas, que “chegavam de cara feia e só pensavam no trabalho”, ela gostava de se envolver, fazendo “o que tive[sse] de fazer”. Assim, se tivesse que preencher uma ficha, atender alguém ou conversar com um paciente, ela o fazia sem titubear. Mariana contou

que, um dia, quando estava de férias, os pacientes e funcionários do CAPS fizeram um evento para exibir os trabalhos artísticos que cada um tinha feito. Segundo a agente, os pacientes fizeram questão que ela estivesse presente. Tão logo ela chegou, todos ficaram felizes, começaram a bater palmas e a dizer: “Ela veio, ela veio!”. Para Mariana, aquele era o maior reconhecimento do seu trabalho. Depois do que Mariana me contou sobre o episódio, comecei a perceber que os demais guardas municipais que trabalham em prédios públicos ou em qualquer outra atividade também teciam relações de proximidade com as pessoas que ficavam pelo seu setor, tal qual os guardas no trânsito construam com os aqueles que utilizavam as ruas. Ou seja, a familiaridade entre guardas e demais pessoas que frequentavam seus postos também estava presente no trabalho cotidiano deles.

Uma atribuição importante da Guarda Municipal de São Gonçalo, que pude observar durante a pesquisa, é a ronda escolar. A equipe que realiza a ronda é composta de seis guardas. Eles estão divididos em três duplas e seguem uma “escala” de trabalho de 12 horas por 36 de folga. O trabalho da ronda escolar é realizado de segunda a sexta-feira, com uma dupla por cada dia. De acordo com os agentes, a sede da Guarda recebe muitas ligações das escolas pedindo para administrar os conflitos que lá ocorrem. Por isso, a rotina de trabalho desses agentes é, em muitas das vezes, marcada por “imprevistos”, que os impedem de seguir o roteiro previsto para cada dia. Quando não há nenhuma ocorrência, os guardas visitam, de acordo com o roteiro preestabelecido, as escolas municipais e algumas estaduais.

Uma vez nas escolas, os guardas se dirigem à sala do diretor ou de um funcionário responsável, para saber se há algum tipo de conflito que demande a sua intervenção, ou seja, “se está tudo dentro da normalidade” ou não. Nas vezes em que acompanhei o trabalho de ronda escolar, presenciei o quanto os agentes da Guarda Municipal constroem relações de proximidade com quem trabalha nas escolas. Eles são, em muitas das vezes, chamados para tomar café ou para almoçar, enquanto conversam com alguns professores e funcionários. É muito comum lhes pedirem para interferir em eventuais conflitos ou conversar com os alunos sobre o ocorrido. Foi o que aconteceu durante o trabalho de dois guardas, Silva e Ana, que, na ocasião, visitavam uma escola municipal de grande porte. Quando a diretora os viu, depois de abraçá-los e conversar com eles por um tempo, pediu para que os agentes falassem com quatro meninos que haviam sido flagrados tentando pular o muro para fugir da escola. Os agentes se encaminharam até a sala da diretoria, e, após ver a ficha de cada um, Silva conversou com os alunos. O guarda perguntava se eles

achavam aquilo certo e se sabiam o que poderia acontecer devido à sua atitude. Três alunos ficaram de cabeça baixa e não responderam nada; porém, o quarto respondeu que “não queria ficar na aula chata do professor” e que sua mãe sabia disso. Silva, então, explicou a importância de se estar presente nas aulas e se estudar para ter uma profissão e “ser alguém na vida”. Nesse dia, pude acompanhar, também, algumas conversas que esses agentes tiveram com alunos de outras escolas. Algumas vezes, Silva falava, outras vezes, era Ana.

Perceber que as relações de proximidade e familiaridade são tecidas não só no trânsito, mas, também, durante outras funções cotidianas que os guardas têm de fazer me fez compreender que, para as múltiplas identidades que os agentes constroem, é importante o caráter relacional com a sua localidade de trabalho. Em relação a essa discussão, já foi visto que o parágrafo oitavo do artigo 144 da Constituição determina que o papel da instituição Guarda Municipal é a “proteção dos bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei” (Brasil, 1988), sendo responsabilidade dos municípios a sua criação. Como assinalam Miranda, Mouzinho e Mello (2003), apesar de a Constituição Brasileira e os Planos de Segurança desenvolvidos até então reforçarem a importância do papel dos municípios e das Guardas Municipais no desenvolvimento e implantação das políticas de segurança, na prática, naquela época, faltava a essa instituição uma identidade que servisse de base. Esse perfil formalmente indefinido tende a dificultar o relacionamento da Guarda Municipal com as demais instituições de Segurança Pública, assim como com a população de uma maneira geral, já que, ao fim e ao cabo, “ninguém sabe o que devem fazer os guardas municipais” (Miranda, Mouzinho e Mello, 2003, p. 41). Nesse sentido, o que procuro ressaltar, ao longo deste trabalho, é que, no caso de São Gonçalo, os guardas municipais constroem múltiplas identidades com base nos seus respectivos contextos de atuação. Ou seja, não há contradição no fato de que, em determinados momentos, alguns agentes considerem ser guarda municipal algo vantajoso, já que se trata de um emprego público que lhes garante certa estabilidade, enquanto que, em outras ocasiões, esses mesmos guardas reclamem do seu trabalho e do salário mensalmente recebido.

4. Práticas e Representações dos guardas municipais no trânsito de São Gonçalo

Este capítulo é dedicado, mais especificamente, à maneira como os guardas municipais de São Gonçalo organizam o trânsito da cidade. Assim como em todo o trabalho, estou tratando da relação entre as representações e as práticas cotidianas desses agentes, de modo a compreender como eles constroem suas identidades socioprofissionais. Em conformidade com Machado (2004), assumo que as representações sociais são “uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações” (p. 58). Daí emerge sua importância para entendermos a regulação do trânsito em São Gonçalo e a construção da identidade da Guarda Municipal.

Como já assinalado, a máxima “Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar” enfatiza que o trânsito da cidade tende a ser visto como “caótico” e “problemático”. Embora saibamos que os estereótipos são, em muitas das vezes, generalizantes e homogeneizantes, podendo, portanto, ser contrariados pela realidade empírica, é interessante se notar que tais representações influenciam as ações dos gestores ligados à área de Segurança Pública em âmbito municipal. Pude perceber isso logo no início do meu trabalho de campo, quando participei de uma “solenidade de formatura” da nova “turma” dos guardas municipais. Na ocasião, compunham a mesa de abertura um representante do prefeito, o secretário e o subsecretário de Segurança Pública, representantes de outras secretarias, o comandante da Guarda Municipal, o comandante do sétimo batalhão da Polícia Militar e a juíza da comarca de São Gonçalo. Apesar de a Guarda Municipal possuir várias funções, curiosamente, todos ali fizeram menção ao “trânsito” e a como os novos guardas poderiam ajudar a “resolver esse problema”. A fala do secretário chamou minha atenção, particularmente, porque ele ressaltou que, desde que assumiu o cargo, o prefeito lhe dizia: “Coronel, precisamos ajeitar esse trânsito.”. Nesse sentido, um dos grandes desafios da Secretaria de Segurança Pública consistiria, justamente, em “arrumar o trânsito de São Gonçalo”, e, para isso, seria preciso “arregaçar as mangas e trabalhar”. Naquele dia, percebi que, sobre cada guarda municipal que estava se formando ou que já estava na ativa, pesava uma grande responsabilidade: “resolver o problema do trânsito”, considerado, por todos, um dos mais complexos do município.

Dia após dia, acompanhando o trabalho desses agentes, fui percebendo que, para regular um trânsito representado como caótico, eles desenvolviam uma forma própria de

lidar com conflitos e problemas diversos envolvendo motoristas e pedestres. Isso não significa que exista uma representação homogênea ou única norteando a atuação dos guardas que trabalhavam no trânsito. Os valores que orientam suas decisões não estão necessariamente vinculados à lei. Para “fazer o trânsito fluir”, utilizam aquilo que chamam de “bom senso”, baseado no seu julgamento sobre quando se deve agir levando em conta o plano formalmente estabelecido e quando é melhor lançar mão de um fazer apreendido informalmente, conforme as particularidades de cada situação específica.

O “bom senso” já apareceu enquanto categoria-chave em outros contextos etnográficos. Ao desenvolver seu trabalho a respeito dos rituais de passagem dos auditores-fiscais, Miranda (2012), por exemplo, aponta que tais agentes faziam uso do “bom senso” para avaliar as situações cotidianas em que estão inseridos. Naquele contexto, a autora percebeu que o “bom senso” estava relacionado com o poder discricionário do agente, já que eles tomavam decisões e agiam não com base na lei, mas julgando cada contexto em específico, podendo levar em conta relações privadas. Da mesma forma, no caso de São Gonçalo, os guardas municipais podem, em algumas situações, levar em conta as relações personalizadas para suas ações.

A antropóloga Kátia Sento-Sé Mello, em seu livro *Cidade e Conflito: Guardas Municipais e Camelôs* (2011), também constatou que o “bom senso” é um dos principais elementos orientadores da ação dos guardas municipais de Niterói. Naquele contexto, a autora observou que o “bom senso” parecia se referir

a uma prática baseada em uma socialização de tradição inquisitorial caracterizada pela não explicitação das regras, dos procedimentos, da punição com base em um saber construído pela suspeição.

(MELLO, 2011, p. 138),

No contexto que estou estudando, identifico o “bom senso” como um “saber local” – no sentido de ser um saber constituído a partir de determinado contexto –, a um só tempo, significante e significado pelos agentes que partilham de sua lógica (GEERTZ, 2012, p.?). O “bom senso”, no caso, é parte de um sistema classificatório mais amplo, que, de certa forma, informa as múltiplas identidades possíveis que os guardas municipais de São Gonçalo desenvolvem. Abordarei melhor esse ponto ao longo do texto .

4.1. Como fazer o trânsito fluir? Entre o plano formal e informal

Para os guardas municipais, o desafio de “organizar o trânsito” pode ser sintetizado em uma frase: “fazer o trânsito fluir”⁶⁹. Desde o início do trabalho de campo, muitos agentes enfatizaram que essa era uma de suas principais preocupações, e, por isso, centrei esforços no sentido de entender o que isso significava e quais eram os meios que eles utilizavam para atingir tal objetivo. Logo no primeiro contato, os guardas costumavam dizer que o trabalho estava voltado para o fluxo de veículos, visando, portanto, evitar congestionamentos ou quaisquer tipos de retenção.

Poucas semanas após a formatura de sua “turma” na Guarda Municipal, a agente Laís salientou que um dos pontos aprendidos no curso de formação foi que era preciso “fazer o trânsito fluir”. Como havia pouco tempo em que estava na função, no dia de nosso primeiro encontro, ela aparentava ainda estar um pouco insegura e solicitava a ajuda de outros colegas para saber o que fazer em cada situação. Fiquei muito próxima dessa agente, e, desde o primeiro dia, ela se mostrou solícita para explicar como era o seu trabalho e o que acontecia nas ruas do Alcântara. A guarda me contou que, para fazer o trânsito fluir, não podia deixar os ônibus pararem fora de seus pontos e que, vez ou outra, tinha que deixar os veículos seguirem com o sinal vermelho.

Alguns dias depois, conversei com Queiroz, que ficava num setor próximo, também no Alcântara. Ele, então, discorreu sobre um caso ocorrido há poucos dias, quando um caminhão havia parado em um local proibido, “obstruindo a via e atrapalhando o fluxo”. Após contar com detalhes o que aconteceu e explicar os motivos que o fez “notificar”⁷⁰ o motorista, ele me disse: “O Alcântara é um anel. Fechou um lado, fechou tudo. Isso aqui é igual veia e artéria, os carros são o sangue, e os pedestres são a gordura. Nós temos que tirar a gordura, para não obstruir o caminho do sangue”. Queiroz fazia comparações que me ajudavam a entender melhor como eram construídas as representações dos guardas. Aquela fala, especificamente, me fez perceber que, para

69 O termo “fluidez” aparece em todo o Código de Trânsito Brasileiro, associado a um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito e como uma das tarefas principais “dos órgãos e entidades executivas de trânsito dos Municípios” (BRASIL, 1998, p. 12). Entretanto, conforme estou enfatizando, os guardas municipais de São Gonçalo possuem uma interpretação própria do que isso significa.

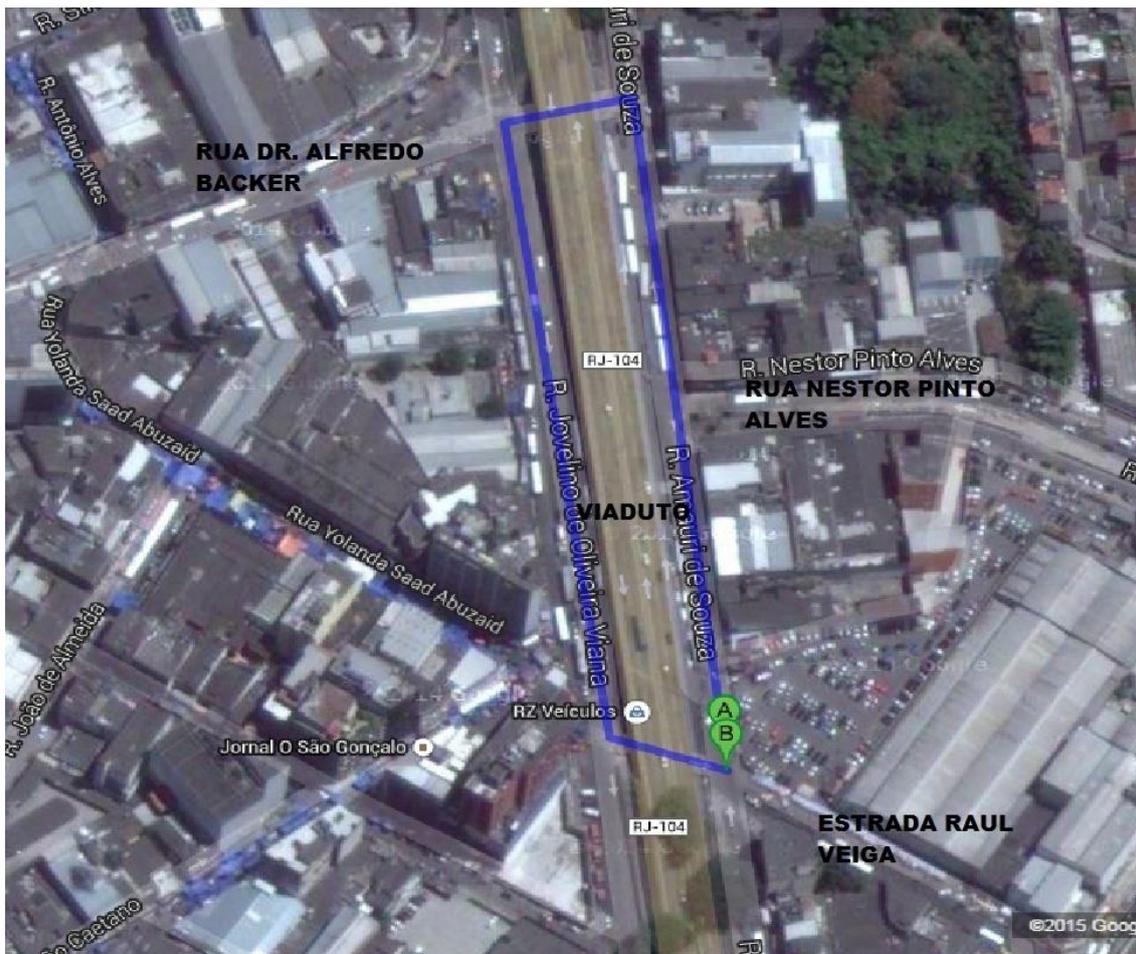
70 O termo notificar era usado pelos guardas municipais para se referir ao ato de multar.

“fazer o trânsito fluir”, não bastava aos agentes concentrarem sua atenção no fluxo de veículos. Mais do que isso, é preciso saber lidar com todos os tipos de situações e/ou problemas que, direta ou indiretamente, dizem respeito às “veias” e “artérias” do município. Como já mencionei, em dias comemorativos, como “Corpus Christi”, “Parada Gay” e desfile de comemoração do Aniversário da Cidade, “fazer o trânsito fluir” pode significar impedir que os veículos sigam pelas ruas principais do Centro da cidade, desviando o fluxo para outras ruas próximas. Diferentemente disso, no cotidiano do Centro, “fazer o trânsito fluir” também significa garantir a fluidez dos veículos nessas mesmas ruas principais. Ou, de outra forma, cada agente ou o mesmo guarda municipal pode também aplicar várias ações, a fim de “fazer o trânsito fluir” em diferentes situações e contextos.

Uma das ações que os guardas municipais empregavam para “fazer o trânsito fluir” é “puxar o trânsito”, que significa apitar continuamente, fazendo movimentos com a mão direita como sinal para que os veículos sigam. Dependendo do guarda ou do contexto, pode haver vários tipos e formas de se “puxar o trânsito”. Alguns guardas acreditam que puxar o trânsito é fundamental para não haver congestionamentos. Por isso, costumam apitar e sinalizar para os motoristas constantemente. Outros acham que isso não é necessário e, portanto, quase nunca apitam, e eles só puxam o trânsito quando julgam necessário. Há, ainda, situações em que um supervisor ou comandante pode estar observando o trabalho, e, por isso, os agentes se veem obrigados a puxar ou apitar mais constantemente⁷¹. Diante dessas diferentes possibilidades, deduzi que as várias formas de puxar o trânsito podiam ter a ver com as distintas maneiras como os Guardas se classificavam e diferenciavam entre si. Esse ponto será desenvolvido mais adiante.

Como disse, o centro do Alcântara era representado, pelos agentes, como um “anel” ou um “círculo”. Isso é assim, devido à existência de um viaduto que corta o bairro (ver Mapa 6). Dado o seu formato, se o movimento de veículos, em uma das ruas paralelas ao viaduto, para, conseqüentemente, para todo o Alcântara. Para isso não acontecer, é preciso fazer com que o “trânsito em baixo do viaduto circule”, ou seja, é preciso haver condições para que os carros que cruzam as ruas sob o viaduto possam fluir livremente.

71 Enfatizarei, posteriormente, que essa outra forma de usar o apito pode ter a ver com o que Veríssimo (2009) chama de “pagar embuste”.



Mapa 6 – A representação do Alcântara como um círculo

URL: <<http://www.google.com.br/mapmaker>>. Acesso em: 25/03/2015.

Uma das ruas paralelas ao viaduto é a Rua Amauri de Souza. Ao longo dela, há três semáforos: um no cruzamento com a Estrada Raul Veiga, um no cruzamento com a Rua Nestor Pinto Alves e outro próximo ao início da Rua Doutor Alfredo Backer (esse destinado principalmente à travessia de pedestres). Uma das ações adotadas pelos guardas para “fazer o viaduto rodar ” é sincronizar o funcionamento dos semáforos conforme o fluxo de veículos. Apesar de sua relativa eficácia, quando o movimento de carros se amplia (por volta do meio do dia ou depois das 16h horas), essa ação pode não ser suficiente para impedir que aconteçam congestionamentos. As razões do congestionamento podem ser as mais diversas: um acidente de trânsito; um veículo quebrado nas vias; um ônibus que, ao tentar entrar no terminal em baixo do viaduto, fecha parte da rua e impede o “fluxo debaixo do viaduto circular”; ou, ainda, um veículo parado em algum local proibido.

Como mencionado, por volta das 11h ou 12h, o trânsito tende a ficar mais lento, até que “para tudo”. Nesse caso, já não adianta mais “puxar”, pois os veículos não conseguem “circular”. Muitas vezes, o congestionamento não é derivado de um só motivo, mas da combinação de vários. Assim, por exemplo, se a razão do entrave é um carro enguiçado, não é incomum que os guardas ajudem os motoristas a fazê-lo “pegar no tranco”. Naquela localidade, qualquer pequeno incidente, como um caminhão parado irregularmente, é capaz de causar um congestionamento de até dois quilômetros. Com o passar do tempo, constatei que há uma representação recorrente entre os agentes segundo a qual “o transtorno é inimigo do guarda”, já que qualquer acidente de trânsito ou veículo parado irregularmente são capazes de causar uma “bagunça enorme no trânsito”.

Além de se preocuparem em “fazer o trânsito fluir”, os guardas municipais também possuem a função de fiscalizar, autuar e aplicar multas àqueles motoristas que cometem alguma infração prevista na lei. O Código de Trânsito Brasileiro é o documento que prevê as situações em que deverá ser lavrado auto de infração ao condutor. Entretanto, percebi que, quando precisam aplicar uma multa, dependendo do contexto, os guardas levam em conta não somente critérios estabelecidos no plano formal, mas, também, alguns que são instituídos informalmente, a partir de suas práticas cotidianas. As ideias e os valores levados em conta dependem de cada situação específica, em que se consideram aspectos como a natureza do conflito, as relações sociais existentes, as experiências anteriores, dentre outros sobre os quais me deterei mais adiante.

De acordo com os guardas, diante das várias funções que possuem e se considerando as inúmeras situações que ocorrem diariamente nas ruas de São Gonçalo, multar todos os motoristas infratores seria algo “impossível” e/ou “inviável”. Foi isso que escutei numa das vezes em que conversei com o guarda Viana. O guarda me mostrava, então, dois carros estacionados na calçada. Segundo ele, se fosse para “levar a lei à risca”, não poderia deixá-los parados ali. Porém, como os carros pertenciam ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), era melhor ignorar a irregularidade e, com isso, evitar congestionamentos na rua. Na ocasião, Viana disse o seguinte:

“Se eu levasse a lei à risca, as coisas não funcionariam. Na rua, tem que saber se colocar no lugar do outro, tem que ver que, às vezes, fica ruim pra uma senhora sair do carro longe da clínica ou coisa assim. Na rua, precisamos ter um jogo de cintura para saber lidar com todo tipo de gente, precisamos ter bom senso.”

(Viana, guarda municipal há 15 anos)

De acordo com a fala de Viana e, também, com o que observei no trabalho de campo, “fazer o trânsito fluir” e “seguir a lei à risca” são duas coisas que, dependendo do contexto, podem não combinar. Isso o é porque, para “fazer o trânsito fluir”, muito mais do que garantir a fluidez dos veículos, é preciso, também, “saber se colocar no lugar do outro” ou “ter jogo de cintura”, de modo a perceber em que momentos se deve ou não agir com maior rigor. Nesse sentido, Viana e os demais guardas procuram usar o “bom senso”, um saber aprendido na prática cotidiana, que os leva a agir de diferentes modos, conforme cada contexto particular. Segundo eles, para “fazer o trânsito fluir” é preciso ter esse “bom senso”, de modo a saber quando deve se recorrer ao *dever ser* do plano formal e quando é possível ou desejável se lançar mão do *ser* do plano informal. A fluidez do trânsito tende a ser comprometida se o guarda seguir sempre apenas um dos dois extremos.

Para garantir a fluidez do trânsito, é preciso, portanto, se aprender os momentos em que é necessário agir para além do que está previsto formalmente. Em termos práticos, o guarda que multa demais, por exemplo, pode vir a ser punido por meio de sanção informalmente estabelecida, seja com mudança de “setor”, seja com “escala” extra⁷². Um guarda que não é capaz de observar os momentos em que deve ignorar a lei pode ser reconhecido, pelos seus pares, como um “guarda intolerante” ou que “paga a banca de que multa todo mundo”. Certa vez, Cardoso me contou do caso de um agente que era da mesma “turma” que ele e que costumava ser visto como intolerante pelos colegas:

“Ele é daqueles cheio de gás, daqueles que, mesmo com o trânsito tranquilo, está lá no meio da rua puxando. Sempre multava todo o mundo, prefeito, mulher de prefeito, não queria saber. Ele, desde quando entrou, há três anos, colocou o nome dele na fila pra pegar a escala da moto. Não é muito difícil entrar nessa escala e ser batedor, não, mas ele, até agora, não conseguiu. Teve um cara da turma 22 mil que entrou depois e, com menos de seis meses de guarda, já estava na moto. Mas ele não conseguiu. Ele até que trabalhava certo, mas o problema é que ele é muito intolerante, multa todo o mundo, não pensava no lado do outro, não tinha bom senso. Ele sempre fica com os piores setores, esse aqui [no Alcântara], o de Neves, esses que são muito movimentados ou distantes. Agora ele teve um acidente e está de licença, mas acho que não vai entrar para moto tão cedo.”

(Cardoso, guarda municipal há 3 anos)

72 Esse ponto a respeito das punições aplicadas foi desenvolvido melhor no capítulo dois desse trabalho.

O caso contado por Cardoso nos remete diretamente às relações entre os *gangsters* e a polícia estudadas por Foote-Whyte, em *Sociedade de Esquina* (2005). Naquele contexto, havia duas concepções gerais sobre a atuação dos policiais. Uma delas partia das pessoas de classe média, que acreditavam que os policiais deveriam cumprir rigorosamente a lei. Já a outra era compartilhada pelos moradores da região e pelos próprios policiais, que acreditavam que a sua ação deveria levar em conta as relações pessoais construídas no cotidiano. O autor destaca que o policial não tinha que, necessariamente, fazer cumprir a lei para que a vida social fluísse harmoniosamente. Por isso, suas ações eram alimentadas pelos dois padrões de conduta, levando-se em conta, no caso, os diferentes contextos apresentados. Dessa maneira, assim como o “tira cem por cento” (Foote-Whyte, 2005, p. 155), o guarda que “trabalha certo” é importante para manter a flexibilidade institucional. Nesse sentido, mesmo que, em certos momentos, esse guarda possa ser punido por multar todo o mundo, em outras situações excepcionais, que fogem da normalidade cotidiana, ele poderá ser chamado a atuar.

Mesmo que um guarda não seja considerado “intolerante”, em determinados momentos, seguir o plano das leis poderia gerar punições para ele. Esse foi, por exemplo, o caso da guarda Beatriz. Ela estava num “setor” onde havia muitos ônibus parando em fila dupla, e, para inibir isso, ela ameaçava multar os motoristas. Sua atuação levou a [gerou?] uma reclamação do dono da empresa de ônibus, e, por consequência, ela foi trocada de “setor”. Quando eu ainda fazia observações preliminares junto à instituição, o guarda Nogueira me contou um caso parecido, que tinha acontecido com ele. Ele tinha entrado na Guarda havia pouco tempo e estava trabalhando num “setor” perto de um hospital localizado no Centro de São Gonçalo. Em certa ocasião, havia vários carros parados irregularmente numa rotatória, e ele, então, notificava os veículos, avisando que ali era um local proibido. Pouco tempo depois, foi chamado ao gabinete do então secretário de saúde, que ficava ali perto, sendo questionado por que estava “multando os seus carros”. Embora estivesse agindo em conformidade com a lei e tivesse explicado que se tratava apenas de uma notificação, dias depois, o guarda foi suspenso e punido por sua atitude. Dessa maneira, é possível perceber que o plano das leis pode também alimentar a atuação dos guardas municipais, mas, em determinados momentos, essa ação pode gerar algum tipo de punição.

Durante grande parte do tempo em que fiz trabalho de campo, os guardas permaneceram nos mesmos “setores”. Porém, por volta de julho de 2014, houve várias trocas. Pouco tempo depois da mudança de setores, encontrei o guarda Fábio num “setor” no Centro. Segundo o agente, que já estava treze anos na instituição, a mudança se deve ao fato de que alguns guardas, que estavam há muito tempo no Alcântara, tinham criado

“uma proximidade muito grande com os comerciantes. Eles estavam fazendo esquemas, ganhavam carne do açougue, refrigerante. Ganhavam muita coisa; mas isso já estava pegando mal, e, para todo o mundo não saber quem era, o Comandante resolveu mudar vários guardas”.

(Fábio, guarda municipal há 13 anos)

Como se vê, não só a estrita observância do plano formal, mas, também, a do informal, conforme as relações pessoais vigentes, pode gerar uma punição. Antes da troca de setores, havia me encontrado com o comandante no Alcântara. Ele me contou da reclamação de um taxista sobre um guarda que havia o multado enquanto esperava uma cliente idosa sair do banco. O comandante respondeu que ele poderia recorrer da multa e me explicou que, em casos desse tipo, era preciso que os guardas agissem com “bom senso”. Segundo o comandante, haveria uma diferença entre parar e estacionar, e cabia ao guarda “agir com bom senso em cada situação”. Por meio de sua fala, é possível perceber que os planos formal e informal não são tão distantes quanto pode se supor, havendo, pelo contrário, uma certa porosidade entre eles. A instrução do comandante, apesar de não estar em conformidade com a lei, também não pode ser considerada propriamente informal, já que parte de um superior hierárquico, o que revela a complexidade que envolve o uso do “bom senso”.

Estou tentando enfatizar, por meio dessas histórias e exemplos descritos, que, para “fazer o trânsito fluir”, os guardas municipais não se orientam por uma conduta moral única. Em determinados momentos, eles vão agir conforme o que está presente no plano das leis e, dependendo do contexto, poderão ser punidos por isso. Contudo, em outras situações, tais agentes podem seguir o plano informalmente estabelecido no cotidiano, sem se isentar, porém, de possíveis punições. As ideias e os valores que alimentam as ações dos guardas municipais podem, assim, variar segundo a ocasião. Às vezes, umas são levadas em conta em detrimento de outras. Agir com “bom senso” é saber quando é preciso acionar cada um desses planos, a fim de fazer o “trânsito fluir”.

O plano formal, portanto, não é irrelevante, mas ele também não determina completamente o modo de agir do guarda municipal. Esse tipo de situação já foi apontado, entre outros, por Robert Reiner (2004), ao analisar a “cultura policial” (p. 131) no contexto anglo-saxão . Embora se trate de outro contexto empírico, a partir do trabalho de campo, percebi que a construção teórica do autor supracitado me permite fazer contrapontos com aquilo que estou apresentando. Segundo o autor, a cultura da polícia, como qualquer outra, não é homogênea, ou seja, o modo de atuar dessa instituição varia de acordo com cada contexto. Ele enfatiza que o agir do policial pode ser informado por três tipos de regras: “regras inibidoras”, “regras de trabalho” e “regras de apresentação” (ibid, p. 133). As primeiras dizem respeito ao plano formal, às leis externas capazes de possuir um efeito inibidor; as segundas – que, no caso da Guarda Municipal de São Gonçalo, prefiro chamar de “plano informal” – são aquelas que podem ser interiorizadas pelos agentes por meio do contato com a prática; por último, há as “regras de apresentação que são usadas para divulgar uma aparência externa aceitável às ações levadas a efeito por outras razões” (p. 134). De certa maneira, aquilo que consegui observar na atuação dos guardas municipais de São Gonçalo se aproxima disso que Reiner (2004) apontou; isto é, diferentes códigos são igualmente definidores do modo de agir da Guarda Municipal de São Gonçalo. No caso, embora sejam acionados em diferentes momentos, de acordo com cada contexto, tanto o plano formal como o informal se fazem necessários e presentes quando se trata da administração dos conflitos realizada por seus agentes.

4.2. A formação de um saber prático

Como ressaltai na Introdução, apesar de grande parte do contingente da Guarda Municipal de São Gonçalo ser composta por homens, também tive bastante contato com as guardas que trabalhavam nas ruas. À medida que fui convivendo mais com o grupo, percebi que ia sendo mais aceita naquele ambiente, fosse pelos guardas homens ou pelas mulheres. Uma das coisas que me levou a perceber isso foi quando começaram a me chamar para lancha com eles. Durante a pesquisa, fiquei muito próxima das guardas Laís e Flávia. Em muitas das vezes, era observando suas atuações que algumas questões sobre a construção da identidade dos guardas me vinham à tona. As duas também eram as

responsáveis por me colocar a par das coisas que aconteciam na Guarda e no trânsito do Alcântara quando eu não podia ir ao local.

Certa vez, quando saímos para lancha juntas, Laís perguntou a Flavia quando ela sentiu que tinha se tornado guarda municipal. Flávia, então, respondeu: “Ah, eu já senti que eu era guarda desde o primeiro dia de estágio, quando eu tive que puxar o trânsito no meio dos ônibus”. Laís também disse que tinha sentido que se tornara guarda municipal quando, no segundo dia de trabalho, teve que “puxar” o trânsito sozinha. Conversar com elas naquele dia me fez perceber o quanto era importante, para os agentes, estar na rua, aprendendo, na prática, o que é “ser guarda municipal”. Mesmo tendo passado cerca de três meses no curso de formação, ambas as minhas interlocutoras revelaram que só sentiram que tinham se tornado guardas municipais, de fato, quando tiveram que “puxar o trânsito”, ou seja, quando tiveram contato com a prática profissional propriamente dita. Assim como Guedes (1997) observou em sua pesquisa, o saber prático, em certos contextos, é mais valorizado do que o “saber teórico”.

Acompanhar uma “turma” da Guarda, desde o curso de formação até completar um ano de atuação, também me ajudou a refletir sobre a constituição das identidades desses agentes. Em vários momentos, diferentes guardas enfatizaram que o curso de formação, organizado pela guarda Fabiana, “não ensinou nada, mostrou só o básico, só coisas de direitos humanos. Mas, o que temos que fazer mesmo, nós só aprendemos na prática”⁷³. Esse ponto tem relação direta com as conclusões obtidas por Mello (2011) ao analisar os conflitos entre guardas municipais de Niterói e camelôs. Conforme observou a pesquisadora, por ser a rua o local por excelência de realização do trabalho, é lá que se aprende a ser, de fato, um guarda municipal. Daí advém a máxima dos guardas de São Gonçalo de que o curso “não ensinou nada”. De acordo com essa perspectiva, os agentes aprendem como agir em cada situação a partir do momento em que estão trabalhando nas ruas. É assim, com base no saber prático desenvolvido empiricamente, que desenvolvem a capacidade de avaliar que casos devem ser tratados levando em conta o plano formal e em quais situações devem agir seguindo o plano informal. Quando Flávia e Laís disseram que só sentiram que tinham se tornado guardas municipais quando estavam “puxando o trânsito”, estavam enfatizando que foi a partir daí que elas realmente começaram a ter contato com o “saber fazer” (Bourdieu, 2001) característico dos guardas municipais.

73 Fala dita pela guarda Carmem, quando tinha 3 meses de atuação.

Conforme mencionado, os guardas acreditam que é preciso ter “bom senso” para se trabalhar no trânsito, saber esse que, segundo eles, só é aprendido na prática. Certa vez, perguntei à guarda Laís se, no curso de formação, era ensinado o que era “bom senso” e como era possível identificar os casos em que ele deveria ser aplicado. Ela, então, respondeu:

“Por exemplo, quando tem um motorista com um deficiente, eu deixo parar. Ele precisa deixar o cadeirante descer, eu não vou deixar ele parar? O tempo todo, toda hora, eles falavam [no curso de formação]: ‘tem que ter bom senso’, ‘tem que ter bom senso’. Mas é na rua mesmo que a gente sabe quando precisa usar o bom senso e quando não.”

(Laís, guarda municipal há 5 meses)

Quando perguntava, a outros guardas, como tinham aprendido a identificar em que situações deveriam ou precisavam ter “bom senso”, assim como Laís, de modo geral, eles também respondiam com exemplos. Durante o período em que fiz trabalho de campo, nenhum agente definiu o que era “bom senso” ou me listou situações específicas em que era preciso agir levando em conta esse saber. Todos procuravam dar exemplos que já haviam acontecido com eles ou que poderiam vir a acontecer. A ideia era que eu pudesse, de alguma forma, me colocar no lugar deles e entender o contexto que os levava a agir assim. Quando, por exemplo, a agente Laís afirma que “é na rua” que eles aprendem “quando precisa usar o bom senso e quando não”, ela está sinalizando, fundamentalmente, que o “bom senso”, assim como todo saber prático, só se aprende com o exercício do próprio ofício, e, por isso, não tem como ensiná-lo, nem é possível explicar o que ele é. Trata-se, pois, de um “habitus”, no sentido bourdieuniano do termo (1989), isto é, uma disposição incorporada, um sentido que orienta as práticas, sem que haja necessidade de se refletir sobre isso. Conforme venho assinalando, os guardas municipais de São Gonçalo lidam com inúmeras situações no seu cotidiano, de modo que não há como instruí-los quanto a um modo uniforme de atuação. Por esse motivo, mesmo se os cursos de formação dos guardas municipais de São Gonçalo fornecessem “manuais” de como atuar, a fim de padronizar os procedimentos e ações dos agentes, muito provavelmente, isso não suscitaria o efeito desejado, pois não há como antever o que vai ocorrer em cada contexto. Como Kant de Lima (2003) mostrou sobre os casos de formação policial, esse tipo de “treinamento” condiciona o guarda ou o policial a “obedecer ordens irreflexivamente, obedecendo comandos, para, depois, colocá-lo sozinho diante da realidade conflitiva das

ruas, esperando que ele aja reflexivamente e tome suas decisões com bom senso e equilíbrio” (p. 87).

Dada a valorização conferida pelos guardas à acumulação de experiência prática, percebi que aqueles que já estão há mais tempo na instituição acreditavam que, por terem tido mais contato com a experiência, sabiam melhor como atuar e discernir sobre que conduta empregar em cada caso. O guarda Viana, por exemplo, repetiu isso algumas vezes durante a pesquisa. Ele trabalhava há quinze anos no trânsito e, numa das vezes em que conversamos, afirmou o seguinte:

“Nós que trabalhamos há muito tempo, a gente sabe dar prioridade para as coisas. Se eu tô aqui puxando o trânsito e passa alguém falando no celular, eu não vou parar de puxar para multar. Mas esse pessoal que entrou agora, que trabalha à tarde, faz isso. Tem que saber dar prioridade. Se eu tô puxando o trânsito é porque está tudo fechado, não vou parar para multar. Mas eles vão aprender isso com o tempo”

(Viana, guarda municipal há 15 anos)

Com base na experiência prática acumulada, os guardas há mais tempo na instituição acreditam, por exemplo, que não é necessário “puxar o trânsito toda hora” ou, mesmo, que não é preciso “apitar muito”, como fazem os “guardas mais novos”. Para muitos deles, só é necessário “puxar o trânsito” quando “estiver tudo fechado”, ou seja, quando o trânsito está muito congestionado. Por outro lado, pude observar que alguns “guardas mais novos” acreditam que é preciso “puxar o trânsito” exatamente para evitar congestionamentos. Por isso, apitam mais constantemente e gesticulam de modo intenso, a fim de “fazer o trânsito fluir”.

Como se vê, há, pelo menos, duas perspectivas diferentes informando a atuação profissional dos guardas, perspectivas essas que variam de acordo com os contextos e, também, com as relações⁷⁴ construídas. Numa delas, acredita-se que “puxar o trânsito” é consequência do congestionamento e, por isso, só se deve ser empregar essa ação quando necessário; em outra, se crê-se, pelo contrário, que é preciso “puxar o trânsito” justamente para evitar que o congestionamento ocorra. Essas diferenças de perspectiva informam distintas formas de conduta. Certa vez, estava junto ao setor de Beatriz, uma agente que estava há três anos na instituição, e ela apontou um guarda que estava num setor próximo

74 Conforme mencionado no Capítulo 2, as relações entre os guardas municipais são estabelecidas a partir da antiguidade e da “turma” que cada um pertence.

ao dela. Segundo a agente, ele estaria “puxando o trânsito que nem um guarda antigo”. Perguntei para ela como “um guarda antigo” puxava o trânsito, e ela respondeu: “Ah, puxa com a mão abaixada, mole, parece que está puxando sem vontade”. Segundo a classificação da agente, haveria, assim, uma forma de atuar própria dos guardas antigos que era significativamente diferente da que seus colegas e ela empregavam. Desse modo, as relações construídas são um dos fatores que poderá influenciar na maneira como cada guarda municipal irá agir em cada situação, como por exemplo, nos casos que é preciso “puxar o trânsito”, agindo como um guarda “antigo” ou “novo”.

Além disso, percebi que, por outro lado, “cada guarda faz seu setor”. Foi isso o que me mostrou, entre outros, a guarda Sabrina. Numa vez em que estava acompanhando o trabalho dela e do guarda Bruno, ambos há três anos na instituição, um motorista veio perguntar para o agente se podia “parar rapidinho” na calçada para ir até uma loja de móveis. Bruno, depois de olhar rapidamente para Sabrina, respondeu ao motorista que sim. Sabrina falou que seu colega era “bonzinho” como ela e que, por isso não teria problema em ele atuar ali. Mas, segundo a agente, havia colegas que eram “durões” e que nunca deixavam os motoristas pararem. Daí advém a máxima de que “cada guarda faz o seu setor”, o que varia conforme o maior ou menor emprego do “bom senso”.

Outro caso parecido aconteceu quando eu estava junto com os guardas Igor, Kaio e Flávia, no “setor” em que atua essa última. Estávamos na frente do ponto do ônibus que vai para Magé (RJ), quando o guarda Kaio contou que a empresa não estava mais deixando os guardas pegarem carona e lembrou de um caso ocorrido com um colega que estava indo para aquela cidade. Igor, então, disse que iria passar a multar todos os ônibus dessa linha. Em seguida, pegou um bloco e começou a anotar a placa de um ônibus que estava parado em fila dupla, deixando os passageiros descerem. Flávia falou para Igor, num tom de voz elevado, que não era para multar no “setor” dela. Segundo a guarda, isso seria “antiético”. Um pouco depois de Igor voltar para seu “setor”, Bruno me explicou que multar no “setor” de outro colega era algo “complicado”; ele só fazia isso “quando alguém faz uma merda bem grande”, e, mesmo assim, avisando ao guarda responsável.

Os dois últimos casos descritos nos fazem perceber que, embora as relações possam influenciar na definição da conduta de como agir em cada situação, “cada guarda faz seu setor”, ou seja, cada um percebe, por meio do contato com a prática, em que situações deve agir levando em conta o “bom senso”, o que faz com que alguns teamem a ser vistos como mais “durões” e outros como mais “bonzinhos”.

Perceber que as ações dos guardas municipais são informadas, sobretudo, por um “saber fazer” nos ajuda a entender, também, a diferenciação existente entre aqueles que trabalham nas ruas e aqueles que trabalham na “sede” ou “aquário”, como já foi apontado. Os guardas que trabalham na “base” são aqueles que atuam na administração, fazendo um trabalho interno. Por isso, possuem menos contato com o “saber prático”, tão valorizado para o aprendizado do que é ser guarda municipal. Nesse sentido, mesmo estando em um nível considerado como superior na hierarquia da instituição, aqueles que estão na sede não necessariamente dispõem do “saber/poder” que aqueles que estão nas ruas possuem. Trabalhar no “aquário” pode significar, portanto, ser privado do “saber prático” que é produzido e renovado cotidianamente nas ruas. Miranda (2014) já enfatizou esse ponto, ao reconhecer que a oposição “rua/repartição” nos ajuda a entender como os guardas valorizam cada tipo de conhecimento produzido. Entretanto, essa contraposição demonstra, também, que “o que acontece nas ruas só deve chegar à repartição caso represente um ‘problema’ que demande uma ‘solução’ da instituição, o que se espera é que os guardas realizem seu trabalho cotidiano segundo a máxima ‘dá seu jeito, e não me traga problemas’” (p. 102).

4.3. “Cada caso é um caso”⁷⁵: instrumentos necessários para a construção de um saber

O Código de Trânsito Brasileiro institui que a sinalização viária pode ser realizada pelos seguintes instrumentos: placas, marcas viárias, equipamentos de controle luminosos, dispositivos auxiliares, gestos e apitos. Observando a atuação dos guardas no trânsito de São Gonçalo, percebi que eles utilizam bastante esses dois últimos elementos. Os guardas me falaram que, assim que entram na instituição, ganham um apito. Porém, vários deles enfatizaram que ele “é muito ruim”, já que não faz muito barulho. Por isso, cada guarda compra um apito de sua preferência, o que se torna um artigo pessoal e característico de cada um⁷⁶. No início do trabalho de campo, o guarda Umberto me mostrou a maneira como eles fazem uso do apito em seu cotidiano profissional:

75 Esse título foi tomado de empréstimo do artigo escrito por Miranda (2014), denominado “‘Cada caso é um caso’: saberes e poderes em conflito na construção das estatísticas oficiais”.

76 Por exemplo, quando acabou o curso de formação, as guardas Flávia e Laís, juntamente com outras duas agentes, compraram apitos da cor rosa com *gliter* ou com temas de oncinha e zebra.

“Olha, não sei se vai ajudar, não, mas a primeira coisa que você pode colocar lá no seu trabalho é que, no CTB [Código de Trânsito Brasileiro], tem dois apitos, um breve [o guarda imita o silvo do apito fazendo o som “pi” com a boca], que é para seguir, e dois breves, para parar. Só que nós não usamos esses, usamos outro que não tem no CTB, que é um [ele imita o silvo do apito fazendo “pipipi pipipi pipipi” com a boca e faz um sinal com a mão direita de trás para frente], que nós chamamos de ‘puxa trânsito’, que é para desafogar quando tem muito congestionamento. É isso que a gente faz. Então, no CTB, precisa também ter esse apito, não só aqueles dois”.

(Umberto, guarda municipal há 5 meses)

A partir da fala de Umberto, pode se perceber que, ao utilizar o apito, os guardas fazem uso de um saber aprendido na prática para administrar o trânsito, não levando em conta, no caso, somente aquilo que está escrito no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). De acordo com a perspectiva apresentada, o que está formalmente constituído, muitas vezes, não dá conta do que ocorre no cotidiano, e, por isso, nem sempre esse saber é priorizado na atuação dos agentes. Daí advém a razão de o apito que o guarda usa para “puxar o trânsito” não ser aquele que está previsto no CTB, mas outro que está mais de acordo com a sua necessidade prática. Isso não impede, contudo, que o mesmo guarda, em situações outras, utilize os silvos conforme previsto no CTB. Para isso, mais uma vez, o agente precisa usar o “bom senso”. É com base nele que se define quais as situações em que deve se adotar os silvos previstos no plano formal e quando se apitar conforme o que foi informalmente apreendido na prática. Como se vê, para além dos casos de aplicação de multa, o “bom senso” informa todas as demais práticas utilizadas pelos guardas municipais na regulação do trânsito (inclusive as aparentemente mais simples).

Como procurei assinalar, o apito é considerado um elemento essencial para “puxar o trânsito”. Uma vez, conversando com um rapaz no ônibus a caminho do Alcântara, disse-lhe que estava observando a atuação dos guardas municipais no bairro. O rapaz, que dizia dirigir frequentemente pela cidade, então falou para mim: “Os guardas em São Gonçalo não sabem o que fazem. Outro dia, passei pela [rua] principal do Alcântara, e tinha pelo menos cinco guardas só naquela rua, apitando um atrás do outro. Para que isso?! Estavam apitando iguais [a] malucos, isso não adianta de nada.”. A conversa com ele não se prolongou muito, já que estávamos chegando ao terminal. Porém, a sua fala despertou minha atenção para o uso do apito pelos guardas municipais de uma outra forma. Depois daquela conversa, comecei a notar que o apito nem sempre era usado

apenas para “puxar o trânsito”. Se, por exemplo, o supervisor ou o comandante se aproxima de determinado “setor”, é comum que o guarda responsável comece a apitar, ainda que não haja muito movimento ou congestionamento. Percebi, também, que, quando dois ou mais guardas ficam muito tempo juntos conversando na calçada, independentemente de haver um superior hierárquico próximo, é comum eles apitarem um logo após o outro, sem se importarem se o semáforo está vermelho ou verde. Nessas situações, o uso do apito não está necessariamente relacionado com o ato de “puxar o trânsito”. Pelo contrário, os guardas podem usar esse instrumento para “mostrar serviço”, seja para um superior, para os pedestres ou, mesmo, para os motoristas que transitam pelas ruas. Acredito que, nesses casos, o uso do apito está relacionado com o que Veríssimo (2009) chamou de estratégia do “embuste”. No contexto da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, onde o autor concentrou seu trabalho, pagar embuste está relacionado com uma relação de certa teatralidade envolvendo os agentes e o seu entorno. Não escutei essa categoria entre os guardas municipais de São Gonçalo, mas pude perceber a utilização de uma estratégia similar entre os agentes.

Isso ocorria, por exemplo, quando o supervisor passava nos “setores” dos guardas. No turno da tarde, isso costumava ocorrer depois das 16h. Nessa hora, alguns agentes já estavam indo lancha ou, se não houvesse muito movimento, se reuniam para conversar no “setor” de um deles. Em casos como esses, era comum que, quando o supervisor se aproximava, um guarda avisasse aos demais. Assim, quando o supervisor do Alcântara estava saindo do bairro Colubandê, por exemplo, o guarda que estava lá ligava ou mandava uma mensagem para um guarda no Alcântara, avisando que o supervisor estava a caminho. Quando os guardas que ficavam em “setores” no Alcântara recebiam essa informação, caso não estivessem nos seus respectivos “setores”, imediatamente paravam o que estivessem fazendo para se encaminhar ao seu local de trabalho. Independentemente de haver ou não congestionamento, os guardas começavam, então, a apitar e fazer movimentos com a mão para os veículos. Em muitas das vezes, eles chamavam atenção para coisas que não fariam sentido em outros contextos, como, por exemplo, apitar quando o semáforo fica vermelho. Nessa situação, a utilização do apito e do gestual tinha, nitidamente, o significado do “embuste”. Logo depois que o supervisor ia embora, o cenário se modificava. Os guardas voltavam a se aproximar e conversar, outros iam comer alguma coisa, havendo, ainda, aqueles que iam ao banco ou coisa assim.

O mesmo acontece quando o comandante fica no Alcântara. Os guardas se comunicam para avisar da sua presença ali e não saem dos seus “setores”, a não ser que isso seja realmente necessário. Certa vez, o comandante me contou que iria mudar os guardas de “setor”. Ele disse que sabia que os agentes não agiam da mesma maneira quando ele não estava lá e, também, que os guardas se comunicavam para avisar da sua presença. Percebi, então, que, tal qual apontado por Veríssimo (2009), o embuste pressupõe um “bom grau de acordo entre as duas partes”, já que tanto os guardas quanto seus superiores sabiam do emprego de tal tática. Embora o uso da estratégia conte com a cumplicidade dos agentes e envolva uma certa teatralidade, isso não quer dizer que também não produza alguns efeitos. Nesse caso, os efeitos estão relacionados com aquilo que Miranda e Pita (2011) chamam de “estatalidade”. No caso, o uso do embuste contribui com a difusão, seja para dentro e/ou para fora da Guarda Municipal, de uma aparência de que *o Estado* está agindo naquele determinado contexto de atuação do agente. O embuste equivaleria, assim, ao que Reiner (2004)⁷⁷ chama de “regras de apresentação”, por meio das quais os agentes buscam divulgar uma imagem aceitável de si e de suas ações. Por isso, mesmo que, ao empregar o embuste, os agentes procurem seguir mais o plano formal, esse aspecto também se torna fundamental na maneira como se configura o modo de agir dos guardas municipais de São Gonçalo.

Como procurei demonstrar, o uso do apito pode variar conforme o contexto. Ele pode ser usado tanto como um instrumento para “puxar o trânsito” como um auxiliar no emprego do embuste, o que varia conforme o caso. Assim, por exemplo, se o supervisor do dia for “mais tranquilo”, não é necessário tanto esforço no pagamento do “embuste”, ou seja, não é necessário apitar tanto para “mostrar serviço”. Às vezes, só estar em seu “setor” parece ser suficiente. Outro fator que deve ser levado em conta, para maior ou menor utilização do apito, é a localização do “setor”. Caso o guarda fique próximo à prefeitura, por exemplo, ele terá que utilizar a estratégia do embuste mais vezes do que aquele guarda que está num “trânsito de bairro”, já que seu trabalho tende a ser mais observado. Em suma, o guarda tem que ser capaz de empregar o “bom senso” para avaliar quando é necessário utilizar o apito para “puxar o trânsito” (seja para evitar ou para acabar com o congestionamento), quando é preciso usá-lo para pagar embuste (para um superior

77 É importante lembrar que, a partir do que observei no trabalho de campo, sobre como se dava a atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo, percebi que a teoria de Robert Reiner (2004), nesse caso específico, pode ser útil para pensar como se configura um modo de agir próprio dessa instituição.

hierárquico ou para a população), e quando não há necessidade de se servir desse instrumento.

Outro fator do qual os guardas costumam se queixar é a falta de sinalização dos locais para carga e descarga de mercadorias. Tanto no “centro do Alcântara” como no Centro de São Gonçalo, há somente dois locais destinados a isso, que representa um número pequeno frente à grande quantidade de lojas e comércios existentes em tais localidades. Por isso, quando isto não atrapalha o fluir do trânsito e os motoristas chegam com “jeitinho”, os guardas costumam usar o “bom senso”, permitindo que eles parem os caminhões em locais formalmente proibidos. Observei várias situações como essa. Numa delas, estava no Alcântara, no “setor” do Ramos, que, àquela altura, tinha somente alguns meses de atuação na Guarda. O reboque tinha acabado de sair com dois carros da rua onde ficava seu “setor”. Pouco tempo depois, um caminhão se aproximou. O motorista pediu para “ficar rapidinho”, era só o tempo de conseguir descarregar seus produtos numa loja em frente. O guarda deixou, mas pediu que ele não ficasse muito tempo, já que o reboque estava nas proximidades. Passou meia hora, e o caminhão continuou no mesmo lugar. Ramos ficou apreensivo com a demora, visto que, a qualquer momento, o reboque poderia passar por ali. O motorista pediu para que o guarda o deixasse ficar mais um tempinho. Dessa vez, o guarda não pôde deixar, tendo que seguir a lei, e pediu para que o motorista desse umas voltas no quarteirão enquanto esperava seu colega voltar da loja. Ramos disse que seria “ruim” para ele também, caso o reboque passasse ali e visse o caminhão parado irregularmente, já que o ocorrido poderia chegar aos ouvidos de algum superior. Perguntei como sabia em que situações era possível deixar parar, e ele respondeu:

“Tem que saber lidar, porque, às vezes, a pessoa só vai dar uma parada rápida e não vai atrapalhar em nada o trânsito. Mas acontece que você deixa ficar cinco minutinhos, e aí as pessoas aproveitam da situação e acabam ficando meia hora. Aí que não dá! Mas tem que ter bom senso também, porque não posso ficar notificando todo o mundo. Tenho que saber quando deixar ou não.”

(Ramos, guarda municipal há cinco meses)

O guarda também enfatizou que, naquele caso, ele tinha que deixar o motorista parar ali, já que não existia ponto de carga e descarga nas proximidades. Conforme ele me disse, era preciso “também pensar no lado do motorista. Enquanto não estava atrapalhando, não tinha problema deixar”. Nesse sentido, para usar o “bom senso”, além

de considerar o tempo em que o motorista iria permanecer parado, era preciso que o guarda conhecesse as condições de sinalização que existem próximo ao seu local de trabalho. Com isso, seria possível estabelecer certa previsibilidade frente aos limites e possibilidades que lhes fossem apresentados. Se, por um lado, Ramos levou em conta a falta de um local de carga e descarga próximo para o motorista, por outro, também não podia desconsiderar que o reboque estava passando por ali, o que impossibilitava o veículo de ficar muito tempo estacionado no local.

Além disso, a falta de locais para estacionar e de uma sinalização para pedestres interfere no trabalho dos guardas. Segundo Viana, como não há muitos locais para carros e motos estacionarem, eles precisam “lidar com isso” ao seu modo, ou seja, têm que considerar “cada caso”. Para ele, a falta de um semáforo para pedestres e as falhas na pintura da faixa de pedestres devem ser levadas em conta, e, por isso, o agente não costuma repreender aqueles que atravessavam a rua no sinal vermelho ou fora da faixa. Não se trata, no caso, de apontar ou denunciar uma política da falta, já que concordo com o que apontou María Pita, no prefácio do livro *Políticas Públicas de Segurança Municipal – guardas municipais: saberes e práticas* (2014): “A antropologia das políticas públicas não é uma antropologia da falta ou da carência” (p. 10). Em vez disso, o que quero enfatizar é que, em cada situação específica, serão acionados os valores e recursos considerados mais pertinentes. Para isso, os guardas terão que ter em mente o contexto em que estão inseridos, inclusive no que tange aos problemas e limites da sinalização disponível.

Daí advém o título dessa sessão, “Cada caso é um caso”, utilizado, exatamente, para ressaltar a lógica que fundamenta as ações dos guardas municipais. Conforme assinalado por Miranda (2014), essa maneira de considerar cada atendimento como evento único contrasta com o modo como os gestores da área de segurança acreditam que devem se tratar as informações, ou seja, levando em conta a ideia de que os fatos fariam parte de um conjunto maior, centrado num fluxo contínuo das informações. Entretanto, essas teorias são “importadas de outros contextos, em especial, da criminologia norte-americana, mas que é incorporado aos debates sem a devida discussão sobre as questões locais” (Miranda, 2014, p. 105).

No contexto que estou analisando, os guardas consideram que estar em contato com a prática cotidiana e ter uma proximidade com os demais agentes que frequentam as ruas da cidade são elementos essenciais para saber como agir diante dos diversos casos

com que se defrontam cotidianamente. É com base nisso que eles avaliam se devem seguir o que é informalmente estabelecido ou, pelo contrário, seguir o plano formal, aplicando, aos indivíduos infratores, as sanções impostas pela lei.

4.4. Proximidade e personalidade: construindo relações e identidades

Durante os dias de semana, logo no início da manhã, o comércio vai abrindo suas portas, e os guardas municipais vão para as ruas. O dia começa com um cumprimento de “Bom dia!” dos guardas aos comerciantes mais próximos de seus “setores”. Às vezes, restam alguns minutinhos para “trocar uma conversa”. Alguns guardas municipais deixam parar “rapidinho” um ou outro motorista que está chegando meio atrasado e precisa abrir sua loja. Em contrapartida, podem ganhar um copo de água ou um café pelo meio da manhã. Há, entre os guardas, aqueles que entram em algumas lojas como se já fossem “de casa” e vão beber água ou ao banheiro, mostrando, com isso, a personalidade e a proximidade que marcam as relações tecidas naquele ambiente.

Numa das primeiras vezes em que fui ao Rodo, ainda não conhecia nada por lá. Um guarda municipal, então, se dispôs a me indicar os pontos mais conhecidos da região. Estávamos em frente à prefeitura. À direita, um pouco mais à frente, ficavam a Igreja Católica Matriz e, depois, a Praça Zé Garoto. À esquerda e mais ao fim da rua, estava o Clube Mauá, bastante conhecido na cidade. Ao final da orientação, o guarda disse que São Gonçalo era um “ovo” e que, portanto, não havia como eu me perder, já que tudo ali era perto e todos se conheciam. Entendi, rapidamente, que a distância a que o agente se referia não era apenas física. Na visão daqueles que nasceram, moram e/ou trabalham nas ruas daquela cidade, como era o caso do guarda em questão, a despeito de a cidade ter mais de 200 mil quilômetros quadrados de extensão, ela poderia ser considerada como um “ovo”, devido, entre outros fatores, às relações de proximidade e familiaridade que a caracterizam. Nesse sentido, cabe ressaltar que as relações de proximidade que os guardas municipais constroem nos seus locais de trabalho são essenciais não só para a produção de um conhecimento da cidade, mas, sobretudo, para entender as atitudes que empregam para administrar cada conflito que se apresenta. Como veremos, as relações de personalidade marcam, também, o relacionamento dos guardas municipais com os agentes de outras instituições ligadas à Segurança Pública.

4.4.1. As múltiplas relações e identidades no espaço público

Como expliquei em outra sessão, as ruas do Alcântara estão dispostas em um “círculo”, e isso, de certa forma, faz com que a fluidez de veículos seja recorrentemente prejudicada. A meu ver, o fato de o “Alcântara ser um círculo” tem a ver não só com a maneira como as ruas estão dispostas, mas, também, com o modo como as relações são ali estabelecidas, isto é, com base nos valores da familiaridade e pessoalidade. Eu mesma, depois de poucos meses frequentando aquele ambiente, já era cumprimentada por motoristas de ônibus, fiscais de postura ou policiais que, mesmo sem saberem exatamente o que eu fazia ali, me viam muitas vezes andando por aquelas ruas. Além disso, as brincadeiras e gozações que existem [acontecem] entre os guardas municipais e os ambulantes ou motoristas de vans pareciam indicar que, apesar dos conflitos que podiam eventualmente se instaurar, todos ali se conheciam e se viam como próximos, como ligados uns aos outros. Daí emerge a apropriação metafórica do círculo como algo além de uma configuração física, como uma definição socioespacial da maneira como as pessoas conviviam ali no decorrer dos dias.

No que me interessa, cabe ressaltar que a intimidade e proximidade influenciam não só o trabalho, mas a própria constituição das identidades dos guardas municipais. Assim, por exemplo, se um guarda fica um determinado tempo no mesmo “setor”, mesmo que não seja muito, quase inevitavelmente passa a antever os problemas e situações em que ele deve atuar. Percebi isso inúmeras vezes. Numa delas, estava junto ao guarda Miguel, há cerca de três anos na instituição. Ele estava no “setor” de outro colega, localizado no Centro, cobrindo as suas férias. À nossa frente, havia um caminhão que estava descarregando alguns produtos para uma farmácia próxima. Assim que ele saiu, outro caminhão estacionou no mesmo lugar. O motorista nem se aproximou do guarda, só o cumprimentou de longe e já abriu a porta do caminhão para colocar alguns móveis para dentro. Embora ali não fosse um local de carga e descarga, notei que o guarda não impedia os motoristas de parar. Como era uma das primeiras vezes em que conversávamos, o agente se mostrou um pouco apreensivo com o fato de eu estar vendo o que se passava. Ele, então, procurou se justificar, dizendo o seguinte: “Eu deixo eles pararem porque eles

são rápidos, não atrapalham o trânsito. Apesar de estar pouco tempo nesse setor, como estou aqui todo dia, passo a fazer amizades com os comerciantes e entregadores e a conhecer o ritmo deles.”.

A “amizade” que o guarda construiu com os comerciantes e entregadores permitiu que ele conhecesse as situações com as quais lidaria naquele “setor” e, conseqüentemente, lhe permitiu desenvolver um saber prático. Quanto mais tempo o guarda permanecia no mesmo “setor”, mais previsibilidade ele tinha sobre o seu trabalho. Algumas semanas depois, voltei àquele mesmo “setor” no Centro, e Carvalho, o guarda que estava de férias, já tinha voltado. Muitas pessoas passavam por ele e o cumprimentavam. Algumas pessoas falavam: “Que bom que você voltou para cá.”. Percebi que ele era conhecido por ali, conversava com os comerciantes e, também, com as senhoras que gentilmente ajudava a atravessar a rua. Perguntei há quanto tempo trabalhava ali, e ele me disse que estava há quatro anos no mesmo “setor”. Em seguida, argumentou:

“Eu conheço todo o mundo por aqui, já sei quem são os moradores próximos, já conheço os comerciantes. No prédio do lado do Banco do Brasil, tem muito idoso que mora lá, e eles demoram e possuem dificuldades para sair do carro. Já sei quando eles param, em que horário cada um sai. Aqui tem muita gente que fica do meu lado, esperando para eu fechar o trânsito para atravessar, mas eu não fecho, não, peço para a pessoa ir para a faixa. Eu sou o vilão e o mocinho ao mesmo tempo. Às vezes, passa um e cumprimenta, agradece. Outras vezes, eu sou xingado, falam mal de mim. Para atuar aqui, preciso ter bom senso. [...] Ter bom senso é isso, conhecer as situações, saber quando pode parar e quando não pode, ver o lado do comerciante também. Por exemplo, aqui perto, tem uma loja de móveis. Os móveis são todos pesados, eu não vou fazer com que o cara carregue um móvel pesado desde o carga e descarga até aqui. Quando não atrapalha o trânsito, não tem por que eu não deixar.”

(Carvalho, guarda municipal há 13 anos)

Como se vê, no contexto de atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo, possuir um conhecimento prévio das situações mais recorrentes e ter uma relação de proximidade com as pessoas que frequentam o local são elementos essenciais na definição prática do “bom senso”. Atuar de acordo com o “bom senso”, sabendo quando deve se agir de acordo com o plano formal ou informal, tem a ver, nesse caso, com a familiarização em relação aos sujeitos e situações que podem ocorrer no seu “setor” de trabalho. Segundo pude observar, com o tempo, torna-se normal, para os agentes, saber a que horas certas pessoas

costumam parar, quando costuma ter mais engarrafamento, quem são as pessoas que estão sempre por ali, quais são os pontos de referência mais conhecidos etc.

Como mencionado, alguns guardas não gostam de ser mudados de “setor”, uma vez que já construíram certa relação de proximidade com o local e as pessoas. Nesse sentido, o caso de Viana foi o mais emblemático para mim. Ele estava há cinco anos num “setor” do Alcântara e, depois, foi mudado para um “setor” no Centro. Sem conhecer os pontos de referência do novo local de trabalho, o agente reclamava que ele “não conhecia as pessoas” ali, “ninguém conversava com ninguém”, logo, ele “não tinha familiaridade com o local”, o que lhe privava das usuais relações baseadas na troca e reciprocidade. Esse tema despertou meu interesse logo na primeira vez que acompanhei o trabalho do guarda Novaes, que atuava num “setor” do bairro Colubandê. Nesse dia, Novaes falou que seu trabalho ali era “tranquilo” e que, normalmente, não precisava ficar “puxando o trânsito”, só quando tinha congestionamento, o que ocorria por volta das 17h. Para ele, o bom de trabalhar no “trânsito de bairro” é que “todo o mundo conhece todo o mundo”. Ele estava há oito meses trabalhando naquele “setor”, e todos os comerciantes da rua já o conheciam, o cumprimentavam e conversavam com ele. Por isso, ele dizia: “Eu posso tomar uma água na oficina mecânica aqui atrás, quando está muito calor, posso sentar debaixo do ventilador para me refrescar. O cara da padaria deixa eu tomar um café e comer um pão. Eu possuo uma proximidade com o pessoal da rua, e isso é que é o bom de trabalhar aqui.” Em contrapartida, devido às relações de proximidade que construiu, ele deixava o “cara da mecânica” e o “cara da padaria” estacionarem seus carros em cima da calçada. Por essas e outras, não é exagero afirmar que, de certo modo, as ruas de São Gonçalo podem se transformar em extensões do ambiente da casa, dadas as relações pautadas na “familiaridade”, expressa por Viana, e na “proximidade”, destacada por Novaes.

Em certo sentido, é possível se fazer uma associação do que apresento aqui com as reflexões elaboradas por Da Matta (1997) em *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. O autor aponta que, em diferentes domínios do sistema sociocultural brasileiro, de origem escravista e aristocrática, a cultura da casa tende a ser levada para a rua, o que impede a aplicação universal e igualitária das regras. Ou seja, não há uma universalização na aplicação das regras, e as leis não são aplicadas de forma impessoal. De maneira contrária, é aplicado “o código das relações e da moralidade pessoal”. Portanto, nesses casos, a pessoa se torna objeto de tratamento diferencial, ao passo que o indivíduo “é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão

foram feitas” (Da Matta, 1997, p. 218). Em São Gonçalo, quando o guarda municipal considera a pessoa em vez do indivíduo, as relações de proximidade e/ou reciprocidade acabam por influenciar suas ações, levando-o a lançar mão de expedientes informais em lugar da lei pretensamente igualitária e universal. Por outro lado, quando são considerados os indivíduos, o plano formal e a aplicação da lei tendem a ser levados mais em conta. Isso significa que, dependendo do tipo de relação social estabelecida, diferentes códigos podem ser empregados para definir a maneira como cada guarda deve agir em cada contexto particular.

No que tange ao tratamento universalista e igualitário, ele se aplica, por exemplo, quando os guardas se referem aos gonçalenses em geral, afirmando que “a população é muito mal educada”. Uma vez, conversando com Viana, quando ele ainda estava num “setor” no Alcântara, ele me disse:

“A população é muito mal educada, tanto pedestre quanto motorista. Pedestre não aguenta, não sabe esperar, quer atravessar à hora que quiser. Não sabe esperar fechar o sinal vermelho ou, então, querem atravessar fora da faixa. Aqui é isso direto. Olha lá, está vendo aquele cara ali!? [Ele aponta para um pedestre que estava andando do outro lado da rua e fora da calçada.] Ele está se arriscando à toa. Custa ir para a calçada?! Mas eu não vou ficar pegando na mão de cada um, não. Eu aviso, falo que tem que atravessar na faixa, mas, às vezes, eles respondem: ‘ah, mas eu quero ir para outro lado’. Eu deixo. Fazer o quê? E motorista é a mesma coisa, fura sinal vermelho, passa aqui falando no celular. [Ele viu que o motorista passou falando no celular, pegou o *palm top* e multou o motorista]”

(Viana, guarda municipal há 15 anos)

O fato de os guardas considerarem as particularidades de cada contexto para saber como agir (isto é, para saber se deixarão ou não o motorista estacionar ou, mesmo, se aplicarão ou não uma multa) tem a ver, não raro, com a natureza mais ou menos particularizada de sua relação com os envolvidos na situação⁷⁸. Como vimos, o plano informal que orienta as ações dos agentes está, em parte, baseado na maneira como a

78 A discussão traçada neste capítulo e, pode se dizer, também, no trabalho como um todo, tem relação direta com as considerações de Kant de Lima (2001) a respeito de como o espaço público é encarado no Brasil. O autor enfatiza que tudo aquilo que é caracterizado como público no Brasil está relacionado com algo que é controlado e apropriado particularizadamente pelo Estado, como um lugar onde tudo seria permitido, até que seja proibido ou reprimido por algum agente representante do poder público. O espaço público não é considerado como um espaço coletivo que deve ser negociado por aqueles que dele fazem parte, e, por conta disso, as regras que regem a utilização desse espaço não são universais e, sim, gerais, ou seja, apesar de serem as mesmas regras para todos, elas não se aplicam a todos da mesma maneira.

relação entre motoristas e guardas municipais é construída. Assim, quando o guarda possui uma maior proximidade com as pessoas do seu local de trabalho, além de isso contribuir para o controle das situações e problemas que podem ocorrer, também favorece a existência de relações de reciprocidade entre comerciantes e guardas, o que pode gerar tratamentos diferenciados em relação aos demais.

Por vezes, eu mesma escutei algumas pessoas reclamarem com os guardas de problemas relativos à iluminação da rua ou ao funcionamento de algum semáforo. Minha inserção nas ruas da cidade permitia que eu observasse, também, um pouco do outro lado dessa relação. Enquanto mais uma pedestre que circulava pelas ruas da cidade, eu escutava os mais diversos comentários sendo tecidos sobre a atuação dos guardas. Já houve casos em que um guarda ajudava um pedestre a atravessar a rua, e outra pessoa comentou ao meu lado: “Nossa! que guarda bonzinho.”. Entretanto, na maioria das vezes, o que eu escutava era os pedestres reclamando da atuação dos agentes. Já ouvi pessoas falando: “Essas guardas só querem saber de conversar.”, “Essa Guarda vai ficar rica de tanto que multa.” ou, mesmo, “Esses guardas só fazem merda, tem uma fazendo merda e outra seguindo.”. Por outro lado, nas vezes em que conversei com moradores, nos ônibus a caminho da cidade, alguns afirmavam que sequer viam os guardas nas ruas.

A esse respeito, alguns guardas municipais se queixavam que a população não reconhecia nem a sua autoridade, nem o trabalho que prestavam na cidade. Frequentemente, também escutei que eu deveria publicar meu trabalho num jornal, para que “a população” passasse a reconhecê-los. Em uma das vezes, escutei isso de Wilson, um guarda que trabalhava junto aos fiscais de postura e que tinha cerca de doze anos de instituição. Ele era formado em Direito, tinha feito uma pós-graduação na sua área e se mostrou muito interessado em meu trabalho. Numa de nossas conversas, ele perguntou se meu trabalho já tinha um título. Falei para ele que ainda estava pensando, e ele, então, me disse que eu poderia intitulá-lo da seguinte maneira: “A invisibilidade da prestação de serviço da Guarda Municipal para a população”. Depois de me dar essa dica, afirmou que o trabalho que eles prestam para a “população” é desvalorizado, e que os guardas são constantemente desrespeitados. Perguntei como a população os desrespeitava, e ele me respondeu:

“A população não nos vê. Quando passa, fala: ‘Ah, esses guardinhas.’. A expressão ‘guardinha’ é uma tremenda falta de respeito. Aí, quando precisa da

gente, vem e fala: 'Ok, seu guarda.'. [Uma mulher o interrompe para pedir uma informação. Depois que ela sai, ele continua a falar]. Está vendo?, não fala um 'boa tarde', um 'obrigado'. Parece que nós somos invisíveis.”

(Wilson, guarda municipal há 12 anos)

Em um trabalho que realizei junto à Guarda Municipal de Rio Bonito, percebi, também, que a expressão “guardinha” era considerada como falta de respeito pelos agentes (Rocha, 2013). O uso dessa expressão, nesses dois contextos, está relacionado a uma desconsideração do guarda municipal e a uma desvalorização de sua identidade, o que, de certa forma, caracteriza um insulto moral (Cardoso de Oliveira, 2002). Em ambos os casos, também percebi que há uma troca de animosidades entre os guardas e os motoristas. Caso um guarda se sinta desrespeitado pela maneira com que o motorista o aborda, por meio de gritos, impondo sua voz e utilizando uma performance considerada autoritária, esse agente pode, em troca, aplicar uma multa ao motorista. Aprofundarei esse aspecto adiante.

Erza Park (1979) já evidenciou que a pouca distância física não poderia ser um indicador de proximidade social. Um exemplo disso, no contexto que estou tratando, são os conflitos entre os guardas e os motoristas de ônibus e vans, que, apesar de estarem constantemente em contato (e, talvez, por isso mesmo), vez ou outra, entram em atrito. Os motoristas de ônibus e vans querem, na maioria das vezes, embarcar e desembarcar os passageiros e, por isso, quando o local permitido já está ocupado, param em fila dupla, obstruindo o fluxo da via. Os guardas, como vimos, têm, por função, a tarefa de “fazer o trânsito fluir”, de modo que, se um motorista para em um local irregular, isso pode comprometer o seu objetivo. Alguns agentes costumam ser rigorosos e quase nunca deixam os ônibus e vans pararem em locais irregulares. Outros, entretanto, procuram usar mais o “bom senso” para resolver o problema. Flávia é uma das guardas que comumente utiliza o “bom senso” em suas ações. Ela costuma permitir que as vans “descarreguem” passageiros e permaneçam paradas algum tempo nos pontos destinados aos ônibus, desde que não haja nenhum por lá. Em um determinado dia, estava ocorrendo uma *blitz* da Polícia Militar na Rua Amauri de Souza, o que impediu as vans de pararem naquele local. Por isso, muitas delas passaram a parar no ponto de ônibus próximo ao “setor” de Flávia. A certa altura, no local em que deveriam ficar os ônibus, já havia três vans. Quando outra se aproximava, a agente informava ao motorista que ele não poderia parar ali, já que não havia mais espaço. Um motorista ficou irritado e começou a reclamar do seu trabalho.

Disse que iria conversar com o secretário de segurança e que iria “jogar toda a merda no ventilador”. Ela, por sua vez, falou que “tinha a consciência limpa” e que “não aceitava nem uma água deles”. A partir daí, a guarda não deixou mais nenhum motorista de van parar no ponto de ônibus, postando-se constantemente próxima ao local, com um talão de multa na mão. Depois de passado um tempo, ela voltou a permitir que as vans parassem “rapidinho” no ponto de ônibus.

Em São Gonçalo, as vans são um transporte alternativo muito utilizado. A qualquer hora, é possível avistá-las pelas ruas da cidade. Se estiver no Alcântara, certamente, você escutará os “papagaios”⁷⁹ gritando: “São Gonçalo, Mauá, Tamoio, Porto da Pedra, Shopping”. Em agosto de 2014, o prefeito Neilton Mulim publicou uma lei que regularizou as vans no município⁸⁰. A partir de então, os profissionais deveriam ser cadastrados e dispostos em pontos próprios para seus veículos. Durante grande parte do tempo que fiz trabalho de campo, as vans ainda não eram legalizadas, porém, de acordo com que foi informado pelos guardas, não eram impedidas de circular nem pela Prefeitura e nem pelo Departamento de Trânsito (Detran). Como não havia nenhuma regulação, elas não tinham pontos específicos, e, por isso, os guardas municipais precisavam ser mais tolerantes ao lidar com a situação, ou seja, eles precisavam destinar um local que não atrapalhasse o trânsito para que as vans pudessem fazer seus pontos.

No Alcântara, os conflitos com os motoristas de ônibus normalmente acontecem no “setor” próximo à entrada do terminal de ônibus, embaixo do viaduto. No início do trabalho de campo, nenhum guarda ficava regularmente nesse setor. Contudo, com o passar do tempo, os ônibus começaram a parar atravessados na rua, impedindo o fluxo da via. A partir daí, um guarda foi colocado no “setor”. No início, os motoristas não queriam seguir as ordens dadas pelos agentes, não chegavam os ônibus para frente e nem queriam ficar rodando nas ruas até que sobrasse um espaço dentro do terminal. Eu via, muitas vezes, ocorrerem conflitos entre motoristas de ônibus e guardas nesse “setor”. Normalmente, eram bate-bocas, gritos e xingamentos, de um lado, e multa, de outro. Às vezes, eram necessários três guardas para convencer um motorista a retirar o ônibus da rua. Com o passar de alguns meses, os conflitos diminuíram, e os motoristas passaram a seguir as ordens dos guardas. O guarda Queiroz me disse que, depois que os motoristas

79 Papagaio é o nome informalmente estabelecido para aquelas pessoas que vão junto ao motorista da van, cobrando a passagem dos passageiros e anunciando o caminho que o veículo irá percorrer.

80 URL:<<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-02/sao-goncalo-vai-legalizar-vans-com-tarifas-a-r-150.html>>. Acesso em: [data].

receberam muitas multas, passaram a “respeitá-los mais”. Também falou que, com o tempo, começaram a ficar mais próximos uns dos outros, e, por isso, não tinha mais tanto conflito. Nesse caso, construir uma relação de proximidade e familiaridade com os motoristas de ônibus fez com que os conflitos diminuíssem, mas isso não impedia que outros conflitos ocorressem, sempre que houvesse confronto de interesse entre as partes.

É importante ressaltar que o fato dos guardas municipais estarem em contato cotidiano com os demais agentes que frequentam e também utilizam as ruas da cidade faz com que suas ações não possam se restringir somente ao trânsito e ao congestionamento de veículos. Por vezes, os guardas também atuam ajudando algum transeunte que passa mal nas ruas, apazíguam alguma discussão e agem, também, em situações de pequenos furtos. Sua posição próxima e familiar às ruas da cidade é, portanto, importante para a administração dos mais diversos conflitos cotidianos que acontecem nas nelas. Percebi isso num dos últimos dias em que fui ao Alcântara, quando aconteceu uma batida entre dois carros. Por ser próximo ao “setor” da guarda Sabrina, alguns motoristas de vans a chamaram assim que aconteceu o incidente. Ela, prontamente, foi atuar a fim de “desfazer o local”, para não congestionar o trânsito. A agente pediu que os motoristas saíssem do meio da rua e parassem perto da calçada. Contudo, sua atuação foi além disso. Como os motoristas estavam nervosos e discutiam, gritando um com o outro, a guarda procurou acalmá-los e orientá-los. Aconselhou que os dois fizessem um acordo e que trocassem contatos, para depois acertar mais detalhes. Alguns minutos depois, os motoristas foram embora e agradeceram a guarda pela ajuda. Percebi que aquela pequena discussão poderia ter gerado um outro tipo de conflito (talvez mais grave) caso a agente não estivesse presente e tivesse agido de tal forma.

4.4.2. As relações personalizadas entre as instituições e um diálogo informalmente constituído

Como vimos, as relações de pessoalidade e familiaridade construídas pelos guardas municipais são elementos que influenciam significativamente o modo como cada agente cumprirá o seu papel. Quando tratamos do relacionamento dos guardas municipais com os agentes de outras instituições ligadas à Segurança Pública no município, o quadro não é diferente.

Conforme assinala na Introdução, não há uma noção de conjunto envolvendo o funcionamento dos órgãos e instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública no Brasil. Isso pode ser verificado, por exemplo, na resistência quanto à divulgação dos registros produzidos por cada uma das instâncias envolvidas, o que dificulta a efetivação do projeto de integração dos dados e informações sobre criminalidade, violência e justiça, como proposto pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (Miranda, 2008). No entanto, mesmo não havendo uma integração sistêmica entre as partes que compõem o Sistema de Segurança Pública brasileiro, não é possível analisar a Guarda Municipal de São Gonçalo sem considerar a atuação dos demais agentes e agências da área. Por isso, centrava-me, também, em perceber como os guardas municipais se relacionavam com os agentes de outras instituições, sobretudo, com a Polícia Militar (PM).

Durante o período em que acompanhei o trabalho dos guardas municipais de São Gonçalo, soube de poucas operações realizadas em conjunto com outras instituições da área de Segurança Pública. Frequentemente, os guardas realizavam operações junto à Secretaria de Transporte, a fim de realizar a apreensão de veículos parados irregularmente. No entanto, poucas vezes, a Polícia Militar estava presente nessas operações. Excepcionalmente, os guardas também podiam contar com o auxílio de policiais militares, bombeiros e socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) quando pediam reforços para algum atendimento. O que pretendo enfatizar, nesta parte do trabalho, é que, mesmo não havendo uma configuração clara de conjunto envolvendo os órgãos e instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública no âmbito de São Gonçalo, era possível se verificar a existência de algum grau de interdependência entre as agências, pelo menos entre os seus agentes. Todavia, e é isso o que realmente importa, isso se devia, sobretudo, às relações personalizadas constituídas entre os membros de cada instituição e não, portanto, pelas diretrizes formalmente estabelecidas.

Certa vez, fui até o “setor” de Flávia, no Alcântara. Lá, encontrei o guarda Umberto, um policial e ela. Fui apresentada ao policial e lhe perguntei como era trabalhar ali. Ele, então, ressaltou que era “complicado”, já que costumava ficar sozinho em seu posto, de modo que era essencial “fazer amizades com os guardas”. Em seguida, contou-me sobre um caso ocorrido havia duas semanas. Segundo o que disse no relato, um “cara”

estava atacando as pessoas com uma faca na “Rua da Feira”⁸¹. Como se encontrava sozinho em sua cabine, o policial teve que contar com o apoio dos guardas municipais para prender o sujeito. Após narrar o ocorrido, fez a seguinte recomendação: “Você poderia colocar isso no seu trabalho: a Guarda] atuou junto com a PM e prendeu o cara. Aqui, a Guarda é essencial para o nosso trabalho. Nós ficamos sozinhos, e, se o Umberto não tivesse me ajudado, seria difícil.”. Em princípio, poderia se pensar que a ação conjunta dos agentes da PM e da Guarda possuía cunho institucional. No entanto, fui informada que a motivação foi, de fato, pessoal. Isso o é, porque, segundo o que me informou Umberto, ele já conhecia o policial desde quando prestou o concurso para a Polícia Militar, razão pela qual já eram próximos havia algum tempo.

Outras situações observadas durante o trabalho de campo também me fizeram pensar a respeito da interação da Guarda Municipal de São Gonçalo com as demais instituições ligadas à Segurança Pública. Numa delas, acompanhei a guarda Sabrina até uma delegacia situada no Alcântara. Era início da manhã, quando uma família resolveu prestar queixa de uma mulher que havia dado um soco na cara de uma criança. A família da menina seguiu para dentro da delegacia. A guarda e a mulher ficaram na porta. Pouco tempo depois, a família da menina desistiu de fazer o “Boletim de Ocorrência”, porque sabia que aquilo “não ia dar em nada”. Sabrina entrou na delegacia para saber o que fazer com a mulher. Ficou um tempo lá dentro, esperando ser atendida. Cerca de meia hora depois, voltou falando que ligaria para a família da mulher para que a buscassem. A guarda entrou a delegacia mais duas vezes, para saber se a família da mulher já estava a caminho e se não seria possível deixá-la aguardando na recepção. A agente não foi atendida em nenhuma das vezes e saiu reclamando que, ali, “os policiais” não tratavam os guardas bem. Já era meio-dia, e a guarda tinha ficado toda a manhã na delegacia. Ela, então, ligou para o seu supervisor para saber como proceder. Pouco tempo depois, o supervisor chegou lá e foi procurar um amigo policial. Em menos de dez minutos, estava tudo resolvido. O supervisor liberou os guardas, e Sabrina fez o seguinte comentário:

“Ela vai ficar sentada lá dentro até chegar alguém. Eu fiquei esse tempo todo lá, e eles já não poderiam ter feito isso?! Foi preciso que o Baltazar [supervisor] viesse aqui e conversasse com um policial amigo dele para conseguir. É que na época que o Baltazar trabalhava na rua, a Guarda e a Polícia agiam juntos, e por isso que eles

81 Como descrevi no Capítulo 1, Rua da Feira é como é conhecida informalmente a Rua João Caetano.

se conheciam. Agora não, eles não tratam a gente bem não, e, quando tratam, é só para dar em cima da gente.”

(Sabrina, guarda municipal há 3 anos)

A fala de Sabrina me permitiu perceber que a relação personalizada que guardas e policiais constroem, seja porque convivem cotidianamente ou por qualquer outro motivo, faz com que os agentes dessas instituições interajam entre si, mesmo que informalmente. Por isso, mesmo sem haver uma noção clara de conjunto orientando as ações dos órgãos da Segurança Pública, isso não impede que seus agentes construam relações de interdependência, ainda que fundamentadas em outras bases. Percebi isso, também, quando entrevistei o comandante da Guarda Municipal. Na ocasião, perguntei o que ele achava sobre a nova lei que garantia porte da arma para as Guardas Municipais. Ele, então, me respondeu que achava interessante que a Guarda fizesse algumas operações junto com a Polícia Militar, para, de um modo, começar a ter algum aprendizado sobre como atuar com arma de fogo. O comandante enfatizou que seria interessante que esse processo começasse enquanto ainda estivesse à frente da Guarda, já que ele e o comandante do batalhão da Polícia Militar de São Gonçalo eram “amigos pessoais”, o que, segundo o seu entendimento, facilitaria a relação das duas instituições.

Como vimos, as relações personalizadas, que os guardas constroem com os policiais e agentes de outros órgãos, interferem significativamente na maneira como as instituições interagem entre si. Se, por um lado, a “política do sigilo” (característica da tradição inquisitorial) impõe a não publicidade e divulgação das informações, dificultando, assim, a interação e o diálogo formal entre essas instituições (Miranda, 2008), por outro, os vínculos pessoais podem propiciar a construção de outros modos de relação, até mesmo de interdependência. Sem essas relações personalizadas, provavelmente, as instituições continuariam sem dialogar entre si. Com base nas relações pessoais, o plano informal é acionado para garantir a existência de um diálogo mínimo, que não é propriamente institucional, nem seria possível pelas vias formais.

O personalismo que marca as relações entre os guardas e os agentes de outras instituições da área de Segurança Pública indica como a Guarda Municipal de São Gonçalo assume e incorpora características comuns à cidade. Como foi visto no Capítulo 1, os agentes que frequentam e utilizam os espaços da cidade tendem a construir suas relações com base em valores como familiaridade e pessoalidade. A importância desse

aspecto para as funções e os papéis que os guardas desempenham não é, portanto, desconsiderável. O contexto no qual essa instituição está inserida favorece para que as relações de proximidade figurem como importantes elementos na edificação do fazer da Guarda Municipal.

4.5. Respeito e autoridade: a multa e a arma

O Sistema Nacional de Trânsito, composto de órgãos em nível federal, estadual e municipal, é o responsável por estabelecer e fiscalizar as diretrizes e as normas das políticas nacionais de trânsito. O município, apesar de ter competências previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), precisa realizar um convênio junto ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), para efetivar sua integração nesse sistema, conforme prevê o artigo 24 do CTB. O artigo oitavo do Código estabelece que é preciso criar um órgão municipal executivo de trânsito, que, conforme a necessidade do município, pode ser uma secretaria já existente ou, ainda, uma divisão ou departamento de uma outra secretaria. No caso de São Gonçalo, essa atividade cabe à Guarda Municipal, estando todos os seus guardas credenciados para fiscalizar, autuar e aplicar multas àqueles motoristas que cometerem qualquer infração prevista na lei.

Os guardas municipais podem multar utilizando dois instrumentos. Alguns utilizam um *palm top* e outros o “Talão de Multa”. O *palm top* é um aparelho eletrônico que tem uma estrutura semelhante à de um celular. Ao aplicar multas, os guardas devem registrar, respectivamente: placa do veículo, marca, nome da rua, código da infração de trânsito e uma observação especificando o que aconteceu. No caso do *palm top*, a data e o horário já ficam gravados, mas, se necessário, é possível se fazerem alterações. Alguns guardas me disseram que não há muitos *palm tops* e, por isso, parte deles aplica as multas com o talão. Os *palm tops* ficam, normalmente, com aqueles que trabalham em “setores” do Alcântara e do Centro. No entanto, mesmo nesses setores mais movimentados, não há aparelhos para todos. As informações que constam no talão são as mesmas que as no *palm top*.

Percebi que alguns guardas municipais não multavam diretamente no *palm top* ou no Talão de Multas. Alguns tinham o hábito de anotar a placa e as informações principais, primeiramente, num bloco de papel. Algumas vezes, os guardas anotavam primeiro num

bloco, por se tratava de uma situação rápida, o que pode ocorrer, por exemplo, quando um motorista passa falando ao celular. Depois, eles passam as informações para o respectivo instrumento de aplicação de multa. Por vezes, dependendo do modo como o motorista se dirige ao guarda, a multa pode nem ser passada para o *palm top* ou talão. Caso o motorista chegue com “jeitinho”, dependendo da circunstância, a multa sequer é aplicada. Observei que há guardas que costumam anotar a placa de alguns veículos em um bloco somente para “dar medo para o motorista”, já que esse ato pode levá-lo a tirar o veículo de um local não permitido. Foi isso o que me disse, por exemplo, a guarda Flávia: “Às vezes, anoto para fazer uma pressão, para dar um medo. Mas, quando o cara já sai, eu nem passo para o *palm*”.

Em São Gonçalo, para além das orientações formais do CTB, a aplicação de multas é definida conforme a interpretação que, em cada contexto, cada guarda confere ao ato infracional. Com isso, na prática, diferentes agentes podem considerar as mesmas infrações como mais ou menos graves. Alguns consideram que, por exemplo, dirigir sem cinto de segurança pode “causar mais problemas ao trânsito”. Sandro é um desses. Ao ser questionado se multava muito, ele respondeu: “Eu só consigo multar quando não preciso puxar o trânsito, quando o trânsito está tranquilo, como hoje. Mas também não muito tudo, não”. O agente informou que costuma multar mais aqueles que dirigem sem cinto de segurança, já que “muitos motoristas não respeitam essa lei”. Diante da mesma questão, Laís afirmou que os casos em que mais multava eram os de motoristas que dirigiam falando ao celular. Segundo ela, não usar o cinto de segurança coloca em risco só a vida do motorista, já falar ao celular “coloca o motorista, os passageiros, os outros motoristas e eu [a guarda] em risco. Por isso, no celular, eu não perdoo, muito mesmo”.

Como assinalado, os guardas consideram impossível multar todas as ocorrências de trânsito, não só porque desempenham diversas funções na rua, como também porque inúmeras infrações ocorrem a cada minuto. Sendo assim, para além do desrespeito à lei, cada guarda deve ser capaz de julgar se o curso de ação em questão pode atrapalhar o trânsito e comprometer seu trabalho, o que, conseqüentemente, os leva a hierarquizar os atos infracionais segundo sua gravidade. Casos como, por exemplo, o avanço do sinal fechado costumam ser relevados pelos agentes. Em outras situações, porém, o guarda precisa ser mais rigoroso e aplicar a multa.

Todavia, mesmo nos casos em que a aplicação da multa parece inevitável, ainda resta alguma margem para sua negociação entre o infrator e o guarda municipal. Um caso

que pode ajudar a se refletir sobre esse ponto me foi contado pelo agente Queiroz. Segundo, ele:

“Teve uma vez em que um caminhão parou no meio da via para descarregar. Ficou ali, obstruindo a via. Aí os carros precisavam desviar dele e davam de cara com os carros que estavam na outra mão. A ambulância tentou passar, e o caminhão ficou impedindo, causou um transtorno total. O transtorno é inimigo do guarda. O cara estava atrapalhando tanto, que eu tive que notificar ele. Depois, ele chegou de boa, falou na moral, e eu abaixei a multa, deixei de dar gravíssima e só dei grave, mas, mesmo assim, notifiquei. É igual aqui com os ônibus. Quando eles chegam na moral, eu nem notifico, não, mas quando eles ficam no meio da via, esperando o outro ônibus chegar para frente, me atrapalhando e, depois, ainda vêm falar cheio de marra comigo, eu notifico mesmo.”

(Queiroz, guarda municipal há 3 anos)

A partir da fala do Queiroz, pode se perceber a alternância das lógicas que regem o fazer da Guarda Municipal de São Gonçalo. Dependendo da gravidade que a infração tem aos olhos dos agentes, o plano da lei e, às vezes, o da repressão tendem a ser aplicados. Entretanto, se, depois do ocorrido, o motorista “chegar de boa” para conversar com o guarda, o caso pode ser reconsiderado, levando a multa a ser esquecida ou pensada. Na situação descrita acima, por exemplo, o guarda deixou de aplicar uma multa gravíssima e deu, em seu lugar, uma grave. Porém, também pode ocorrer de o motorista “chegar cheio de marra”, e, com isso, aumentarem suas chances de receber uma multa ainda mais pesada. Tanto num caso como no outro, o personalismo substitui o individualismo, o que faz com que as regras, em vez de serem aplicadas igualmente para todos, sigam o princípio do “cada caso é um caso”. Como vimos, o sistema classificatório adotado para definir que tipo de atitude deve se empregar vai depender, muitas vezes, do tipo de relação estabelecida com o guarda, o que pode gerar tanto animosidades quanto relações de reciprocidade baseadas na consideração. Kant de Lima (1995) já enfatizou essa relação de igualdade à brasileira, assinalando que, entre nós, “as regras são sempre gerais para toda a pirâmide, mas como se destinam a segmentos desiguais em direitos e interesses, devem ser aplicadas particularizadamente através de sua interpretação por uma autoridade.” (KANT DE LIMA, 2009, p. 42).

Certa vez, testemunhei um conflito estabelecido entre Júnior, um guarda municipal que tinha ainda poucos meses de instituição, e um motorista que trabalhava para uma empresa de telefonia. O motorista havia parado seu carro em cima de uma calçada, na

esquina de um cruzamento, sem pedir autorização ao guarda. Eu estava um pouco distante e, por isso, não consegui escutar o que o guarda falou ao abordar o motorista, mas pude ouvi-lo responder ao agente com um tom de voz elevado: “Você não quer que eu trabalhe? Eu estou fazendo meu trabalho e não posso sair daqui!”. Posteriormente, perguntei ao guarda o que tinha acontecido, e ele me respondeu o seguinte:

“O cara acha que é só ir gritar comigo e pronto. Não é assim, não. Fui lá, disse que ele não pode parar ali, ele respondeu pra mim gritando, me falou que estava fazendo seu trabalho. Eu deixei quieto, disse que ia fazer o meu trabalho também. Tive que notificar. Não pode ficar gritando assim comigo, não. Depois, ele veio me perguntar se eu multei ele. Eu disse que tinha notificado ele, sim.”

(Junior, guarda municipal há cinco meses)

De acordo com o relato acima, não parece haver dúvidas de que a atitude do motorista foi determinante para a aplicação da multa. Isso acontece, porque, em casos como esse, os guardas sentem que sua autoridade não é respeitada e, conseqüentemente, são levados a aplicar, com rigor, as punições estabelecidas.

Durante a pesquisa, pude observar diversos casos em que a multa era usada como forma de punição. Em uma delas, estava no Alcântara e acompanhei uma discussão travada entre Queiroz e um motorista de ônibus. O ônibus estava tentando entrar no terminal e, nesse meio tempo, impedia a passagem dos outros veículos. Ao fim da discussão, perguntei ao guarda o que tinha acontecido. Ele estava irritado e me respondeu, enquanto mexia no *palm top*, que o motorista não estava o respeitando, que estava “falando com o cara na moral”, tinha pedido para que ele desse uma volta no quarteirão, de modo a não impedir o fluxo, mas o motorista teria o ignorado, “fingindo que não estava escutando”. Queiroz, então, foi até o despachante⁸² e disse que iria aplicar uma multa ao motorista, para que esse aprendesse a respeitá-lo. Por fim, o guarda me disse: “Eu sou uma autoridade aqui. Ele tem que aprender a me respeitar. Agora, estou dando uma multa para ferrar com ele mesmo.”.

82 Despachante é a pessoa que fica trabalhando nos pontos de ônibus, sendo de sua responsabilidade ordenar os horários de saída e chegada dos motoristas.

Muitos guardas costumam reclamar da influência militar na instituição, particularmente no que tange à maneira como são aplicadas as punições formais e informais. Entretanto, como estou tentando mostrar, em outros contextos, eles também empregam o paradigma repressivo-punitivo quando aplicam multas, não necessariamente para coibir atos infracionais, mas para punir aqueles que não reconhecem sua autoridade. A multa, nesse caso, sinaliza a existência de aspectos relativos à militarização que se faz presente não só na Guarda Municipal, mas, também, em outras instituições ligadas (ou não) à Segurança Pública. Quando os agentes da Guarda Municipal de São Gonçalo assumem a multa como um instrumento para a afirmação de sua autoridade, de certa maneira, estão assumindo uma postura consonante ao militarismo presente, também, nas instituições brasileiras de Segurança Pública (Da Silva, 1996; Dos Santos, 2004)

Certa vez, ao conversar com um grupo de guardas, o agente Robson me perguntou se eu já havia estudado outras Guardas Municipais. Respondi que, durante a graduação, observei o trabalho dos guardas municipais de Rio Bonito. Disse que lá, na época, eles também concentravam seu trabalho no trânsito, mas não podiam multar. Ele, então, comentou: “Nossa, eles deveriam ser muito desrespeitados, porque o que dá respeito à Guarda é a multa, assim como o que dá respeito a PM é a arma.”. Longe de ser uma manifestação isolada, essa perspectiva parece ser partilhada por diversos agentes, entre eles, a guarda Flávia. Certa vez, ela me contou sobre um curso de formação de que tinha participado há algum tempo, o projeto “*Crack*, é possível vencer”. A guarda me disse que tinha gostado muito do curso, principalmente da última semana, quando as aulas foram ministradas pela tropa de choque da Polícia Militar. Segundo a agente, eles ensinaram técnicas de mobilização e, também, a utilizar o *spray* de pimenta. Nossa conversa foi interrompida quando ela avistou um ônibus que tinha parado no meio da rua. A guarda, então, apitou, e o ônibus saiu. Em seguida, ela voltou dizendo que sua mão estava “coçando para multar esse cara”, porque ele tinha parado “no meio da rua”, impedindo, com isso, a passagem dos demais veículos. E continuou:

“É igual ao que o pessoal do choque da PM nos contou. Quando aquele povo está lá nas manifestações, eles estão lá para quê? Para levar porrada! Eles estão lá para isso e até gostam. Saem contando vantagem e mostrando pras pessoas: ‘olha esse roxo aqui, apanhei da policia’. O pessoal do choque falou isso. O policial só faz o que o contribuinte pede. Eles pedem pancada, e a policia dá. Aqui é igual. Se eles pedem multa, eu dou. Tem gente aqui que pede para levar multa, igual àquele motorista que parou o ônibus no meio da rua”.

(Flávia, guarda municipal há 8 meses)

Como se vê, aplicar ou não uma multa é uma decisão muito mais complexa, que deve ser tomada se levando em conta vários aspectos do contexto em questão, tais como o horário e o local da infração; o guarda que está em serviço; as relações personalizadas existentes; a gravidade da infração; a postura do infrator para com o guarda etc. A fala de Flávia, assim como os demais casos descritos nesta parte do trabalho, enfatiza que o paradigma repressivo-punitivo também influencia na aplicação da multa como uma forma de punir aqueles que não reconhecem a autoridade do guarda.

4.5.1. Em busca de uma legitimidade

Em agosto de 2014, foi sancionada a lei nº 13022, denominada *Estatuto Geral das Guardas Municipais*. Como já descrevi, essa lei procura complementar o parágrafo oitavo do artigo 144 da Constituição, instituindo normas gerais de atuação para a instituição. Além das competências, essa norma também discorre sobre as regras de criação, os princípios, a capacitação, as prerrogativas, a representatividade, o controle e as exigências para ser um guarda. O segundo artigo do Estatuto institui: “Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal” (Brasil, 2014, art.2).

Em meio aos diversos efeitos dessa nova regulamentação⁸³, um dos mais destacados entre os guardas municipais de São Gonçalo foi a discussão a respeito da necessidade do porte de arma de fogo para a instituição. Esse debate, contudo, não surgiu agora. Como foi enfatizado, ele já está presente desde 1988, quando o texto constitucional instituiu aos municípios a faculdade de criar Guardas Municipais. Já foi salientando que essa parte da Constituição é ambígua e vaga, já que não define, com precisão, qual é o papel dos municípios, nem, portanto, das Guardas Municipais nas políticas de Segurança Pública (Miranda, Mouzinho e Mello, 2003; Vargas e Oliveira Junior, 2010; Mello, 2011).

83 Uns dos aspectos importantes dessa lei é que ela estabelece a necessidade e a obrigação de haver um plano de cargos e salários para seus agentes. A Guarda Municipal de São Gonçalo não possuía, até o momento em que a pesquisa foi concluída, um plano de cargos. Isso era algo que os guardas reclamavam muito, já que as colocações consideradas como superiores na hierarquia institucional eram os “cargos de confiança”.

Sem possuir um papel claramente definido, essas instituições não têm clareza, também, sobre quais instrumentos devem utilizar no decorrer de sua atuação profissional. Até meados dos anos de 1990, a Guarda Municipal de São Gonçalo tinha o porte de arma, e, conforme me disseram agentes então ligados à instituição, as funções dos guardas não estavam centradas no trânsito e, sim, na proteção dos prédios públicos.

A posição dos guardas municipais a respeito do porte de arma de fogo pela instituição não é unânime. Alguns agentes acreditam que, se a Guarda se armar, eles correm mais riscos de serem mortos por “bandidos”, já que muitos guardas convivem diariamente com “traficantes” nas “comunidades” em que moram. Além disso, também “poderiam ser confundidos com PM”. Escutei isso, certa vez, numa conversa entre os guardas Fábio, Sandro e Miguel. Eles estavam comentando sobre as mudanças que o secretário iria anunciar no dia de aniversário da Guarda. Fábio disse que, na ocasião, o secretário iria informar sobre uma mudança na farda, tendo em vista sua adequação à lei que estava prestes a ser sancionada. O uniforme passaria, então, de bege para azul marinho. Perguntei o que o agente estava achando dessa modificação, e ele me respondeu: “Agora, com a farda igual à da PM e com arma, ninguém poderá subir o morro mais. Vamos ser confundidos com a PM, e vão querer matar todo o mundo lá. Não acho que é um bom negócio ter arma, nem mudar a farda, não.”. Miguel, porém, não concordou com ele. Disse que conhecia todo o mundo que morava perto de sua casa, inclusive os “traficantes”, e que, por isso, não correria riscos. E continuou: “Com a arma, vamos ser muito mais respeitados e vamos poder fazer alguma coisa. Quando acontece um roubo ou alguma coisa assim na rua, a gente não pode fazer nada, nem nos defender.”. Discussões como essas foram, muitas vezes, presenciadas por mim, principalmente nos dias próximos à votação e sanção da lei. Algumas delas eram iniciadas por perguntas minhas, outras partiam dos próprios guardas, que conversavam sobre o assunto. Tais opiniões não eram únicas e nem exclusivas desses guardas municipais. Escutei vários outros agentes falando coisas parecidas. Alguns deles, porém, procuravam enfatizar que, antes de se pensar na necessidade da adoção de uma arma de fogo, alguns pontos da “estrutura da Guarda” deveriam ser modificados. Quando conversei com o guarda Milton, há treze anos na instituição, ele me falou sobre isso. Ressaltou que, apesar de a arma “ser boa” para “dar mais respeito para o guarda, algumas coisas na estrutura da Guarda” deveriam ser modificadas, primeiramente. Por exemplo, o guarda não poderia ficar sozinho no seu “setor”, como eles ficavam; seria preciso ter rádio para eles se comunicarem e “boas

viaturas” em condições de uso; e, por fim, a Guarda não poderia mais atuar “puxando o trânsito”.

Como se vê, não há, na Guarda, uma opinião unívoca sobre o porte de arma. Ainda assim, deve se destacar que muitos acreditam que, com o porte de arma, eles seriam mais respeitados, no sentido de ter sua autoridade e um papel legitimamente reconhecidos. A arma, assim como a multa, seria um instrumento que lhes conferiria uma posição diferenciada em relação aos demais cidadãos. Mas será que a arma seria utilizada do mesmo modo que a multa, isto é, como um recurso de afirmação da autoridade imposta pelo paradigma repressivo-punitivo vigente em nosso Sistema de Segurança Pública? Miguel, ao assumir que, com a arma, eles vão poder “fazer alguma coisa” para o combate de roubos e crimes, e está assumindo que a ação dele e de seus colegas, no momento da pesquisa, não está voltada para uma “guerra contra a criminalidade”. O porte de arma, portanto, poderá levá-los a agir dirigidos para tal finalidade.

Quando entrevistei o comandante, perguntei o que ele achava da lei que tinha acabado de ser sancionada. Ele me disse que um dos pontos importantes da nova regulamentação é que a Guarda Municipal estaria legalmente autorizada a atuar fazendo algo que já faz informalmente, que é agir “repreendendo” pequenos furtos e roubos. Ressaltou, ainda, que, com essa lei, a instituição pode atuar como uma “força auxiliar da PM”, já que os guardas agiriam em “pequenos delitos”, enquanto os policiais iriam atuar “acabando com a criminalidade”. A fala do comandante, capitão da Polícia Militar, enfatiza, mais uma vez, a interferência da lógica militar não só na ação dos guardas municipais, mas, também, na representação dos seus gestores sobre o papel que lhes compete. De acordo com a perspectiva do comandante, a atuação do guarda deveria se centrar nos “pequenos delitos”, chamados informalmente, entre outros agentes da Segurança Pública, de “feijoadá”, o que, deve se dizer, se trata de uma visão reducionista das funções da Guarda Municipal.

No entanto, diversos são os agentes que compartilham dessa visão. Como consideram que possuem uma identidade subvalorizada, posto que seus atendimentos não estão relacionados, diretamente, ao combate à criminalidade, reivindicam o porte de arma na expectativa de ter o seu papel socialmente reconhecido não só pelos pedestres e motoristas, mas, também, pelos agentes de outras instituições ligadas à Segurança Pública. Ao fim e ao cabo, esses guardas municipais não possuem a intenção de se militarizar, e

pura e simplesmente. O que esses agentes parecem querer é ser alguém, ter um lugar, um papel e uma identidade socialmente reconhecida.

4.6. Reciprocidade, jeitinho e esquema

No exercício cotidiano de regulação do trânsito, é comum os guardas estabelecerem relações de reciprocidade com o entorno, que podem se dar de várias formas. Como vimos, quando o motorista “chega de boa” ou com “jeitinho”, é comum que o guarda o deixe estacionar, mesmo em locais proibidos. Queiroz, por exemplo, costumava dizer que, quando o motorista chegava “de boa”, ele deixa estacionar, mas, quando o “cara” chega “cheio de marra”, ele multa. Durante a pesquisa, observei diversas situações desse tipo. Certa vez, estava observando o trabalho do guarda Fábio, no Alcântara, e um motorista parou seu carro em cima da calçada, perto de uma banca de jornal. O motorista foi falar com o agente e pediu autorização para “parar ali rapidinho” e ir até a peixaria. Fábio, por sua vez, deixou o estacionar. Quando perguntei se ele tinha autorizado, o agente me respondeu que sim, já que o motorista tinha pedido com “jeitinho” e iria “só ali na peixaria”. É importante observar, contudo, que a maneira como o motorista aborda o guarda nem sempre é suficiente para lhe garantir um tratamento complacente. A guarda Laís, por exemplo, me disse que, “às vezes, o cara até pede com jeitinho, mas, se o trânsito estiver ruim, não tem como deixar”. Fundamentalmente, isso quer dizer que a postura do infrator é apenas um dos aspectos a serem levados em conta quando o guarda decide pela aplicação da lei ou pela utilização do “bom senso”.

Em alguns casos, quando o guarda deixa o motorista estacionar, ele pode ganhar, em troca, um “agrado”. A troca, nesse caso, se dá entre uma atitude do guarda e um objeto material, que pode ser uma garrafa de água, um suco, um salgado, mas nunca dinheiro. Explicarei, mais adiante, o porquê disso. Júnior, diferentemente de alguns guardas que diziam não gostar de tais “presentinhos”, afirma que não vê problema em receber esse tipo de agrado. Certa vez, ele me explicou como se davam essas relações:

“Tem muitos colegas meus, da minha turma, que acham ruim a gente aceitar uma coisa, um presentinho que dão para gente. Eu não acho, não. Outro dia, um cara parou aqui na frente e pediu para deixar ele ir na peixaria rapidinho. Como ele foi educado comigo, eu fui lá e deixei. Na volta, ele me entregou uma garrafa de água. Eu não vou aceitar? Eu não pedi nada. Ele é que está me dando. Não tem problema

nenhum! Eu aceitei. Outra situação, também, quando vou na lanchonete, como um italiano e bebo uma coca. Quando vou lá para pagar e pergunto ‘quanto deu chefe?’, o cara me responde que não deu nada, não. Eu não vou aceitar? Eu não pedi nada. Ele é que disse que não precisava pagar. Mas, no outro dia, ele tinha pedido para poder parar na calçada para descarregar a mercadoria dele, e eu deixei. Aliviei o lado dele, e, depois, ele quis me dar um agrado. Mas eu não peço nada, não, e nem aceito dinheiro. Teve outra vez em que tinha um cara dirigindo na contramão. Eu pedi para ele parar, para falar com ele que ali era contramão e que ele podia levar uma multa. Ele me pediu desculpas, passou a mão na carteira e tirou cinquenta reais para me dar. Eu não aceitei, não, e ainda disse que, se ele insistisse, eu ia levar ele preso. O cara ficou sem jeito, pediu desculpas de novo e saiu de fininho.”

(Júnior, guarda municipal há 5 meses)

Como demonstra a fala de Júnior, o estabelecimento de relações de reciprocidade não é algo incomum na atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo. No exemplo apresentado, o motorista falou educadamente com o guarda, e, como consequência, esse deixou que ele estacionasse o veículo em algum lugar proibido. Como retribuição, o agente ganhou um “presentinho” do motorista. As relações de reciprocidade constituem uma das bases do plano informal que, como vimos, define o emprego do “bom senso” pela Guarda Municipal. Como assinala Mauss (2013), a coisa dada, independentemente de ser uma atitude ou um objeto material, carrega consigo um *hau*. Junto àquilo que é dado, há o estabelecimento de uma dívida, que só é saldada com um outro contradom. Por isso, ao receber algo, uma das obrigações, quer seja do guarda ou do motorista, é retribuir, mesmo que não diretamente, aquilo que foi dado.

Como destacado na fala do Júnior, esses “presentinhos” não podem ser nenhuma quantia em dinheiro, posto que, na visão de parte dos agentes, quando tem dinheiro envolvido ou, mesmo, quando se pede algo em troca de um favor, não se trata mais de “agrado” e, sim, de um “esquema”. Falar que um outro guarda tem um “esquema”, dependendo de quem e para quem está se dizendo, pode ser tanto uma acusação como uma brincadeira. Seja como for, isso nunca é visto de maneira positiva. Flávia e Igor, por exemplo, algumas vezes, brincam entre si, dizendo que o outro tem um “esquema no trânsito”. Apesar do tom descontraído, via de regra, aquele que é alvo da gozação procura desmentir o colega⁸⁴.

84 Isso, evidentemente, tinha a ver, em parte, com a preocupação quanto ao que eu poderia escrever a esse respeito em minha dissertação. Todavia, com base nos dados obtidos, acredito que não fosse essa a razão principal do desmentido.

Certa vez, estava junto a Laís, no seu “setor”, e, então, parou um guarda chamado Natan, há quase trinta anos na instituição. Os dois comentaram sobre o caso de outro guarda, que havia sido punido e, por isso, trocado de “setor”. Natan, que já não atuava mais no trânsito, disse que, hoje, os guardas não atuam mais como faziam antes. Segundo ele, em sua época, os guardas não hesitavam em “pegar as coisas” e fazer o “esquema” que fosse. Laís, por sua vez, disse que não conseguia agir dessa maneira, ao que o guarda respondeu:

“Agora, também não dá mais para fazer isso. Tem muitas câmeras para vigiar os guardas. Mas, na época que eu trabalhei, eu pegava tudo, dinheiro, refrigerante, comida... Eu fazia isso mesmo, porque aquela Guarda não tinha jeito, e, se eu não pegasse, alguém iria pegar. Tinha um comerciante que não dava dinheiro, mas dava refrigerante e comida do bar. Eu voltava para casa com seis litros de refrigerante e muitos biscoitos para as crianças. Quando acabava, falava para o cara: ‘A garganta está seca.’ [Imitou uma garrafa com a mão e fez como se estivesse bebendo]. O cara, na hora, me dizia para pegar tudo que eu quisesse.”

(Natan, guarda municipal há cerca de 30 anos)

Soube depois, por outros guardas municipais, que esse agente era visto, pelos demais, como “corrupto”, já que tinha o costume de pegar dinheiro ou objetos materiais em grande quantidade. Assim como observado por Barbosa (2006), em relação à distinção entre o jeitinho e a corrupção, no caso que estou tratando, as definições de “agrado” e “esquema” não são unívocas ou consensuais. Aquilo que, para um, é classificado como “esquema”, para outro, pode ser considerado somente um “agrado”. Na visão de muitos guardas, entretanto, percebi que era classificado como “esquema” todo caso em que o guarda, por mais de uma vez, recebia ou pedia recursos materiais em quantidade considerável, fosse dinheiro ou um objeto material, como, por exemplo, bebidas ou comidas. A corrupção ou o “esquema”, no caso, também estabelecem uma obrigação por parte do guarda municipal. Em troca daquilo que recebeu, ele precisa “aliviar a situação para o motorista”, ou seja, agir de acordo com o plano informal e, quando necessário, deixar o outro estacionar em local proibido, sem o risco de receber uma multa. A presença dos “esquemas”, no contexto cotidiano dos guardas municipais, também está vinculada à maneira como usualmente se dá a administração dos conflitos no Brasil. Como já mostrou Kant de Lima (2013), a obrigatoriedade de obediência a regras abstratas, como acontece nos casos observados, pode gerar uma burla sistemática socialmente legítima, por meio do

uso do jeitinho, impedindo a formulação de qualquer protocolo para a atuação de modo uniforme. A corrupção seria uma das consequências possíveis do exercício desse poder arbitrário, que, no caso em questão, é informado por um sistema classificatório de bases ora formais, ora informais.

Segundo vários agentes, quando um guarda “alivia” para um motorista por causa de um “esquema”, ele não estaria agindo com “bom senso”. Percebi isso observando uma conversa entre os guardas Igor, Kaio e Flávia. Igor dizia que, na manhã daquele dia, um motorista de van tinha oferecido uma quantia de dinheiro a um outro agente, o Djalma, para que ele lhe permitisse fazer ponto em um local proibido. Igor disse que o guarda tinha ficado “irritado” com o motorista e ameaçou levá-lo preso caso continuasse insistindo na proposta. Os três agentes envolvidos na conversa concordaram com a atitude de Djalma e disseram que, em seu lugar, agiriam da mesma forma. A guarda Flávia acrescentou, ainda, que, “se ele deixasse, não estaria agindo com bom senso. Bom senso é você deixar o cara parar ali porque você acha que ele não vai te atrapalhar. Isso é bom senso. Agora, você deixar o cara parar porque quer ganhar algo, isso não é bom senso”.

Conforme procurei enfatizar, o idioma preferencial para se levar um guarda a agir com “bom senso” e, portanto, ser mais flexível é o jeitinho. No entanto, durante o trabalho de campo, presenciei, também, casos em que o “sabe com quem está falando?” (Da Matta, 1997) era empregado. Certa vez, observava o trabalho da guarda Beatriz num “setor” no Centro, em frente a um ponto de ônibus, quando um carro se aproximou, e, dando a seta como se fosse subir na calçada, o seu condutor falou para a guarda: “Eu vou entrar aí.”. A guarda respondeu que ali não podia e que ele deveria dar a volta. Pouco tempo depois, o motorista voltou ao local, demonstrando estar bastante irritado. Com uma carteirinha em mãos, ele falou, em um tom de voz elevado: “Eu trabalho na Câmara e sempre paro aqui. Nunca tem problema! Agora, você vem me dizer que eu não posso? Eu trabalho na Câmara, olha! [Mostra a carteirinha da Prefeitura para a guarda.]”. Convicta de sua postura, a guarda respondeu que tinha recebido ordens de não deixar ninguém parar em cima da calçada. Em seguida, pegou um bloquinho e começou a anotar as placas dos carros estacionados irregularmente. Pouco a pouco, à medida que a guarda fazia as anotações, iam aparecendo os respectivos motoristas para tirar seus veículos. Alguns tentavam conversar com a guarda, a fim de convencê-la a não lhes aplicar multas. Depois que anotou as placas, a guarda foi para o outro lado do seu “setor”, afirmando que não gostava de levar “carteirada”. Disse ela:

“Não gosto que deem carteirada em mim e não aceito isso. Mas, se o cara chega com um jeitinho e diz ‘sou seu colega, deixa eu parar aqui rapidinho, se não te atrapalhar’, eu até deixo, sem problemas. Nem precisa dizer de onde é, mas o negocio é chegar com jeitinho.”

(Beatriz, guarda municipal há cerca de 3 anos)

Assim como Beatriz, vários outros guardas reagem negativamente ao emprego da “carteirada”. A exemplo dela, preferem o uso do jeitinho, que, como assinala Da Matta (1997), se baseia, sobretudo, na “cordialidade”, na “barganha” e, de certa forma, na “malandragem”. Embora o jeitinho costume ser acionado positivamente em comparação com o “sabe com quem está falando?”, muitos agentes consideram São Gonçalo, principalmente no Centro, “uma cidade muito política”, mais propícia ao emprego do segundo expediente do que do primeiro. Por conta da proximidade da prefeitura, é bastante frequente, segundo os guardas, o emprego da “carteirada”. O guarda Guilherme, por exemplo, disse que essa característica da cidade interferia diretamente no seu trabalho, principalmente quando era preciso multar ou impor alguma regra. De acordo com o agente, São Gonçalo “é a cidade do jeitinho. Todo mundo quer dar um jeitinho em alguma coisa ou fala que conhece alguém para conseguir algo. Aqui, todo o mundo é alguma coisa ou parente de alguém”. Apesar de o “jeitinho” e o “sabe com quem está falando?” serem rituais diferentes, com características bastante distintas, não há como ignorar que ambos são mecanismos que transformam indivíduos em pessoas, já que, nos dois casos, tende a haver uma aplicação particularizada e pessoalizada da lei (Da Matta, 1997).

5. Considerações Finais

Como vimos, as funções e atribuições da Guarda Municipal foram formalmente estabelecidas no oitavo parágrafo do artigo 144 da Constituição (Brasil, 1988). No entanto, muitos autores já apontaram que o texto constitucional não define claramente como a Segurança Pública deve ser tratada em âmbito municipal e, nem mesmo, qual seria o papel da Guarda nesse contexto (Miranda, Mouzinho, Mello, 2003; Vargas e Oliveira Júnior, 2010; Mello, 2011). Em razão de tal indefinição, as mais diversas interpretações sobre as competências da Guarda Municipal passaram a existir em todo território nacional, dadas e partilhadas não só por pesquisadores que pensam a respeito, mas, também, pelos gestores e demais agentes incluídos em tais contextos. As interpretações oscilavam entre, de um lado, as definições mínimas, que relacionam mais diretamente o fazer da Guarda Municipal com a proteção do patrimônio público (em sentido estrito), e, de outro lado, as definições máximas, segundo as quais a função da instituição incluiria, por exemplo, a proteção e cuidado dos cidadãos então encarados como parte do patrimônio público (no sentido lato).

A lei nº 13.022, sancionada em agosto de 2014 e formalmente conhecida como “Estatuto Geral das Guardas Municipais”, procurou aprimorar o texto constitucional, listando dezoito possíveis funções dentro do quadro de competências da instituição. Apesar do aparente distanciamento em relação à definição mínima, textualmente presente no artigo 144 da Constituição, isso não quer dizer que as diferentes Guardas Municipais serão obrigadas a agir levando em conta todas essas atribuições. Pelo contrário, as definições do fazer de cada Guarda variarão conforme as demandas e necessidades de cada contexto específico. Sendo assim, dadas as múltiplas possibilidades de atuação empiricamente apresentadas, Guardas Municipais de diferentes localidades tenderão a assumir identidades também distintas. Por essa razão, para compreender a atuação das Guardas Municipais, é preciso, antes de tudo, procurar entender as particularidades dos respectivos municípios em que estão inseridas. Em relação a São Gonçalo, por exemplo, não é possível desconsiderar que, embora a cidade possua mais de um milhão de

habitantes⁸⁵, as relações construídas no espaço público tendem a ser pautadas por valores como proximidade, familiaridade e pessoalidade (não é por acaso que o município é conhecido como “cidade das praças”). As formas de sociabilidade local, no caso, influenciam diretamente no fazer dos guardas, que, conforme procurei demonstrar, atuam com base em ideias e valores próprios das relações informais tecidas durante o exercício de sua função.

Conforme mencionei diversas vezes, o ditado popular que intitula este trabalho — “Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar” – sugere que o trânsito da cidade é caótico e desorganizado. Essa maneira de enxergar o trânsito, evidentemente, não é infundada. Do ponto de vista das representações, ela possui uma íntima relação com as diversas categorizações que São Gonçalo foi recebendo ao longo de sua história. Assim, se, no passado, a cidade era conhecida como a “Manchester Fluminense”, hoje, é vista como uma “terra sem lei”, o que, segundo uma visão amplamente difundida, decorreu do fato de São Gonçalo ter sido “invadida” por “gonçalenses desenraizados”, transformando-se, assim, em uma “cidade dormitório”. Dessa forma, se, no imaginário dos “gonçalenses históricos”, a lembrança dos tempos em que a cidade era reconhecida por sua produção industrial permanece viva, igualmente presente é a imagem de São Gonçalo enquanto uma “terra sem lei”, cujo trânsito “caótico” reflete a postura descompromissada e indiferente daqueles que aí se instalaram sem possuir uma genuína relação de pertencimento ao município.

Conforme procurei assinalar, o trânsito não é importante apenas para a Guarda Municipal, mas uma questão cara a todo o município. Nesse sentido, a perspectiva de que a Guarda atua somente naquilo “que sobra” corresponde a uma visão reducionista do papel da instituição. Isso o é, porque os guardas municipais desempenham uma importante função na administração dos conflitos cotidianos que acontecem, inclusive, no trânsito. Eles estão presentes no dia-a-dia das ruas da cidade, tanto “puxando o trânsito” quanto mediando discussões entre motoristas, prestando socorro a pessoas que passam mal etc. Dessa forma, a Guarda Municipal de São Gonçalo acaba por se aproximar do tipo ideal, construído por Vargas (2010), de uma “Polícia Comunitária”, que estabelece políticas de proximidade junto à população, atuando de forma preventiva na administração dos

85 Segundo o IBGE, a população estimada para o ano de 2014 é de 1.031.903 milhões de habitantes. URL: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330490>>. Acesso: 01/04/2015.

conflitos locais⁸⁶. Por outro lado, ela se aproxima, também, em outros momentos, do paradigma repressivo-punitivo, próprio de uma “Polícia Municipal” (Vargas, 2010), sobretudo, porque emprega a multa para ter sua identidade socialmente reconhecida. No Capítulo 2, desenvolvo mais detidamente como representações e práticas militares, recorrentes na área de Segurança Pública, também se fazem presentes na Guarda Municipal de São Gonçalo. Como vimos, alguns princípios militares estão claramente presentes no universo de seus agentes, como, por exemplo, a disciplina e a hierarquia, que se notabilizam não só no Regulamento Interno, como, também, em algumas ações cotidianamente adotadas, tanto para dentro quanto para fora da instituição.

No terceiro capítulo, exploro o “bom senso” como uma categoria chave para compreender os valores e ideias que informam a atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo, particularmente na regulação do trânsito. Muito embora já tenha apresentado inúmeros exemplos de descrições e falas que buscam definir em que consiste o “bom senso”, trago, aqui, uma última explicação que me foi dada pelo guarda Umberto, num dos primeiros dias em que estive no Alcântara. Ele era um dos agentes mais novos da Guarda Municipal de São Gonçalo e ficava num “setor” próximo à entrada da Rua Doutor Alfredo Backer. Ao ser informado do meu interesse pelo emprego da categoria e suas implicações na regulação do trânsito, o agente me disse o seguinte:

“Tá vendo aquela caminhonete preta ali? Ela está parada irregularmente [a caminhonete estava parada numa esquina e perto do sinal de trânsito]. Eu vou lá, vou falar com ela para sair [o carro saiu nesse momento]. Está vendo? Nem precisou, mas, se ela continuasse ali, eu teria que pedir para ela sair. E, se o cara insistisse, eu teria que multar. Mas dá uma olhadinha mais para trás, tem uma Kombi branca, não tem?! [Confirmo que sim.]. Então, essa Kombi é daquele carinha que vende batata frita ali, numa barraca um pouco mais na frente do carro. Ele para ali todo dia, por volta das dezoito horas, para descarregar as suas coisas e pegar o que precisa depois. Eu não vou deixar ele parar? Ele para ali todo dia, é o ganha pão dele, não vou deixar? Tenho que deixar, é diferente do outro cara. Então, Talitha, eu tenho que ter bom senso, tenho que saber quando posso deixar parar e quando não posso. [Ele aponta para trás e continua a falar.] Está vendo essa moça dessa barraquinha atrás de nós? Ela, todo dia, vem aqui, fala comigo e pede

86 A partir de uma análise da Guarda Municipal de Belo Horizonte, Vargas (2010) construiu um modelo analítico para pensar essas instituições “como realizações empíricas que conjugam características de três tipos de estrutura de policiamento e de estilos ou perfis de atuação” (p. 52). As tipificações produzidas a partir da análise compreendida foram as seguintes: Polícia Municipal, agindo na prevenção e repressão, tal qual [assim como?] um policiamento ostensivo; Polícia Comunitária, em que a instituição estabeleceria políticas de proximidade junto à comunidade, atuando de forma preventiva e administrando os conflitos locais; e Guarda Patrimonial, que, tal qual prevê a Constituição, possui atribuições centradas na defesa do patrimônio e do espaço público.

para deixar parar o carro do outro lado da rua, para deixar ela guardar as coisas dela. Aí, eu vou e deixo né?! Ajo com bom senso. [Passa um tempo e ele continua.] A multa, para mim, Talitha, é uma consequência. A multa é uma consequência. Por exemplo, esse carro aqui na frente, esse Vectra branco, vamos dizer que ele ultrapasse o sinal. Ele está me vendo aqui, mas, mesmo assim, ele ultrapassa o sinal e põe a vida dos pedestres que estão atravessando em risco. Aí, eu vou multar! Ele colocou a vida das pessoas em risco. A multa é uma consequência disso. Ou, então, se ele parasse irregular, e eu chegasse ali pra falar com ele, se ele não me respeitasse, merecia uma multa. Mas, se o cara chegar e pedir 'por favor' e falar que é rápido, aí eu deixo. Mais cedo, teve um cara que chegou para mim e disse que precisava parar rapidinho em cima da calçada, porque ele tinha um cadeirante como passageiro e precisava levar ele no médico. Aí, eu deixei ele parar né. [Ele foi puxar o trânsito e, depois de um tempo, continuou a falar comigo.] Não dá para levar tudo a ferro e fogo, Talitha. Se você for contar quantos motoristas passam aqui sem cinto... Quer ver? Olha só! [O sinal abriu, e, dos cinco primeiros carros que passaram, todos os motoristas estavam sem cinto.] Viu?! Cinco, só agora! Então, imagina se eu levar a ferro e fogo. Vou passar o tempo todo só multando e não vou poder fazer meus afazeres no trânsito. Eu não muito muito, não, mas tem outros guardas novos que multam muito, receberam o talão agora e só querem saber de multar. [O semáforo fecha, e para, em nossa frente, um carro com duas mulheres dentro.] Olha só essas duas aqui, estão sem cinto. [Ele chama a atenção das duas com o apito e pede para elas colocarem o cinto.] Mas, se eu pego o talão de multa, as coisas mudam, olha só! [Ele pega o talão de multa e fica com ele na mão. Passa um tempo, ele continua a falar baixinho, para que um motorista próximo a nós não perceba,] Olha só! Dá uma olhada discreta e vê se, agora que eu peguei o talão, o taxista ali na frente não colocou o cinto. [Na hora, eu vejo o taxista colocando o cinto de segurança. Então, confirmo para ele que sim.] Está vendo, as coisas são assim, as pessoas têm medo da multa, têm medo da canetada. [O sinal abre, o taxista passa e buzina para o guarda. Umberto finaliza sua fala,] Está vendo! [E guarda o talão de multas.]”

(Umberto, guarda municipal há um ano)

Embora saiba que é incomum o emprego de citações longas na parte final das dissertações de mestrado, fiz questão de fazer essa longa transcrição, pois, para mim, de todas as falas, exemplos e definições que poderiam e foram apresentadas durante a pesquisa, essa é a que explica mais claramente o que seria o “bom senso”. Não se trata, conforme procurei demonstrar, de algo simples, que pode ser definido em duas linhas. Pelo que depreendi, trata-se de um saber complexo, que engloba a maneira como os guardas municipais ordenam, separam e, principalmente, classificam tudo aquilo que está inserido no contexto de seus “setores” e que, conseqüentemente, é passível de influenciar suas ações. A fala de Umberto, de alguma maneira, sintetiza grande parte daquilo que tentei discutir no trabalho como um todo.

Como vimos, a principal função dos guardas municipais nas ruas de São Gonçalo é “fazer o trânsito fluir”. Entretanto, isso não implica em simplesmente concentrar suas

ações no fluxo de veículos. Pelo contrário, para “fazer o trânsito fluir”, é preciso saber lidar com todos os tipos de situações e conflitos que ocorrem nos seus respectivos *setores*. Por isso, preocupei-me em descrever casos que pudessem mostrar como os guardas municipais agem nos múltiplos e diferentes momentos de seu cotidiano profissional, seja seguindo as regras empregadas no plano formal ou o informal.

Somente agora, ao final da dissertação, dou-me conta de que as situações descritas se complementam e que, observando-as em conjunto, se faz possível compreender como os guardas municipais conferem sentido ao seu trabalho e, pode se dizer, a si mesmos. Todavia, no dia em que conversei com Umberto, percebi que o que me havia sido dito parecia importante, e, por isso, assim que ele terminou de falar, corri para um canto da rua, para anotar o que ainda estava fresco em minha memória. Ao discorrer sobre o que estava acontecendo a nossa volta, o agente me mostrou, de forma didática, que trabalhar organizando o trânsito de São Gonçalo não é apenas aplicar o que está escrito no Código de Trânsito Brasileiro. É preciso, para além disso, ser capaz de identificar e avaliar os inúmeros aspectos que compõem o contexto em questão, classificá-los, para, aí sim, saber como agir, seja conforme o plano formal ou o informal. A partir da fala desse e de outros agentes, passei a encarar o “bom senso” como um sistema simbólico por meio do qual os guardas municipais de São Gonçalo procuram ordenar um universo convencionalmente definido como caótico. Nesse sentido, analisar as categorias e representações existentes sobre a cidade se revelou essencial não só para entender o significado das ações dos meus interlocutores, mas, também, para compreender o que era ser guarda municipal segundo tais agentes.

Pelo que foi possível observar, há um certo senso comum, partilhado pelos guardas, que acaba sendo denominado, por muitos deles, como “bom senso”. De certo modo, essa perspectiva se aproxima da concepção apresentada por Geertz (2012), segundo a qual o senso comum e o bom senso seriam sinônimos, isto é, sistemas culturais, formas de explicar os fatos da vida cotidiana. Como mencionei, para os guardas municipais de São Gonçalo, não há uma definição generalizada e única sobre o significado do “bom senso”. No entanto, pode-se afirmar, com segurança, que, para os agentes em geral, não se trata de algo que necessariamente se opõe a lei. Ao invés disso, o emprego do “bom senso” implica em saber quando aplicar a lei e, também, quando é necessário passar por cima ou ao largo dela. Desse modo, se fôssemos pensar num esquema, não seria correto colocar o “bom senso” num pólo oposto ao da lei, já que os guardas municipais não agem,

necessariamente, nem conforme o plano formal, nem conforme as regras informais por eles estabelecidas. Conforme procurei ressaltar ao longo do trabalho, pensar e agir com “bom senso” pode ter a ver com qualquer uma dessas orientações, dependendo, conforme afirmei várias vezes, do contexto em questão. Quando, em determinadas situações, os guardas me diziam que “não podem agir com bom senso” ou, mesmo, que, “às vezes, é preciso agir na lei”, na verdade, o que estavam enfatizando é que, em determinadas circunstâncias, para aplicar a lei, é preciso ferir o bom senso. Mas, em outras circunstâncias, o próprio “bom senso” diz ao guarda para adotar uma atitude em conformidade com o plano formal. A análise do “bom senso”, como um artesanato local, capaz de dar sentido à realidade de agentes que participam de um processo cotidiano de produção de significações (GEERTZ, 2012), nos mostra que, dadas as idiossincrasias do seu contexto de atuação, o guarda municipal de São Gonçalo se vê-se obrigado a transitar entre o plano formal e o informal, ou seja, entre o mundo das leis e o mundo das práticas, aproximando-se, conforme cada caso, mais de um ou de outro plano.

Em relação à relativa flexibilidade que envolve o uso do “bom senso”, percebi que guardas diversos, em situações distintas ou, até mesmo, nas mesmas situações, podem considerar o “bom senso” de maneiras diferentes. Logo, a maneira como cada agente vai agir em certas situações, e, por consequência, sua definição de “bom senso” serão informadas por “moralidades situacionais”, conforme bem definiu Lucía Eilbaum (2012). Essas moralidades, além de serem diversas, podem ser – e, efetivamente, são – atualizadas no cotidiano, no exercício prático do dia-a-dia. Assim, se, teoricamente, uma lei federal como, por exemplo, o Código de Trânsito Brasileiro, se aplica a todos e tem pretensão de ser universal, na prática, ela é passível de ser interpretada e, portanto, aplicada de múltiplas maneiras, conforme cada contexto. No caso em questão, o que pretendo afirmar é que, enquanto a lei, de certa forma, engessa a realidade ao lhe impor a gramaticalidade do *dever ser*, o fazer da Guarda Municipal de São Gonçalo – como decerto ocorre com tantas outras Guardas espalhadas pelo Brasil – tem, por fundamento, uma série de apropriações práticas que acabam se constituindo no seu *ser*, que ora se conjuga com o plano formal, ora não.

Desse modo, pelo que pude depreender, a identidade dos guardas municipais de São Gonçalo se constitui, fundamentalmente, a partir da aquisição e manipulação de um saber prático. A sua identificação como o “faz tudo” está intimamente relacionado com esse saber prático, isto é, com o fato de eles se incumbirem das mais diversas demandas

que se impõem ao seu fazer cotidiano. Ironicamente, muitos desses agentes acreditam que o trabalho que desenvolvem “não é reconhecido”, que o serviço que eles prestam é invisível perante a população. Afinal, quem “faz tudo”, no final das contas, não faz nada! Daí advém o anseio manifestado por muitos deles de querer ser alguém, ter um papel e uma identidade socialmente reconhecida. Segundo observei, em geral, eles só adquirem uma identidade visível diante dos demais quando desenvolvem relações personalizadas (agindo, portanto, conforme o plano informal) ou quando, no extremo oposto, aplicam a multa como forma de punição (orientados, no caso, pelo paradigma repressivo-punitivo). Por essas e outras, antes de se discutir sobre o porte de arma de fogo ou de qualquer outro instrumento tido como necessário para a atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo, é preciso que seus agentes reflitam sobre a maneira pela qual, afinal de contas, eles desejam ser publicamente reconhecidos.

6. Referências Bibliográficas

AMORIM, Maria Stella. *Homens Burocráticos: sociologia das organizações públicas do Nordeste Brasileiro*. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1975.

ARAUJO, Victor Leonardo F. C. ; MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da Manchester Fluminense . *Cadernos do desenvolvimento fluminense*, v. 4, p. 65, 2014

AZEVEDO, Joelma de Souza de. *Registrar Para Quê? Uma análise aas formas de registro dos atendimentos da Guarda Municipal De São Gonçalo (RJ)*. 2012. 166 folhas. Dissertação de Mestrado em Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de ; VASCONCELLOS, F. B. . O Inquérito Policial em Questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre a fragilidade do modelo brasileiro de investigação criminal. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 26, p. 59-75, 2011.

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In: LASK, Tomke (org.) O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARBOSA, Antonio Rafael; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes; KANT DE LIMA, Roberto; SILVA, Edilson Marcio. Reflexões sobre a municipalização da segurança a partir do diagnóstico de segurança pública do município de São Gonçalo (RJ). *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, p. 386-408, 2008.

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho Nacional de Trânsito. Departamento Nacional de Trânsito. *Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em vigor*. Brasília: DENATRAN, 1998.

- BRASIL. Instituto Cidadania. *Plano Nacional de Segurança Pública*. Brasília, 2003
- BRASIL. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. *Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais*. Brasília, 2005. Disponível em:<http://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/brazil/documents/matrizcurricular.pdf> Acesso em: 09 de agosto de 2014.
- BRASIL. Lei Nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. *Estatuto Geral das Guardas Municipais*. Brasília: Senado Federal, 2014.
- BRETAS, Marcos Luiz. A Guarda Municipal no Rio de Janeiro: Estudos de caso no Rio de Janeiro e Macaé. In: MISSE, Michel e BRETAS, Marcos Luiz (organizadores). *As guardas municipais no Brasil: diagnóstico das transformações em curso*. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ/: Booklink, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do Antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.
- CARUSO, Haydée Glória Cruz. *Entre ruas, becos e esquinas: por uma antropologia dos processos de construção da ordem na Lapa carioca*. 2009. Tese Doutorado em Antropologia - Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*.(6 ed.) Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOS SANTOS, Daniel. Drogas, Globalização e Direitos Humanos. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. Niterói, nº 16, 1º sem, 2004, p.21 – 53.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação – Contribuição para o Estudo das Representações Coletivas. In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

EILBAUM, Lucia. *'O bairro fala': conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Editora Boitempo. 1º Edição, 2008.

GASPARY, Marisa Chaves de Souza. *A municipalização da Saúde em São Gonçalo*. 1996. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos Ensaio em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 2012.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. Biblioteca. *Sinopse estatística do município de São Gonçalo – Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: "http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/164/se_rj_sao_goncalo.pdf"http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/164/se_rj_sao_goncalo.pdf. Acesso: 24 de março de 2015 às 11h54min.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos* (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº50, 2º semestre, 2000, p. 45-123.

KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMOND, José Augusto (orgs.). *O*

Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v.11, 2003

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF: UNB, Vol. 2. pp 25-51, 2009.

KANT DE LIMA, Roberto. Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 6, 2013.

LAGE, Lana; SOUZA, Suellen André de; MELO, Francisco José Pereira. Entre Práticas e Representações: a atuação da Guarda Civil Municipal de Campo dos Goytacazes. In.: MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma Souza de; ROCHA, Talitha Mirian do Amaral (orgs.) *Políticas Públicas de Segurança Municipal - Guardas Municipais: saberes e práticas*. Niterói: Consequência, 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural I* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Brasil Urbano. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro (org.) *Metrópoles*, Rio de Janeiro. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo e FASE, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In.: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In.: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELLO, Kátia Sento Sé. *Cidade e Conflito: guardas municipais e camelôs*. Niterói: EDUFF, 2011.

MENDES, Fábio Luiz da Silva. *Democracia em São Gonçalo – 1945-1960*. 2002. Monografia de conclusão de curso de Licenciatura Plena em História - Faculdade de Formação de Professores/UERJ. São Gonçalo, 2002.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. MOUZINHO Gláucia Maria Pontes; MELLO, Kátia Sento Sé. Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”. *Comum*, vol. 8, nº 21, julho/dezembro de 2003, p. 39-65.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança: considerações para construção de políticas públicas de segurança. In: PINTO, A. S. & RIBEIRO, L. M. L. (orgs.). *A análise criminal e o planejamento operacional*. Rio de Janeiro: Rio-Segurança, 2008.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de, PAES; Vivian Ferreira; FREIRE, Letícia Luna. *A gestão da segurança pública municipal no Estado do Rio de Janeiro*. In: Revista Brasileira de Segurança Pública, v.3, p.30 - 54, 2008.

MIRANDA, Ana Paula Miranda; PITA, Maria Victoria. Rotinas burocráticas e linguagens do Estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. *Revista de Sociologia e Política* v. 19, p. 59-81, 2011.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Cada caso é um caso: saberes e poderes em conflito na construção das estatísticas oficiais. In: MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma Souza de; ROCHA, Talitha Mirian do Amaral (orgs.) *Políticas Públicas de Segurança Municipal - Guardas Municipais: saberes e práticas*. Niterói: Consequência, 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma Souza de; ROCHA, Talitha Mirian do Amaral (orgs.) *Políticas Públicas de Segurança Municipal - Guardas Municipais: saberes e práticas*. Niterói: Consequência, 2014.

MISSE, Michel e BRETAS, Marcos Luiz (organizadores). *As guardas municipais no Brasil: diagnóstico das transformações em curso*. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ/: Booklink, 2010.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: Sociologia da força pública*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar. 1979

PITA, Maria Victoria. Prefácio. In.: MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma Souza de; ROCHA, Talitha Mirian do Amaral (orgs.) *Políticas Públicas de Segurança Municipal - Guardas Municipais: saberes e práticas*. Niterói: Consequência, 2014.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Os parentescos por brincadeira. In: RadcliffeBrown, A. R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

RIBEIRO, Ludmila & SILVA, Klarissa. Fluxo do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: Um balanço da literatura. *Caderno de Segurança Pública*, Ano 2, Numero 1, , 2010.

RIBEIRO, Ludimila Mendonça Lopes; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Guarda Municipal no Brasil: Um panorama descritivo. In.: MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma Souza de; ROCHA, Talitha Mirian do Amaral (orgs.) *Políticas Públicas de Segurança Municipal - Guardas Municipais: saberes e práticas*. Niterói: Consequência, 2014.

ROCHA, Talitha Mirian do Amaral. “*Telefone sem fio*”: Uma etnografia do processo de registro dos atendimentos prestados pela Guarda Municipal de Rio Bonito. 2013. 90 folhas. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

SÃO GONÇALO. *Leitura Técnica – Matrizes para Proposição de Diretrizes*. Plano Diretor Participativo do Município de São Gonçalo. 2006. Disponível em: http://www.pmsg.rj.gov.br/urbanismo/plano_diretor/leitura_tecnica/index.htm. Acessado em 24 de março de 2015 às 12h05min.

SILVA, Jorge Da. Militarização da Segurança Pública e a Reforma da Polícia: um depoimento. *Ensaio Jurídico: O Direito em Revista*, Rio de Janeiro, IBAJ, 1996.

SÃO GONÇALO. Decreto nº 242/2005 de 28 de julho de 2005. Regulamento Geral da Guarda Municipal do Município de São Gonçalo. *Diário Oficial de São Gonçalo*, São Gonçalo, 2 de setembro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/NÚCLEO FLUMINENSE DE PESQUISAS (NUFEP). *Plano Municipal de Segurança de São Gonçalo*, Niterói, 2008.

VARGAS, Joana Domingues. A Guarda Municipal em Minas Gerais: Estudos de caso em Belo Horizonte e Mariana. In.: MISSE, Michel e BRETAS, Marcos Luiz (organizadores). *As guardas municipais no Brasil: diagnóstico das transformações em curso*. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ/: Booklink, 2010.

VARGAS, Joana Domingues; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. As guardas municipais no Brasil: Um modelo de análise. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 3, 2010.

VERÍSSIMO, Marcos. Os Municípios e as políticas públicas de segurança: uma descrição etnográfica. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, 2009.

VERÍSSIMO, Marcos. “*De sol a sol*”, em luta por um lugar ao sol: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e os ritos, conflitos e estratégias presentes no espaço público carioca. 2009. 148 folhas. Dissertação de Mestrado em Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

WEBER. Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo, Ática, 1986.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.